BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

CUT

Os Militantes e a Ideologia

Leôncio Martins Rodrigues

SUMÁRIO

Apresentação

Entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988, reuniu-se no Estádio do Mineirinho, em Belo Horizonte, o Terceiro Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, abreviadamente o III CONCUT. Foi o maior congresso dessa Central. Dele participaram mais de seis mil delegados representando cerca de mil e cem entidades urbanas e rurais de todo o país. Nada menos do que dezessete teses foram inscritas. O III CONCUT consolidou a CUT como a mais importante e dinâmica das centrais sindicais atualmente existentes no Brasil. Apesar das muitas divisões internas, um efetivo sentimento de identificação e lealdade para com a CUT era muito perceptível entre a massa de delegados, quaisquer que fossem as tendências políticas. No conjunto, o terceiro congresso nacional da entidade, apesar das disputas internas, foi inegavelmente um êxito.

Este trabalho tem como objetivo, precisamente, o estudo do III CONCUT. Interessou-nos traçar um perfil dos delegados e efetuar uma análise das teses apresentadas, o que significa dizer analisar as tendências políticas presentes no III CONCUT. Porém, considerando que dificilmente a luta de facções, as resoluções e as modificações nos estatutos aprovadas no III CONCUT poderiam ser entendidas sem referência ao passado, fomos levados a efetuar uma rápida avaliação dos congressos anteriores da CUT. Desse modo, este estudo assumiu, um pouco forçadamente, o caráter de uma história da CUT. Queremos advertir, no entanto, que se trata de uma reconstituição histórica superficial. O objetivo deste trabalho é mais modesto. Sua intenção é, fundamentalmente, oferecer aos leitores um perfil dos militantes da entidade e das correntes ideológicas representadas no seu interior. Não se trata, consequentemente, de uma *história* da CUT, que ainda está para ser feita. Nossa pretensão, nesse sentido, é de que os dados desta pesquisa possam servir para uma efetiva reconstituição histórica de uma tendência que, em múltiplos aspectos, apresenta características singulares e inovadoras no movimento sindical brasileiro.

A realização da pesquisa

A ideia da pesquisa partiu da Executiva Nacional da CUT, que pretendia obter um perfil dos delegados ao seu terceiro congresso, quer dizer, um conhecimento mais exato de seus militantes e dirigentes sindicais. Para isso, contou com apoio financeiro do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES). Uma equipe, coordenada por mim, ficou responsável pela realização da pesquisa com os delegados participantes. Os dados obtidos, uma vez apresentado o relatório para a Executiva da CUT, ficaram à disposição dos integrantes da equipe que realizou o levantamento. O presente livro contém dois capítulos com dados obtidos da aplicação dos questionários aos delegados. Os demais foram redigidos com base em material coletado exclusivamente por mim.

A equipe de pesquisa

Participaram do planejamento da pesquisa Iram Jácome Rodrigues, professor de sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Sílvia Portella, assessora da CUT nacional para política sindical; e Suzana Sochaczewska, socióloga do DIEESE. Embora esses colegas tenham participado da discussão do questionário e do planejamento da pesquisa, assim como da análise de outras tabelas não incluídas aqui, a redação deste trabalho é de minha inteira responsabilidade, não tendo, necessariamente, os colegas que participaram do planejamento da pesquisa que compartilhar de meus juízos.

Sílvia Portella e Iram Jácome Rodrigues, contudo, leram os originais, apontaram erros e fizeram sugestões. A Sílvia Portella, notadamente, se deve a redução do número de falhas deste trabalho. Apesar disso, nenhum dos dois pode ser responsabilizado pelas lacunas do presente livro e, menos ainda, pelas opiniões aqui emitidas.

Agradecimentos

Este trabalho não poderia ter sido efetuado sem o apoio e a colaboração de muitas instituições e pessoas. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) devo o apoio financeiro que possibilitou cobrir os gastos de viagem a Belo Horizonte, estadia e contratação de um auxiliar de pesquisa.

Outros funcionários da CUT, militantes do movimento sindical estudantes de Ciências Sociais da UFMG colaboraram, infatigável e graciosamente, na árdua tarefa de aplicação dos questionários. A eles se deve a concretização da pesquisa. Na impossibilidade de nomear a todos, quero lhes expressar meus agradecimentos, que são também os de toda a equipe que participou do planejamento deste estudo. E aqui cabe uma menção especial ao prof. Michel Le Ven, professor de sociologia da UFMG, que colaborou desinteressadamente no recrutamento dos estudantes que participaram da aplicação dos questionários.

Nos trabalhos de revisão, codificação das respostas e preparação dos questionários para a digitação participaram os seguintes técnicos e funcionários da CUT nacional: Vera Lúcia Ciampone (coordenadora da equipe), Ludmila Fratti e Elizabeth Ng.

A Silvana Maria de Souza, devo o trabalho de coleta de documentos, realização de entrevistas, correção de tabelas e revisão da redação. Sem sua colaboração, os originais deste livro provavelmente estariam ainda sobre minha escrivaninha.

Embora a iniciativa da realização da pesquisa sobre o perfil dos delegados tenha partido da CUT, cumpre registrar que, em nenhum momento, qualquer membro da Executiva Nacional ou de outra instância diretiva da entidade interferiu no trabalho da equipe de pesquisadores. Contando sempre com o apoio material da CUT, tivemos a mais absoluta liberdade de trabalho.

Acredito que algumas de minhas observações possam contrariar certas expectativas, ir de encontro a posições defendidas por correntes existentes no interior da CUT e se chocar, até mesmo, com valores e convicções vigorantes no conjunto da Executiva Nacional. De minha parte, tenho a esperança de que este trabalho ajude a CUT a se conhecer melhor, condição importante para que as pessoas e instituições consigam situar mais adequadamente seus objetivos e encontrar a melhor maneira de atingi-los.

CAPÍTULO I

A Formação da CUT

O reaparecimento do movimento sindical, em fins da década dos 70, quando se iniciou o processo de abertura política, permitiu, muito rapidamente, que várias tendências do movimento sindical procurassem unir esforços no sentido da criação de organismos centrais de representação dos trabalhadores. Com tal propósito, uma primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)[1] foi realizada nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande (SP). Essa reunião havia sido precedida por numerosos encontros estaduais de trabalhadores (ENCLATs) destinados a apresentar documentos e eleger delegados para a próxima CONCLAT. Quando da abertura da conferência, estavam presentes 5.036 delegados de 1.091 entidades, entre sindicatos, federações e associações pré-sindicais. Estavam representadas também cinco confederações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, a Confederação dos Professores do Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade e a Confederação dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos. Além das cinco confederações, participaram também delegados de nada menos do que 43 federações. Duas observações devem ser feitas sobre essa primeira CONCLAT. Primeiro: o grande número de confederações e federações ao lado de associações pré-sindicais, associações de funcionários públicos e sindicatos é indicativa da presença, nessa CONCLAT, de representantes de várias facções do sindicalismo brasileiro, fato que explica a

[1] A sigla CONCLAT foi utilizada em diferentes eventos para significar conferência, congresso e coordenação da classe trabalhadora. A I CONCLAT, de 1981, significa Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que reuniu várias correntes do sindicalismo e de onde saiu a Comissão Pró-CUT. Posteriormente, o nome *congresso* foi utilizado por duas vezes no mesmo ano, para designar, em agosto de 1983, o I CONCLAT, quer dizer, o primeiro *Congresso* Nacional da Classe Trabalhadora e, depois em novembro, para designar também o *Congresso* Nacional da Classe Trabalhadora, O CONCLAT de agosto reuniu o bloco dos sindicalistas que iriam criar a CUT. O bloco contrário, que convocou o CONCLAT de novembro, decidiu criar uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, conservando o nome CONCLAT. Essa CONCLAT, em 1986, efetuou um congresso que decidiu pela formação de uma Central Geral dos Trabalhadores, em oposição à CUT.

participação de representantes das cúpulas (confederações e federações) e dos sindicatos e associações de base.

Segundo: a rapidez com que se reorganizou o movimento sindical no país, capaz de realizar numerosas reuniões estaduais e de promover uma reunião com a participação de mais de cinco mil delegados, depois de um período de forte repressão e controle governamental dos sindicatos e da eliminação das lideranças existentes antes do golpe. Mas, sem diminuir a importância do verdadeiro processo de renovação e de impulso militante da nova geração de sindicalistas, não se pode deixar de notar que, em larga medida, o novo ativismo sindical pôde contar com a estrutura do sindicalismo oficial, de onde saiu uma nova safra de sindicalistas. De fato, durante os regimes militares, os sindicatos oficiais haviam sido controlados, mas não destruídos. Foi a partir da estrutura corporativa, ocupada por novas lideranças, que o sindicalismo brasileiro ganhou impulso. Sem a existência dessa base organizatória, capaz de fornecer recursos administrativos e financeiros, além de ativistas e militantes, o movimento sindical dificilmente teria conseguido se levantar com tanta rapidez e ocupar um espaço importante na política brasileira.

Nessa primeira CONCLAT foi decidida a formação de uma Comissão Nacional Pró-CUT com a incumbência de dar andamento às resoluções aprovadas na conferência e preparar a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora no ano seguinte, passo decisivo para a formação de uma central única dos trabalhadores. Contudo, as divergências internas eram muito fortes no interior da CONCLAT e da Comissão Pró-CUT.[2] Duas tendências principais se cristalizaram. Uma delas, mais à esquerda, reuniu dirigentes sindicais do chamado "Bloco Combativo", tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Integravam também essa tendência, militantes das oposições sindicais e da esquerda radical. Os primeiros, geralmente, estavam ligados à Igreja; os segundos eram de orientação trotskista ou leninista. A outra ala, "a moderada", denominada às vezes de "Bloco da Reforma", reunia sindicalistas da tendência Unidade Sindical, que juntava dirigentes pouco engajados politicamente que controlavam sindicatos, federações e confederações importantes, além de sindicalistas dos dois partidos comunistas e do MR-8. O grupo mais à esquerda acusava o grupo mais moderado, majoritário na Comissão Nacional Pró-CUT, de nada ter realizado de efetivo para levar à prática o Plano Nacional de Lutas e a criação da CUT. Diante das profundas divergências no interior da direção da Comissão Nacional Pró-CUT, a realização do congresso marcado para 1982 acabou sendo adiada. Um dos pontos importantes de divergência era a ideia de deflagração de uma greve geral a fim de forçar o governo a atender um conjunto de reivindicações a ser apresentado ao presidente da República em outubro de 1982. Os sindicalistas do Bloco da Reforma, ou da Unidade Sindical, opunham-se à tentativa de greve geral e à convocação do CONCLAT que deveria criar a CUT. Achavam que faltavam condições para a realização dos dois eventos e temiam os riscos que um agravamento das tensões sociais poderia ocasionar para a continuidade da abertura política num ano eleitoral como o de 1982. Contudo, as divergências não eram apenas de ordem estratégica. Duas concepções conflitantes tinham, até então, coabitado a duras penas no interior da primeira conferência da classe trabalhadora. Fazendo abstração dos matizes que separavam outras tendências no interior dos dois grandes blocos, é possível distinguir, num extremo, os sindicalistas que enfatizavam, no plano político, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático. (Nessa orientação, as demandas de natureza social não deveriam pôr em risco a abertura política.) No outro extremo, estavam os sindicalistas que procuravam promover transformações sociais mais profundas que abrissem o caminho para o socialismo. (Essas posições iriam se explicitar mais tarde, notadamente no segundo congresso nacional da CUT em 1986.) Com o adiamento do CONCLAT de 1982, o bloco que viria formar a CUT convocou para agosto de 1983 a realização do I CONCLAT que, como se esperava, decidiu pela criação de uma Central Única de Trabalhadores. Uma coordenação nacional foi eleita com mandato de um ano, até a realização de um novo congresso no ano seguinte, congresso que seria o primeiro da nova central. A tendência oposta manteve por certo tempo o nome CONCLAT, tendo realizado o seu congresso em outubro de 1983. (Posteriormente, em março de 1986, essa tendência transformar-se-ia na Central Geral dos Trabalhadores, consagrando a divisão no meio sindical e fazendo com que a CUT não fosse a única central existente no país.)

A central que o CONCLAT de 1983 decidira formar deveria ser independente dos patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos. O estatuto provisório da nova central, aprovado nesse CONCLAT, insistia em três pontos importantes: a autonomia e a liberdade sindical, a organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de

[2] Já por ocasião da formação da Comissão Pró-CUT (ao lado da questão da greve geral, um dos temas que dividiu a Conferência), a unidade do movimento esteve seriamente ameaçada quando da apresentação de duas chapas para composição da Comissão. Finalmente, no último momento, foi possível a elaboração de uma chapa única de composição. Aparentemente, ambos os lados, naquela ocasião, temeram provocar a cisão de um movimento que apenas começava.

trabalho. A aprovação desses pontos marca uma separação muito forte entre esse e o outro bloco, que não partilhava das mesmas posições com relação à estrutura sindical, mesmo porque os dirigentes das federações e confederações não tinham a intenção de defender mudanças que resultariam, se levadas à prática, na eliminação das instituições que dirigiam.

O Programa de Lutas de 1983 já trazia alguns pontos que deveriam aparecer nos posteriores congressos da CUT, misturando demandas de caráter trabalhista com outras de reforma social mais radical. Pelas primeiras, estamos entendendo as reivindicações passíveis de serem alcançadas no interior de uma economia de mercado e no quadro de um sistema político pluralista e representativo; pelas segundas, estamos entendendo as que só poderiam ser concretizadas num processo de lutas e que resultariam em alterações profundas no quadro institucional em direção a alguma forma de socialismo. Entre as primeiras estão o salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas sem redução salarial, o direito de sindicalização dos funcionários públicos, a estabilidade no emprego, a eliminação das horas extras, a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho, etc. Entre as segundas estão a "reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra"; a "ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais", etc.

Por outro lado, a greve geral, como no sindicalismo revolucionário, aparece entronizada como o instrumento básico de luta dos trabalhadores, à qual se deve recorrer sempre que possível. A direção nacional da recém-formada entidade ficou incumbida de encaminhar ao governo federal um conjunto de exigências solicitando a retirada do Decreto-lei nº 2.045, então em vigor, o fim da política econômica do governo, o rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, a liberdade e autonomia sindicais, a liberdade de organização política, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa, o fim da Lei de Segurança Nacional, o fim do regime militar e um governo controlado pelos trabalhadores, eleições diretas para presidente da República e contra a intervenção nos sindicatos... O dia 14 de outubro foi fixado como a data-limite para a resposta do governo. Findo esse prazo, uma campanha de agitação deveria ser iniciada. Se as reivindicações acima não fossem atendidas até o dia 25 do mesmo mês, a direção da CUT deveria marcar a data e definir as

orientações para a greve geral.[3] Assim, nem bem consolidada, a CUT já lançava um verdadeiro ultimato ao governo e se preparava, audaciosamente, para uma prova de fogo, como seria a organização de uma greve geral.

O I CONCUT

Em agosto de 1984, a CUT efetuou seu primeiro congresso, onde foi aprovado um estatuto "definitivo" em substituição ao provisório, elaborado em 1983. (Na verdade, os estatutos ainda iriam sofrer muitas alterações).

Esse congresso, reunido somente um ano após o CONCLAT que decidiu pela fundação da CUT, pouca coisa acrescentou com relação à reunião anterior. Avaliando o andamento do Plano de Lutas aprovado no I CONCLAT, o I CONCUT entendeu que ele não havia sido cumprido. A "prova" do não cumprimento do Plano estaria na não realização da greve geral. O texto do documento, bastante confuso e contraditório,[4] entendia que a CUT "hesitou" na deflagração da greve geral de 25 de outubro de 1983. O "erro", no entanto, não estaria na CUT, "mas no movimento sindical". Além das críticas à CUT no tocante à greve geral, o I Congresso fez uma avaliação bastante severa da atuação da recém-fundada central em outras questões. Assim, a direção da CUT também teria vacilado na greve dos professores e funcionários das universidades federais autárquicas; pouco ou nada teria feito na luta pela terra; não teria dado apoio efetivo às chapas de oposição às diretorias sindicais consideradas pelegas; não teria conseguido unificar os trabalhadores e as entidades em torno das "reivindicações mais sentidas pela massa"; a CUT teria sido "tímida" no caso da greve de Volta Redonda; a "bandeira do ensino gratuito em todos os níveis" teria ficado no vazio; o Plano de Lutas não teria sido levado às bases, etc.[5]

---

[3] Plano de Lutas, *I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora,* 1984, publicação da CUT, especialmente pp. 160 e 161.

[4] Assim, por exemplo, um dos documentos aprovados afirma, sobre a greve geral: "Foi correto ter marcado a greve geral no Congresso de 83. O erro foi desmarca-la". Em seguida o mesmo documento diz: "Foi correto ter desmarcado a greve do dia 25 de outubro...". Depois: "Foi um erro ter marcado e desmarcado a data para a greve geral...". Outro trecho do mesmo documento afirma que "a greve geral deve sair com as forças de que se dispõe. Não podemos e não devemos ficar esperando quem não vai fazer greve". E mais adiante: "A CUT sozinha não tem condições de chamar *(sic)* uma greve geral". Cf. "Uma Vitória dos Trabalhadores", *Jornal da CUT*, ano II, nº 1, p. 5. A CUT chegou a marcar, e a desmarcar, duas greves gerais: uma para o dia 25 de outubro de 1983 e outra para o dia 25 de abril do ano seguinte.

[5] *Idem,* p. 6.

Contraditoriamente, o mesmo documento aprovado no I CONCUT entende que, finalmente, o Plano de Lutas estaria "além das reais capacidades de luta da CUT. A direção não poderia fazer milagres".[6] Apesar dessa constatação, o congresso aprovou novo Plano de Lutas bastante semelhante ao anterior: rompimento com o FMI, com suspensão imediata do pagamento da dívida externa; fim do arrocho salarial, com reajuste imediato e integral para todos os trabalhadores; escala móvel de salários para futuros rejustes; salário-desemprego; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho para quarenta horas sem redução de salários; reforma agrária sob controle dos trabalhadores e terra para quem nela trabalha; fim das intervenções nos sindicatos e anistia dos diretores cassados; atendimento imediato das necessidades básicas da população trabalhadora, como "alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, vestuário, recreação, esporte, cultura e lazer, com recursos provenientes da tributação dos lucros"; nova política de habitação que efetivamente atenda as necessidades da população e onde as prestações da casa própria "não ultrapassem 20% da renda familiar"; ampla e livre organização política e partidária; contra a privatização das empresas estatais e "exigência de que quaisquer alterações nestas empresas sejam submetidas à discussão e aprovação dos trabalhadores através de suas entidades representativas"; defesa das populações indígenas e demarcação imediata de suas terras; reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros.

A maior parte dos itens acima, na verdade, tem mais o caráter de bandeiras de agitação e propaganda do que de um plano de lutas a ser efetivamente levado à prática. Um exemplo do caráter expressivo e não instrumental do Plano está na demanda de reconhecimento (pelo Ministério do Trabalho? pelo Congresso? pelas correntes sindicais rivais?) da CUT como órgão máximo dos trabalhadores.[7]

Importante, nesse congresso, foi a proposta de criação de uma nova estrutura sindical. O I CONCUT aprovou um conjunto de "princípios" que deveriam nortear a discussão e elaboração de um novo modelo de organização sindical a ser implantado pela CUT em substituição ao modelo corporativo. A nova estrutura deveria ser: democrática, de modo a permitir a mais ampla liberdade de discussão e expressão das correntes internas; classista e de luta, "combatendo a colaboração de classes e não compactuando com os planos do governo que firam os interesses dos trabalhadores"; com liberdade e autonomia sindical, quer dizer, independente com relação à classe patronal, o governo, os partidos políticos, as concepções religiosas e filosóficas; organizada por ramo de produção, quer dizer, os trabalhadores, segundo foi votado, "criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até a central sindical, seu órgão máximo. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical tanto no setor privado como no setor público a qualquer nível. As assembleias de trabalhadores decidirão sobre seus estatutos, obedecendo aos princípios aqui expostos". Um código mínimo de trabalho substituiria a CLT.[8]

Como se vê, o programa de lutas da nova entidade outra vez foi bastante ambicioso, objetivando desde o desmantelamento da estrutura sindical estabelecida até a liderança de um movimento de reforma agrária "radical, ampla, massiva e imediata, sob controle do conjunto dos trabalhadores" (A "ocupação e exploração coletiva das terras devolutas" e o avanço para a "ocupação dos latifúndios" deveria começar a partir do I CONCUT). Considerando que a CUT, uma central em fase de construção, não tinha nem mesmo condições de realizar, sozinha, uma greve geral (como reconhecia um dos documentos), o Plano de Lutas, visivelmente, não seria para ser levado à prática. Se assim é, se em todos os subsequentes congressos da CUT constatou-se que os planos não foram aplicados, e que as palavras de ordem mais radicais são simplesmente ignoradas, deve-se indagar das razões, explícitas ou implícitas, que levam à aprovação de documentos de caráter geral e difuso que não servem para nortear a atuação da entidade no intervalo entre os congressos. Pensamos, aqui, que o hábito de botar no papel uma amplíssima gama de demandas, que devem constituir o Plano de Lutas da entidade, decorre, em parte, da necessidade, nem sempre manifesta, de construção de uma identidade através da afirmação de posições que diferenciem a CUT das outras centrais e, em parte, das disputas internas à própria CUT. É impossível deixar de relacionar esse aspecto à motivação anticapitalista e antiliberal que move boa parte dos delegados nos congressos da entidade. Apesar da presença de lideranças de origem operária, mais pragmática, a CUT é, em comparação com as demais centrais, uma entidade fortemente intelectualizada.

A prática quotidiana dos sindicatos e associações filiados à CUT tende a ser consumida pelos problemas práticos da administração e das reivindicações modestas e convencionais. Mas o clima dos congressos é diferente. Neles se trava o confronto ideológico que exige armas intelectuais: conhecimentos, informações, domínio da teoria, ou seja, muito saber. O duelo ideológico efetua-se numa arena momentaneamente isolada do resto do mundo e tendo como referência apenas as fronteiras do próprio congresso. Nesses dias, predominam o simbólico, o expressivo

[6] *Idem*.
[7] *Idem,* p. 8.
[8] "Por uma Nova Estrutura Sindical", *idem,* p. 10.

e o espetáculo: manifestos, panfletos, teses, discursos, faixas, palavras de ordem, bandeiras e, naturalmente, os conchavos de bastidores. Os congressos, além de eleger os dirigentes, devem traçar a linha de ação para os anos seguintes. A definição da ação futura passa pelo político e pelo ideológico. As lideranças mais intelectualizadas, das associações e sindicatos de classe média, em geral mais à esquerda, assim como os delegados dos pequenos grupos radicais, alimentam a ilusão de que a aprovação de suas teses significa a sua realização. Nos congressos está a nata dos ativistas da CUT proporcionando uma audiência que, frequentemente, os "esquerdistas" não têm ao alcance da voz. Para a esquerda radical, cada congresso é uma ocasião privilegiada de se fazer ouvir e de acuar os dirigentes sindicais mais moderados. Muitas lideranças, principalmente as de classe média intelectualizada, vieram da resistência ao regime militar. As experiências das lutas pretéritas contra a ditadura não foram as mesmas entre os militantes das diferentes facções que participaram da formação da CUT. As lideranças que ocupavam posições na estrutura do sindicalismo oficial tiveram um tipo de resistência ao autoritarismo militar muito diferente daquele dos que participaram da luta armada, das prisões e do exílio. De modo geral, os trabalhadores que ocupavam as diretorias dos sindicatos não tinham experiência de atuação em organizações políticas clandestinas semelhantes à dos membros das oposições sindicais e dos estudantes, ou ex-estudantes, ou intelectuais, que atuavam há mais tempo na esquerda brasileira. Estes pretendiam fazer da CUT basicamente um instrumento de luta pelo socialismo, enquanto os primeiros viam a CUT como um organismo de coordenação das lutas sindicais. Nesse primeiro congresso, as divergências entre as duas concepções já despontavam. Porém, apenas no segundo elas iriam explicitar-se inteiramente. No quadro da luta pelo controle da CUT, a introdução de certas reivindicações "mais à esquerda" no Plano de Lutas serve para forçar opções políticas, ou "desmascarar" os dirigentes "mais vacilantes", que são geralmente os que ocupam postos nas diretorias dos sindicatos oficiais e que, teoricamente, teriam a obrigação e a responsabilidade de aplicar as resoluções votadas em plenário.

O II CONCUT

O segundo congresso da CUT realizou-se nos dias 31 de julho e 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro. No plano reivindicatório, o II CONCUT aprovou uma Campanha Nacional de Lutas que propunha:

1. quanto à questão salarial: recuperação das perdas salariais e aumento real de salários e do salário mínimo segundo índice do DIEESE; reajustes automáticos mensais e "real congelamento dos preços e o abastecimento" (sic);
2. quanto ao emprego: estabilidade no emprego; fim da mão- de- obra temporária; redução da jornada de trabalho para quarenta horas; salário-desemprego real (sic) para todos;
3. quanto à organização sindical: liberdade e autonomia sindical com a aprovação da Convenção 87 da OIT;
4. quanto à questão agrária: reforma agrária sob controle dos trabalhadores e punição dos assassinos de trabalhadores rurais;
5. quanto à dívida externa: luta pelo seu não pagamento.

Além disso, o II CONCUT aprovou uma campanha contra a privatização de empresas estatais e a favor da estatização dos serviços básicos, como saúde, educação, transportes e sistema financeiro. O II CONCUT defendeu ainda a "democratização da ação do Estado", quer dizer, a "participação direta e democrática dos trabalhadores nos órgãos de decisão e uma orientação global das atividades do setor público da economia para os interesses sociais".[9]

Mas, possivelmente, o fato mais importante do II CONCUT tenha ocorrido no plano ideológico. O congresso de fundação, no seu art. 2º, proclamara como perspectiva histórica da CUT a luta por "sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica". A palavra "socialista" não fora pronunciada. No segundo congresso, porém, foi aprovada uma resolução declarando o socialismo como objetivo final dos trabalhadores na sua luta pela "conquista do poder político". Embora ressalvando que "o instrumento fundamental de definição do programa de classe e da estratégia política do poder" eram os partidos políticos "efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora", o documento enfatizava que a CUT é "parte integrante desse projeto". Por outro lado, a assunção do socialismo não deveria fazer com que a CUT se confundisse com um partido político. Pelo contrário: deveria manter sua autonomia em relação "ao poder de Estado e aos próprios partidos políticos".[10]

Levadas a sério as resoluções aprovadas no congresso do Rio, a ação quotidiana da CUT deveria ser pautada pelo objetivo de acirrar o conflito de classes e de preparar os trabalhadores para a luta final contra o capitalismo. Consequentemente, as chamadas reivindicações imediatas deveriam ser

[9] Resoluções do II Congresso, Caderno Especial, "Campanha Nacional de Lutas".
[10] "Manifesto do 2º Congresso da CUT aos Trabalhadores Brasileiros", *idem,* pp.7 e 8.

entendidas *instrumentalmente,* como formas de mobilização e "conscientização" das classes trabalhadoras.

O segundo congresso marcou uma orientação mais à esquerda da CUT, embora a tendência que viria a ser denominada de Articulação tenha conseguido derrotar os concorrentes. A chapa 1, encabeçada por Jair Meneguelli, venceu com 59,2% dos votos e teve o direito de indicar nove membros efetivos para a Executiva Nacional. A chapa 2, que reuniu pequenos grupos de esquerda (Partido Revolucionário Comunista, Reconstrução do PCB, prestistas, Comando Operário Socialista, Luta Sindical, Movimento dos Trabalhadores Socialistas e Causa Operária), obteve 26,6% dos votos e indicou quatro membros na Executiva Nacional. Por fim, a chapa 3 reuniu o Movimento Comunista Revolucionário, a Convergência Socialista e outros pequenos grupos de esquerda. Obteve 10,9% dos votos e ficou com dois representantes na Executiva.

O II CONCUT aprovou ainda uma resolução criando uma nova estrutura sindical destinada a substituir a estrutura corporativa em vigor. O modelo imaginado previa a criação de "comissões sindicais de base" em cada local de trabalho com as funções de representar os empregados e o sindicato. A comissão seria eleita apenas pelos trabalhadores sindicalizados "maiores de 16 anos". Além da comissão sindical de base, que seria uma espécie de comissão de fábrica eleita apenas pelos empregados sindicalizados, eram previstos também "sindicatos de base" e "departamentos profissionais". Os sindicatos de base seriam constituídos por ramo de atividade econômica (nos setores agropecuário, industrial e de serviços). Esses sindicatos poderiam ter abrangência municipal, intermunicipal, estadual, interestadual e nacional. Os sindicatos de base, organizados por ramo de atividade econômica, substituiriam os atuais sindicatos (organizados nominalmente por categoria, mas, em muitos casos, por ramo de produção). Os departamentos seriam também organizados por ramo profissional "a nível nacional" e deveriam substituir as federações e confederações do sindicalismo corporativo, mudando o perfil organizatório da CUT.

A proposta de reorganização sindical era bastante detalhada e ambiciosa. Tal como a CLT especificava-se, com boa dose de autoritarismo e ingenuidade, como se deveriam proceder às eleições, quem teria direito a voto, os cargos e funções dos organismos dirigentes, o tempo de mandato, etc. Os departamentos estariam "sob a orientação política da Direção Nacional da CUT". A proposta aprovada no II CONCUT, de um voluntarismo a toda prova, fazia tabula rasa da estrutura sindical existente, ignorando as tradições e interesses organizados em

torno do sindicalismo oficial e da resistência das empresas e do governo. Desse modo, a nova estrutura, tão minuciosamente elaborada, não saiu do papel. Apenas no tocante aos departamentos ocorreu algum avanço. Além do departamento dos bancários – na verdade, formado antes do II CONCUT –, houve a criação dos departamentos dos metalúrgicos, dos petroleiros, dos químicos, de educação e dos trabalhadores rurais. Esses departamentos não estão organizados por ramos de atividade, mas por categorias, de modo que nada mais são do que federações que agrupam os sindicatos oficiais cujas diretorias são filiadas à CUT.[11] Ocorre que a nova estrutura imaginada pela CUT, se concretizada, abalaria profundamente o funcionamento de poderosos sindicatos cutistas. Na verdade, a Executiva da CUT, que apresentou a proposta da nova estrutura, e os delegados que a aprovaram no II CONCUT subestimaram a força do sindicalismo corporativo no país e o apoio, explícito ou implícito, que ponderáveis parcelas das classes trabalhadoras e dirigentes sindicais (inclusive os da CUT) lhe outorgam. Por outro lado, o irrealismo da resolução (que reestruturou, no papel, toda a estrutura sindical brasileira segundo a vontade da CUT) não deixa de ser indicativo da imaturidade de uma organização em processo de formação.

Apesar dessas observações, cumpre notar que a resolução, ao instituir os departamentos nacionais "sob a Direção Nacional" favorece a "verticalização" da CUT, contrariando certas expectativas de tipo mais libertário e fortalecendo o lado mais sindical do que político da entidade. Além disso, a formação de departamentos agrupando apenas sindicatos cutistas representa, tacitamente, em nível de cúpula, a tentativa de institucionalização da pluralidade, uma vez que os departamentos serão, se consolidados, concorrentes das federações e confederações da estrutura oficial.

O III CONCUT

O III CONCUT, o maior em termos de delegados e entidades presentes, chegou a reunir 6.218 sindicalistas vindos de praticamente todas as unidades da Federação. Obviamente, os Estados com maior população e mais desenvolvidos enviaram as maiores delegações, como São Paulo e Minas Gerais. A participação dos delegados cariocas, no entanto, foi relativamente pequena, ficando atrás do Rio Grande do Sul, do Pará, da Bahia e de Santa Catarina, estados menos desenvolvidos e menos populosos.

---

[11] Maria Silvia Portella de Castro, "Dez Anos de Trajetória. Novo Sindicalismo Brasileiro. Desafios a Vencer", *Caderno da CUT* nº 2, ago. 1989.

Tabela 1
Delegados das unidades da Federação no III CONCUT

Unidades da Federação	*Número de delegados*
São Paulo	899
Minas Gerais	769
Rio Grande do Sul	551
Pará	505
Bahia	417
Santa Catarina	401
Rio de Janeiro	383
Goiás	291
Paraíba	240
Paraná	234
Pernambuco	209
Distrito Federal	196
Ceará	192
Espírito Santo	165
Maranhão	125
Rio Grande do Norte	125
Piauí	105
Sergipe	100
Amazonas	71
Rondônia	61
Alagoas	57
Mato Grosso do Sul	43
Mato Grosso	37
Amapá	27
Acre	15
Total	6.218*

* A publicação, *3º CONCUT, Registro e Imagens, 1988*, contabiliza 6.244 participantes. Ocorre que 26 delegados de sete entidades nacionais não estão incluídos nas delegações por estado.

A elevada proporção de delegados de estados menos industrializados e urbanizados deve-se ao grande número de delegados de sindicatos de trabalhadores rurais. Este é, particularmente, o caso do Pará, da Bahia e de Goiás. Entretanto, em alguns estados mais desenvolvidos, como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a proporção de delegados de sindicatos de trabalhadores rurais também foi alta. O número relativamente baixo de delegados do Rio de Janeiro deveu- se, em larga medida, ao fato de que apenas cinco sindicatos de trabalhadores rurais, num total de dezoito representantes, faziam parte da delegação carioca, composta em grande parte (41,3%) de delegados de sindicatos e associações do setor de serviços. A proporção de delegados do setor industrial carioca foi baixa: 25,3%. A porcentagem média de delegados de

sindicatos de trabalhadores industriais, para todo o congresso, foi de 23,9%. Como seria de se esperar, o Estado de São Paulo, com 48,2%, e Minas Gerais, com 38,3%, foram os estados que apresentaram a maior porcentagem de delegados representando sindicatos do setor industrial.

Tabela 2
Delegados e entidades no III CONCUT

Est.	*Indústria*		*Rural*		*Func. Públ.*		*Financ.*		*Transp.*		*Serviços*		*Total*	
	Ent.	Del.	Ent.	Del.	Ent.	Del.	Ent.	Del.	Ent.	Del.	Ent.	Del.	Ent.	Del.
AC	0	0	3	11	1	1	0	0	0	0	1	3	5	15
AL	2	12	7	35	1	5	0	0	0	0	2	5	12	57
AM	1	5	12	53	3	10	0	0	0	0	2	3	18	71
AP	1	5	1	12	0	0	0	0	0	0	2	10	4	27
BA	10	70	32	187	9	37	3	15	2	11	18	97	74	417
CE	7	40	10	50	10	36	2	12	1	1	12	53	42	192
DF	3	14	0	0	4	55	1	8	1	11	19	108	28	196
ES	4	23	7	56	7	36	1	10	1	10	4	30	24	165
GO	2	17	30	156	8	29	1	3	1	2	23	84	65	291
MA	3	13	12	65	3	12	0	0	1	3	9	32	28	125
MG	54	295	37	181	22	122	3	16	2	9	28	146	146	769
MS	1	2	6	20	1	5	1	7	0	0	4	9	13	43
MT	0	0	3	8	3	11	0	0	0	0	5	18	11	37
PA	10	68	49	318	14	57	0	0	0	0	13	62	86	505
PB	4	20	25	120	14	64	1	1	1	4	9	31	54	240
PE	6	49	11	54	8	48	1	2	1	5	7	51	34	209
PI	2	9	17	59	3	12	0	0	0	0	7	25	29	105
PR	9	53	17	78	3	13	4	17	0	0	16	73	49	234
RJ	14	97	5	18	9	44	6	33	5	33	26	158	65	383
RN	6	24	3	11	12	59	2	7	0	0	5	24	28	125
RO	2	8	3	16	5	17	1	9	0	0	3	11	14	61
RS	29	146	26	152	16	88	6	31	4	16	22	118	103	551
SC	9	47	33	188	13	61	2	8	3	7	26	90	86	401
SE	5	42	5	28	2	20	1	7	0	0	1	3	14	100
SP	49	434	20	126	14	137	12	62	5	32	18	108	118	899
Total	233	1493	374	2002	185	979	48	248	28	144	282	1352	1150	6218

Fonte: Boletim Nacional da CUT, nº 21, set. 1988, "III CONCUT: Registro e Imagens". Indústria inclui: trabalhadores em metalurgia, petróleo, petroquímica, química e farmacêutica, vidro, têxtil, gráfica, vestuário, couro, alimentação, água, eletricidade, gás, telecomunicações, borracha e outros.
Serviços incluem: comércio, profissionais liberais, administração, ensino privado.
Finanças incluem: bancários, financiários e securitários.
Transporte inclui: rodoviários e ferroviários.

Funcionalismo inclui: previdência, saúde, professores, docentes, servidores das universidades, funcionários federais, estaduais e municipais.
Rural inclui: trabalhadores rurais (pequenos proprietários, assalariados, meeiros, posseiros, etc.) e pescadores.

No conjunto, na divisão dos setores de atividade econômica em que a CUT classifica os participantes de seus congressos, o primeiro lugar, em termos de número de delegados, foi ocupado pelos representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, com quase um terço do total. Vinham, logo após, os delegados de sindicatos do setor industrial, seguidos de perto pelos do setor de serviços.

Tabela 3
Delegados por setor de atividade
(% sobre 6.218)

	Norte	*Nordeste*	*C.-Oeste*	*Sudeste*	*Sul*	*Total*
Rural	6,6	9,8	3,0	6,1	6,7	32,2
Indústria	1,4	4,5	0,5	13,8	4,0	24,2
Serviços	1,4	5,1	3,5	7,1	4,5	21,6
Funcionalismo	1,4	4,7	1,6	5,4	2,6	15,7
Finanças	0,1	0,7	0,3	2,0	0,9	4,0
Transportes		0,4	0,2	1,3	0,4	2,3
Total	10,9	25,2	9,1	35,7	19,1	100,0

Fonte: Boletim Nacional da CUT, nº 21, set. 1988, *"III CONCUT: Registro e Imagens"*. O quadro acima difere ligeiramente do publicado no *Boletim Nacional,* onde a soma das porcentagens é de 99,2% na soma dos percentuais por região, e de 99,3% na soma por setores. A correção foi efetuada refazendo- se as somas por setor de atividade por estado.

Os delegados do setor de serviços somados aos do funcionalismo público e finanças (bancários, sobretudo) perfazem cerca de 41 % do total de participantes, dado indicativo do peso das entidades de empregados de escritórios e outras categorias de classe média no interior da CUT.*

Em relação aos setores econômicos e profissionais, a comparação do terceiro congresso com os anteriores indica que os sindicatos do setor rural mantiveram uma participação estável: 33,0% no I CONCUT; 36,1% no II CONCUT e 32,4% no III CONCUT. As entidades do setor industrial tiveram um aumento constante: 15,4% no primeiro congresso; 17,9% no segundo e 20,1% no terceiro. Porém, o maior crescimento foi do setor do funcionalismo público. No

* Essa questão será desenvolvida mais adiante, no item "A expansão do sindicalismo de classe média", cap. 2: "Perfil dos delegados".

primeiro congresso, as associações de funcionários públicos perfaziam somente 7,2% do total. Em 1986, quando do II CONCUT, chegaram a 11,2%, e em 1988 subiram para 16,0%. Por sua vez, o setor de serviços, no seu conjunto (abrangendo aí os profissionais liberais, os bancários e as entidades do setor de transportes), esteve assim representado: 26,2% em 1984; 34,8% em 1986 e 31,5% em 1988. Comparativamente, a representação que mais cresceu foi a do funcionalismo público, seguida da indústria e dos serviços. (No exame da tabela seguinte, na porcentagem do setor de serviços do II CONCUT deve-se considerar que as profissões liberais não estão aí incluídas; para o III CONCUT, o setor de serviços inclui as profissões liberais, mas não transporte e finanças.).

Tabela 4
*Entidades nos congressos por setor de atividade**

	Ind.	*Func. Públ.*	*Rural*	*Transp.*	*Fin.*	*Serv.*	*Profis. liberais*	*Assoc. pré-sindic.*	*Assoc. profis.*	*Totais*
1º Cong	144	68	308	–	–	246	–	31	140	937
(1984)	15,4	7,2	33,0	–	–	26,2	–	–	–	100,0
2º Cong	182	114	366	–	–	276	76	–	–	1014
(1986)	17,9	11,2	36,1	–	–	27,2	7,6	–	–	100,0
3º Cong	233	185	374	28	48	289	–	–	–	1157
(1988)	20,1	16,0	32,4	2,4	4,1	25,0	–	–	–	100,0

Fontes: 1º Congr.: *Jornal da CUT,* ano II nº 1, 1984; 2 º Congr.: *Almanaque da CUT,* ago. 1986; 3º Congr.: *Boletim Nacional,* nº 21, set. 1988.
* Os critérios de classificação dos delegados por setor de atividade nas estatísticas da CUT têm apresentado certa variação. No I CONCLAT (1983), que decidiu da formação da CUT, as entidades foram classificadas em sindicatos urbanos (38,9%), sindicatos rurais (34,0%), associações pré-sindicais (14,7%); associações de funcionários públicos (10,8%); federações (0,5%); entidades nacionais (0,8%) e confederações (um só caso). Estiveram representadas 912 entidades. *(Fonte: 1 CONCLAT,* 1984, publicação da CUT). Nesta Tabela 4, aparecem no I CONCUT duas categorias de entidades que não foram consideradas nos demais: as associações pré-sindicais e as associações profissionais. As primeiras são as associações que aguardavam reconhecimento do Ministério do Trabalho para serem transformadas em sindicatos; as segundas eram entidades civis de categorias profissionais com algum grau de representatividade, mas sem reconhecimento legal. Essas entidades podem estar localizadas em qualquer setor de atividade, com exceção do funcionalismo público. Consequentemente, na tabela, o número de entidades nos setores rural, industrial e de serviços deve ser ligeiramente maior, uma vez que as associações profissionais e pré-sindicais distribuem-se por esses setores. Nota-se, ainda, que a categoria profissões liberais só foi distinguida no segundo congresso, enquanto transporte e finanças aparecem discriminados apenas no terceiro. Nos anteriores, estavam incluídos no setor de serviços.

Deve-se notar, por outro lado, quando se compara o terceiro congresso com o primeiro, o forte declínio da proporção de delegados de base. No I CONCUT,

estes chegaram a representar cerca de 66 % do total de participantes. No III CONCUT, a proporção havia caído para cerca de 51 %. Complementarmente, a porcentagem de delegados de diretoria, depois de ter representado 34 % no I CONCUT e caído para 30% no segundo, chegava a 49% no terceiro congresso.

Tabela 5
Número de delegados nos congressos da CUT

	Delegados de base	*Delegados de diretoria*	
1º Congresso	3440	1782	5222
	(65,9)	(34,1)	(100,0)
2º Congresso	3649	1532	5181*
	(70,4)	(29,6)	(100,0)
3º Congresso	3178	3065	6243
	(50,9)	(49,1)	(100,0)

Fontes: 1º Congr.: *Jornal da CUT,* edição especial do *Boletim Nacional,* Rio de Janeiro, 1986; 3? Congr.: Secretaria da CUT nacional
* As publicações da CUT referentes ao segundo congresso apresentam algumas discrepâncias. O *Almanaque da CUT* (agosto de 1986) indica 1.014 entidades e 5.564 delegados presentes nesse CONCUT. Já os dados apresentados pelo *Jornal do 2º Congresso,* reproduzidos acima, indicam 933 entidades e 5.181 participantes. Utilizamos esta última fonte porque era a que distinguia os delegados de base dos de diretoria.

A combinação dessas duas variáveis – aumento da proporção de delegados de diretoria em detrimento dos delegados eleitos diretamente pela base, e o aumento da importância dos sindicatos e associações de funcionários públicos e do setor de serviços – mostra o avanço da CUT na conquista de novas diretorias. Desse ângulo, a CUT torna-se mais "institucional" (ou "burocrática", como talvez preferissem dizer as facções de oposição à tendência Articulação). Por outro lado, a elevação da proporção de entidades de delegados do funcionalismo público e do setor de serviços expressa o progresso da CUT entre as categorias profissionais de assalariados de escritório e de classe média, que constituem precisamente os segmentos onde a sindicalização vem ganhando impulso nos últimos anos (ver cap. 2, "Perfil dos delegados").

As disputas internas

O III CONCUT abriu-se num clima tenso, precedido de duras acusações e acaloradas discussões entre as facções. Muitos pontos, de modo explícito ou implícito, estavam em debate, tendo como pano de fundo a natureza da CUT, como uma central voltada para a área trabalhista ou como uma central de natureza mais política do que sindical. Questão importante, além da escolha de uma nova

Executiva Nacional (quinze membros efetivos e cinco suplentes) e de uma nova Direção Nacional (83 efetivos e 41 suplentes), eram as mudanças nos estatutos da CUT, propostas pela tendência Articulação e rejeitadas com indignação pelas oposições. Na realidade, as divergências já haviam emergido fortemente no segundo congresso, quando a facção majoritária foi submetida a intensa pressão por parte dos grupos de esquerda. Depois do II CONCUT, o quarto congresso estadual da CUT paulista serviu como uma *avant-première* do III CONCUT. Realizado em Campinas, em julho de 1988, com a presença de 1 563 delegados, o congresso da CUT paulista terminou com a vitória da Articulação. A chapa encabeçada pelo médico Arlindo Chinaglia obteve 57,5% dos votos, ficando com cinco dos nove postos da Executiva estadual; a CUT pela Base recebeu 31,5% dos votos, garantindo três postos; e a Convergência Socialista, 11,5%, ficando com apenas um posto na Executiva.[12]

Diante do acirramento das disputas, o Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 6 e 7 de agosto de 1988, considerou necessário manifestar sua "apreensão" com os rumos dos debates.[13] O próprio presidente da entidade, Jair Meneguelli, por sua vez, chegou a considerar que a CUT estaria "doente", embora a doença não fosse grave.[14]

Aberto o III CONCUT, ficou logo evidenciado que a Articulação contava com a preferência da maioria dos delegados. Num total de 5.886 votos, a chapa encabeçada por Jair Meneguelli, da Articulação, que apresentou a tese nº 10 obteve 60,4% dos votos, garantindo nove membros efetivos da Executiva

[12] *CPV Dossiê – CUT Documentação: Congressos,* 1988, *passim.* No Rio, Carlinho Santana, presidente do Sindicato dos Ferroviários, da "Força Socialista", com apoio da "Democracia e Luta", foi eleito presidente da CUT estadual, derrotando o candidato da Articulação. A Executiva estadual ficou composta por três membros da Articulação, dois da "Força Socialista", dois da "CUT pela Base", um de "Unir a Cidade e o Campo" e um da "Democracia e Luta". *Ibidem, passim.*
[13] *Boletim Nacional,* ago.-set. 1988, *in Dossiê CPV, op. cit.,* p. 52. Outros dirigentes do PT, com atuação no meio sindical, acusavam as correntes de oposição de ver na Articulação o "principal inimigo a ser combatido" e de mover "uma guerra" contra ela. Cf. Luiz Gushiken, Paulo Okamoto e Clara Ant, "O Umbigo e o Mundo Exterior", *idem,* p. 53.
[14] A frase completa do presidente da CUT, segundo entrevista ao *Boletim Nacional, é* a seguinte: "Eu acho que ela (a CUT) está doente. Mas não é uma doença incurável, um câncer ou uma AIDS: é no máximo uma gripe". Nessa mesma entrevista Jair Meneguelli explicitaria que seria sobre a "prática sindical" que se localizaria o principal problema da entidade: "Desde o começo, nós nos propusemos construir uma central pluralista, apartidária; um dia, poderia ter entre nós não só militantes petistas, mas dirigentes ligados ao PCB, PC do B e até mesmo ao PMDB e ao PDS. Como isso não acontece, muitos companheiros acabam confundindo as questões específicas de uma entidade sindical, teoricamente unitária, com o papel de um partido político, no caso o PT". *Idem,* p. 52.

Nacional e cinquenta na Direção Nacional. Para essa vitória, a Articulação contou com o apoio da tendência Força Socialista, que apresentara a tese nº 1. (Cumpre notar que, no II CONCUT, a Força Socialista havia se unido à Convergência Socialista, em oposição à tendência majoritária.) O segundo lugar ficou para a chapa "Construir a CUT pela Base" (tese nº 6), encabeçada por Durval de Carvalho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. Esta chapa recebeu 23,4 % da votação, ficando com quatro lugares na Executiva e 19 na Direção. Expressando as posições da tendência CUT pela Base, a chapa de Durval de Carvalho teve o apoio do grupo trotskista do jornal *O Trabalho* e dos sindicalistas que apoiavam a tese nº 7 ("CUT do Trabalhador"). Em último lugar, ficou a chapa "CUT é pra Lutar", liderada por Cyro Garcia, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro: Com 16,3% dos votos, ficou com direito a dois membros na Executiva e 14 na Direção Nacional. Essa chapa resultou de uma composição entre os que apoiavam a tese nº 9 ("Democracia e Luta", que expressava as posições da Convergência Socialista), da tese nº 8 ("Unir a Cidade e o Campo", ligada ao grupo Causa Operária) e da tese nº 3 ("Construir a CUT Classista e pela Base", que representava as posições do PCBR).[15]

Considerando os membros efetivos e suplentes da Executiva Nacional, do segundo para o terceiro congresso ocorreram as seguintes alterações:

	II CONCUT	*III CONCUT*
Articulação	12 membros	10 membros
Força Socialista	1 membro	2 membros
Democracia e Luta	2 membros	1 membro
Unir a Cidade e o Campo	2 membros	1 membro
Construir a CUT Classista e pela Base	–	1 membro
CUT pela Base	3 membros	5 membros
Total	20 membros	20 membros

Fonte: Quinzena, nº 61, 1.12.1988.

Tendo a maioria no III CONCUT, a tendência Articulação conseguiu a aprovação de um conjunto de Tendo a maioria no III CONCUT, a tendência Articulação conseguiu a aprovação de um conjunto de alterações nos estatutos de modo a tentar ser amplamente dominante nos futuros congressos regionais, estaduais e nacionais da CUT. A partir do III CONCUT somente delegados das entidades filiadas à central poderão participar dos congressos, ao contrário do que acontecia anteriormente. O número de delegados que cada entidade poderá enviar deverá ser proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, e não mais ao número de trabalhadores existentes na jurisdição do sindicato (critério válido também para as oposições sindicais pró-CUT que estão em disputa com diretorias anti-CUT). Ademais, para reduzir a influência das oposições, ficou decidido que seus delegados deverão ser proporcionais ao número de votos que conseguirem no último escrutínio das eleições para a diretoria do sindicato. Para as oposições que não disputaram as últimas eleições sindicais, o número de delegados não poderá ser superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT. Além disso, somente as oposições sindicais reconhecidas pelas CUTs estaduais poderão participar do congresso nacional.

Outra medida importante foi mudar a periodicidade dos congressos nacionais, de dois para três anos. Com a ampliação do intervalo entre os congressos, a direção da CUT passou a ter mais autonomia para a tomada de decisão diante de fatos novos da política e da economia brasileiras.

As tendências de oposição, como dissemos, opuseram-se à reforma dos estatutos. Consideraram as mudanças efetuadas como medidas burocráticas e autoritárias, destinadas a enfraquecer, ou eliminar, a democracia interna, a participação das bases, etc. A tendência majoritária, de seu lado, acusou os adversários de "sectarismo" e "vanguardismo".

No entrechoque das acusações e denúncias recíprocas, para legitimar suas posições, as facções recorrem aos princípios e valores inquestionáveis do meio sindical. Burocratismo e sectarismo, tal como oportunismo e aventureirismo, são fantasmas que assombram habitualmente o movimento sindical em particular e a esquerda em geral. A história do sindicalismo está coalhada de exemplos. As facções moderadas são geralmente alcunhadas de oportunistas; as mais radicais, de aventureiras. As direções que partilham das responsabilidades do poder são frequentemente acusadas de oportunistas e conciliadoras no trato com o patronato e o governo, e de autoritárias e burocráticas no trato com a base. As facções mais à esquerda, geralmente fora do poder, por sua vez, são normalmente acusadas de irresponsáveis, sectárias, infantis, utópicas. Em geral, ambos os lados têm alguma dose de razão, na medida em que duas lógicas se encontram: a da situação, que pretende a manutenção do status quo e, consequentemente, privilegia os interesses da organização, e a da oposição, que pretende a mudança e, assim, valoriza o movimento. No caso específico da CUT, a Articulação tem argumentos poderosos na defesa de suas propostas. A periodicidade dos congressos nacionais da CUT,

[15] *Boletim Nacional* nº 21, set. 1988, *III CONCUT: Registro e Imagens.* e "O Perfil das Chapas", *Quinzena* nº 61, 1.12.1988.

sempre com mais de cinco mil participantes (o último chegou a mais de seis mil), efetuados a cada dois anos, obriga a entidade a um ininterrupto e estafante esforço de preparação de congressos. O término de um é seguido do trabalho de publicação das teses, divulgação das resoluções, aplicação (em princípio...) do que foi decidido, etc. Nem bem terminada essa tarefa e organizado o funcionamento interno das novas direções, cumpre iniciar a preparação do congresso seguinte. Além disso, o número muito elevado de participantes aumenta o esforço organizatório e os gastos, obrigando a direção a um permanente trabalho de captação de recursos. O número elevado de delegados impede, ou pelo menos dificulta bastante, as discussões das teses e propostas. De outro lado, os regulamentos anteriores favoreciam as oposições sindicais em detrimento dos grandes sindicatos. As facções mais radicais aumentavam sua influência, tendo à sua disposição uma massa de delegados dos quais uma parcela ponderável de ouvintes não era composta por sindicalistas com posição de responsabilidade nas diretorias dos sindicatos e associações. Consequentemente, os congressos da CUT tomavam o caráter mais de uma reunião de tendências e facções políticas atuantes no meio sindical do que de uma reunião de sindicalistas. No terceiro congresso, as numerosas e extensas teses apresentadas, dedicadas à análise da sociedade, da economia, do sistema político, não foram objeto de uma discussão mais cuidadosa em plenário e, pelo que pudemos observar, não foram lidas nem mesmo pelas principais lideranças. Assim, de fato, a consolidação da CUT como central sindical exigiria mudanças substanciais na organização dos congressos, afetando sua periodicidade, número de delegados, modo de escolha dos participantes, etc. Essas mudanças, no entanto, tendem a reforçar, salvo surpresas, a tendência Articulação e a enfraquecer a esquerda e as oposições sindicais. Têm razão as facções de oposição quando afirmam que as alterações estatutárias aumentam o poder das direções dos sindicatos e enfraquecem a intervenção das bases. Desse modo, cada lado encontra muito fundamento na defesa de suas proposições, que são, aliás, coerentes com sua concepção sindical e com sua situação de superioridade ou inferioridade no interior da CUT. Ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista. Aqui, é difícil saber, na hipótese de vitória das facções de oposição, que recursos teriam para levar à prática suas propostas e transformar o discurso contestatório numa prática revolucionária. Essa dúvida

encontra fundamento quando se verifica que a atuação dos sindicatos controlados pelas facções de oposição, especialmente CUT pela Base e Convergência Socialista, não se distinguem particularmente por uma atuação tão radical quanto suas posições políticas e ideologia fariam supor.

De acordo com o prof. Aloizio Mercadante, economista do PT e um dos poucos que procuraram dar base teórica às posições da Articulação, haveria no interior da CUT duas tendências sindicais: de um lado a tendência de um sindicalismo vanguardista, e, de outro, o novo sindicalismo classista, autônomo e de massas, representado pela Articulação. O primeiro subestimaria as lutas reivindicatórias, desprezaria as lutas imediatas e as “conquistas concretas da classe trabalhadora através de sindicatos”, confundindo, permanentemente, partido e sindicato.[16]

Já o sindicalismo de classe e de massa (da Articulação) entenderia que o “sindicato é um instrumento de luta dos trabalhadores contra a exploração dos patrões, mas seria, ao mesmo tempo, um instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho que se desenvolve dentro do sistema capitalista”. O que definiria o sindicalismo classista da Articulação seria, “por um lado, atrair e mobilizar as amplas massas de trabalhadores, e, de outro, dar à organização dos assalariados o caráter de uma organização representativa de toda a classe trabalhadora em oposição à classe burguesa”. Nessa concepção, o sindicalismo não deveria assumir “um programa ou uma estratégia de luta pelo poder socialista, menos ainda adotar uma definição ideológica”.[17] Na mesma linha, e contrariando a posição assumida pelo II CONCUT, Jair Meneguelli é enfático ao afirmar que a CUT não deve ser caracterizada como socialista, embora seus dirigentes possam sê-lo.[18]

---

[16] Aloizio Mercadante, “Resultados para Quem?”, *Teoria e Debate,* ano I, nº 1, dez. 1987, *passim.* Uma avaliação de conjunto dos debates no interior da CUT pode ser encontrada em “Concepções e Práticas Sindicais na CUT”, *Quinzena,* nº 55, 20.8.1988. Essa publicação traz artigos e documentos das diferentes tendências. Dois textos importantes, de crítica ao artigo do Prof. Aloizio Mercadante, estão nessa edição especial de *Quinzena.* Referimo-nos ao artigo de Américo Bernarde, “Dois Rumos para o Debate na CUT”, publicado originalmente no jornal *Em Tempo,* fev.-mar. 1988 p. 8, e o artigo de Renato Simões, “Concepções, Práticas e Divergências. Para Onde Vai a CUT?”. Ver também a defesa das posições do Movimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas feitas por Waldemar Rossi, “Sobre as Divergências no Interior da CUT”, São Paulo, 1988, publicação do MOSMSP.

[17] “Concepção e Prática Sindical”, resolução aprovada no III Congresso da CUT Estadual segundo documento apresentado por vários sindicatos de metalúrgicos que integram a corrente Articulação, *Quinzena,* nº 55, 20.8.1988, p. 31. Esse documento, assim como a tese nº 10 aprovada no III CONCUT, teve, provavelmente, como principal redator o prof. Aloizio Mercadante.

[18] Entrevista de Jair Meneguelli, *Teoria e Debate,* revista trimestral do PT, nº 5, ano II, jan.-fev.-mar. 1989, p. 34.

A caracterização das tendências que se digladiam no interior da CUT encontra alguma dificuldade na medida em que a tendência Articulação rejeita a socialdemocracia, defende o socialismo como meta histórica da classe trabalhadora, enquanto as tendências opostas rejeitam a acusação de vanguardismo, de sectarismo, e insistem também na tese de que a CUT não deve ser confundida com um partido político. À primeira vista, a se ater às declarações de todas as correntes, as divergências não seriam profundas. No entanto, nas análises do contexto nacional e na orientação da ação, um divisor de águas separa, de um lado, a tendência Articulação e, de outro, a CUT pela Base e a Convergência Socialista, as duas principais forças opositoras ao grupo majoritário. Um ponto importante de divisão foi a atuação diante da Assembleia Nacional Constituinte. A tendência Articulação orientou- se, de acordo, aliás, com decisão do II CONCUT no sentido de pressionar o Congresso Constituinte, "única possibilidade concreta de assegurar algumas conquistas".[19] Para algumas tendências de oposição, a "priorização" da ação no plano institucional teria debilitado as ações de massa e, especialmente, contribuído para o "esvaziamento da greve geral".[20]

Outras tendências acusam a direção nacional da CUT de ter adotado "uma perspectiva puramente parlamentar no caminho da 'pressão', através de 'emendas populares' subscritas por abaixo-assinados, caravanas e microlobby. Ignoraram por completo a maior parte das resoluções do CONCUT, que se referiam à denúncia e ao desmascaramento do Congresso Constituinte". A tendência majoritária foi também acusada de compor, na Frente Nacional das Entidades Democráticas e Populares em Defesa dos Direitos do Povo na Constituinte, com os setores "mais atrasados, reformistas e pelegos".[21] Assim, as divergências, que

[19] *Resolução do II Congresso,* caderno especial, item "A Luta da CUT pela Participação dos Trabalhadores na Constituinte", p. 17. Contrariamente, o mesmo documento, à p. 19, entende que a principal tarefa da CUT seria "denunciar o caráter antidemocrático e não soberano" da Constituinte e reivindicar uma "Assembleia Constituinte exclusiva, democrática e soberana".

[20] Ver, por exemplo, a tese nº 7, apresentada no III CONCUT pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Jundiaí e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mogi das Cruzes, todos do Estado de São Paulo.

[21] Cf. tese nº 8, "Unir a Cidade e o Campo numa CUT de Classe e de Luta", apresentada por onze sindicatos de vários estados. A tese nº 6, do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e do Sindicato dos Plásticos de São Paulo ("Construir a CUT pela Base"), que expressa as posições da CUT pela Base, denuncia o processo de "sectarização e burocratização" que estaria em curso na entidade sob a direção da Articulação. Os membros dessa tendência, com funções de direção na CUT, são acusados de centralizar o poder diretivo da Central e de abusar do poder econômico, duas práticas que

no plano doutrinário formal às vezes se embaralham, adquirem contornos mais claros quando referidas a opções mais concretas de atuação da entidade, ou seja, quando se observa que aspectos foram privilegiados e que outros foram postos de lado. Focalizando as divergências à luz da prática e do tom do discurso, é visível que, no interior da tendência majoritária, forças poderosas a pressionam em direção a uma linha de tipo socialdemocrata, tendente a fazer da CUT uma central de sindicatos voltada para obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior de uma economia de mercado. Se uma orientação dessa natureza prevalecer, a CUT deverá ampliar o leque de alianças no campo político e fortalecer, no campo sindical, a orientação para a negociação e o diálogo com os setores empresariais. A própria reivindicação, defendida notadamente pela Articulação, de um contrato coletivo nacional articulado, deverá reforçar a faceta propriamente sindicalista da CUT. Entretanto, o matiz socialdemocrata não é aceito manifestamente pela tendência majoritária, apesar de suas relações privilegiadas com sindicatos socialdemocratas da Europa Ocidental e das críticas ao socialismo burocrático e autoritário que existe (ou existia) no Leste europeu. No lado oposto, a oposição reúne correntes que tendem a valorizar um sindicalismo de contestação, orientado para a afirmação da autonomia dos trabalhadores frente a outras forças políticas da sociedade, de rejeição do compromisso e de qualquer forma de participação e de aceitação de responsabilidades na gestão da economia e da sociedade. Essa orientação tem pontos de contato como anarco-sindicalismo da CGT francesa (criada em 1895) ou com os Trabalhadores Industriais do Mundo (o IWW) dos EUA formado um pouco mais tarde, em 1905. Esses pontos de contato podem ser encontrados na valorização do sindicato como um instrumento de mudança social, na defesa de sua autonomia frente aos partidos políticos, na ideia da construção de um sindicalismo "de base", agressivo, sem burocracia, desprezando a atuação partidária, política e parlamentar e exaltando a ação direta e o conflito, vendo a greve geral como a principal arma dos trabalhadores. Muitos outros elementos, porém, distinguem as facções de oposição no interior da CUT do sindicalismo revolucionário do passado. O primeiro, e mais importante de todos, reside no fato de que os sindicatos que integram a CUT fazem parte da estrutura sindical oficial. Como tal, concomitantemente, sofrem restrições e se beneficiam de vantagens garantidas pela legislação. Mesmo as tendências consideradas mais agressivas, mais à esquerda, atuam através dos sindicatos oficiais. É desse interior que

constituiriam "verdadeiros instrumentos de partidarização da Central" (cf. *Teses ao Congresso,* CUT, nº 20, 2 ed., 1988, p. 27).

buscam mobilizar os trabalhadores. No final, apesar do discurso anticorporativo, toda a atuação prática das lideranças "combativas" e de esquerda acaba por resultar no fortalecimento do sindicalismo oficial e do corporativismo, que, suspeitamos, seja mais interessante controlar do que destruir.

Mesmo as oposições sindicais, em princípio mais críticas diante do sindicalismo corporativo, lutam precisamente para ganhar a diretoria dos sindicatos oficiais e não para construir organizações paralelas ou autônomas. Apenas esse fato, quer dizer, o fato de a CUT estar montada, assim como as demais centrais, sobre a estrutura sindical oficial, compromete qualquer tentativa de elaboração de um projeto sindical de esquerda que possa ter alguma semelhança mais estreita com correntes sindicais do passado.

É aí que reside o artificialismo das propostas não apenas das facções "esquerdistas", mas também do projeto de um sindicalismo classista, de massa, democrático, de luta e pela base que a Articulação, em particular, e a CUT, em geral, pretende realizar através das entidades que fazem parte de uma estrutura que, em princípio, é combatida por todas as tendências cutistas. Esse projeto só deixará de ser uma retórica quando o sindicalismo brasileiro for capaz de se impor aos empregadores e ao Estado baseado na capacidade de organização dos próprios trabalhadores e sustentado pelas cotizações voluntárias de seus filiados.

Outro aspecto que dificulta comparações ente a CUT e outros modelos sindicais do passado diz respeito à base social de sustentação da entidade. O sindicalismo que surgiu com a expansão do capitalismo foi fundamentalmente um movimento de trabalhadores manuais da classe operária: dos ex-artesãos, dos operários qualificados, no inicio, e posteriormente dos trabalhadores dos grandes estabelecimentos fabris da produção em série. Camponeses e empregados de escritórios não tinham participação significativa no movimento sindical. As federações e confederações de trabalhadores, as "centrais sindicais" da época, reuniam basicamente associações de trabalhadores manuais ou braçais das fábricas e de serviços como docas, ferrovias, etc. Com raras exceções, eram empregados do setor privado. Com relação a esse sindicalismo, a CUT apresenta os seguintes pontos de diferenciação:

1. grande parte dos sindicatos ligados à CUT é constituída de sindicatos de trabalhadores agrícolas, na maioria pequenos proprietários, mas também assalariados, posseiros, trabalhadores "sem-terra" etc.;
2. grande parte das entidades cutistas são associações ou sindicatos de empregados de escritórios, dos setores de serviços;

3. os sindicatos e associações do setor público têm um peso no interior da CUT que nunca tiveram na "fase revolucionária" do movimento sindical de outros países de antiga industrialização. O Estado é, assim, um dos principais interlocutores da CUT, o que tende a aumentar o componente político da atuação sindical;
4. a maior parte da liderança dos sindicatos cutistas pode ser classificada, *grosso modo,* como de classe média.

Caberia, aqui, distinguir, de um lado, os estratos superiores dos trabalhadores fabris, notadamente os operários qualificados do setor moderno, com salários de classe média e níveis de instrução de classe popular e, de outro, a imensa e bem mais heterogênea massa de empregados do setor privado e das empresas estatais e dos governos – saúde e educação, em especial – com níveis de escolaridade relativamente altos e salários baixos. Enquanto os empregados do setor privado, com exceção dos bancários, se dispersam num incontável número de micro e pequenas empresas do mercado formal e informal, os empregados do governo e das estatais lidam com um número bastante pequeno de empregadores. Essa é uma das principais razões pelas quais o sindicalismo de empregados tende a ser fundamentalmente um sindicalismo do setor público.

Em termos de estratificação social, o grupo de operários qualificados do setor industrial ascendeu nas últimas décadas, enquanto o dos empregados de muitas ocupações tradicionalmente classificados como de "classe média" declinou. Os exemplos mais conspícuos são os professores do magistério elementar, os bancários, os comerciários e, mais recentemente, mas em escala menor, médicos, professores do magistério secundário e superior, etc.

5. Os sindicatos cutistas fazem parte da estrutura sindical oficial, organizados segundo o modelo corporativo. Como tal, são os únicos a poderem representar as "categorias profissionais" junto ao patronato, ao governo e à Justiça do Trabalho. Beneficiam-se igualmente dos recursos advindos da contribuição sindical e da contribuição assistencial.

Esses aspectos dizem respeitos às características da organização e funcionamento dos sindicatos. São características de natureza institucional. Conviria considerar, ademais, as variáveis de natureza ambiental que dizem respeito ao meio social e político no interior do qual ocorre a ação sindical. As circunstâncias que cercaram o desenvolvimento do sindicalismo anarquista, socialista ou comunista têm poucos aspectos em comum com o meio e o momento do surgimento da CUT. Três aspectos diferenciadores principais devem ser sublinhados:

1. o intervencionismo governamental nos diferentes setores da vida nacional. A consequência é a presença de um sistema legal de proteção ao trabalhador inexistente nas fases iniciais da industrialização capitalista. Se o sistema é pouco eficaz, e às vezes ineficiente, as causas não residem na falta de legislação, mas nas condições sociais, culturais e políticas que dificultam sua aplicação ou reduzem o seu alcance, especialmente nas áreas em que a vigilância sindical é fraca ou inexistente;
2. a ação sindical se efetua numa situação de democracia de massas, em que o controle de muitas instâncias importantes do sistema de decisões e de poder escapa dos grupos empresariais. Num contexto em que as camadas assalariadas e populares formam a maior parte do eleitorado, as reivindicações trabalhistas tendem a encontrar aliados e canais de encaminhamento muito mais amplos do que o sindicalismo encontrou em fins do século XIX e inícios do atual;
3. a implosão dos regimes dos países do Leste europeu e a crise terminal das ideologias socialistas tornam cada vez menos exequíveis a busca de soluções de tipo socialista e menos intelectualmente convincentes e politicamente mobilizadoras as palavras de ordem anticapitalistas.

Todos esses fatores institucionais e ambientais reduzem as possibilidades de desenvolvimento de um sindicalismo socialista revolucionário, de luta de classes, que algumas correntes, no interior da CUT, pretendem desenvolver. Certamente, as brutais desigualdades sociais e a miséria do país alimentam a retórica radical através da qual se procuram legitimar as alternativas socialistas ou revolucionárias. Mas as denúncias de uma realidade social iníqua, por mais fundadas que possam ser, não bastam para permitir a reprodução de modelos e estilos de sindicalismo que foram frutos de contextos históricos muito diferentes.

CAPÍTULO II

PERFIL DOS DELEGADOS

A análise das profissões e ocupações, no interior das Ciências Sociais, constitui um dos terrenos mais repletos de armadilhas. Esse fato é conhecido pelos sociólogos que se aventuram por esse pântano. Apesar disso, trata-se de um espaço em que os pesquisadores não podem deixar de entrar pela quantidade de informações fundamentais que a composição sócio-profissional das instituições oferece para a análise.

Nesta pesquisa foi esse, seguramente, um dos problemas mais sérios com que nos defrontamos. Ocorre que, pela natureza do procedimento adotado para a coleta de informações (questionários com poucas, mas variadas questões a ser respondido pelo próprio delegado ou aplicado com auxílio de um entrevistador), não havia possibilidade de um aprofundamento nessa área. Tivemos, pois, que nos contentar com uma única pergunta formulada deste modo: “Qual a sua profissão? (Se você tiver mais de uma, indique a que considera mais importante)”. Na medida em que a área não foi cercada com outras questões, muitas dificuldades apareceram no momento da codificação. Na imensa maioria dos casos, contudo, elas puderam ser satisfatoriamente resolvidas mediante a verificação das respostas dadas a outras questões, como o nível de escolaridade e a entidade que o entrevistado representava. Com isso, obteve-se razoável dose de confiança na classificação e codificação das respostas. Para a codificação, usamos a Escala de Prestígio Ocupacional elaborada em 1982 por Solange Santos e utilizada pelo SENAI. Considerando os objetivos específicos da nossa pesquisa e os interesses da CUT, algumas alterações foram introduzidas na escala.[1]

[1] Cf. Solange Santos, *Escala de Prestígio Ocupacional,* SENAI, Departamento Regional de São Paulo, 1982. Como foi ressaltado, não seguimos inteiramente a composição das ocupações do SENAI. Assim, os professores do magistério secundário e universitário foram tabulados separadamente, uma vez que, dada a importância dessa categoria na CUT, era interessante obter informações mais precisas sobre sua participação no III CONCUT.

Seguindo parcialmente a Escala de Prestígio Ocupacional, foram distinguidos os seguintes grupos de ocupações:

1. *Trabalhadores de ocupações manuais e braçais sem qualificação:* trabalhadores rurais, lavadeiras, empregadas domésticas, jardineiros, peões de obra, carregadores, etc. No caso do III CONCUT, a quase totalidade dos delegados classificados neste grupo ocupacional era de trabalhadores rurais.
2. *Trabalhadores de ocupações não manuais sem qualificação:* ascensoristas, auxiliares de topografia, auxiliares de almoxarifado, auxiliares de escritório, balconistas, camelôs, contínuos, *office-boys,* porteiros, vendedores ambulantes, vigilantes, carteiros, mensageiros de motocicleta, recepcionistas.
3. *Trabalhadores industriais de baixa qualificação:* armadores, acabadores de móveis, ajudantes de impressor, ajudantes de mecânico, de encanador, cortadores de couro, forneiros, mineiros, embaladores, prenseiros, lixadores, balanceiros, controladores de tráfego de minas, montadores e operadores em geral.
4. *Trabalhadores semiqualificados da construção civil:* ajudantes de pedreiro, calceteiros, ladrilheiros, serventes de pedreiro, estucadores, etc.
5. *Trabalhadores manuais especializados ("artesãos"):* alfaiates, cabeleireiros, confeiteiros, panificadores, etc.
6. *Trabalhadores especializados não manuais no comércio ou serviços:* armazenistas, almoxarifes, auxiliares de administração, secretárias, vendedores, corretores, despachantes, conferentes, escriturários, feirantes, etc.
7. *Trabalhadores industriais de qualificação elevada:* torneiros, ajustadores, fresadores, mecânicos, soldadores, caldeireiros, eletricistas, feitores de produção, gasistas, inspetores de qualidade, marceneiros, líderes de seção, mandriladores, mecânicos de manutenção, prensistas, tapeceiros, operadores de *composer,* topógrafos, soldadores, ferramenteiros, tupistas, petroquímicos, prensistas, vidreiros, modeladores, etc.
8. *Trabalhadores qualificados da construção civil:* carpinteiros, encanadores, mestres-de-obra, pintores de obra, pedreiros, bombeiros hidráulicos, etc.
9. *Trabalhadores qualificados manuais no comércio e serviços:* datilógrafos, digitadores, auxiliares de processamento de dados, motoristas, telefonistas, ferroviários, metroviários, etc.
10. *Trabalhadores qualificados não manuais no comércio ou serviços:* bancários na sua quase totalidade, mas também caixas do setor comercial, distribuidores, escriturários, securitários, teletipistas, marítimos e aeronautas de escolaridade média, etc.

11. *Profissionais de nível médio*: todos os técnicos, tais como: técnicos administrativos, técnicos agrícolas, de telecomunicação, de telefonia, de agropecuária, em química, em refrigeração, em transporte, etc. De modo geral, este grupo inclui profissionais com colegial completo ou superior incompleto.
12. *Profissionais de nível superior:* advogados, médicos, engenheiros, biólogos, geólogos, jornalistas, sociólogos, psicólogos e todos aqueles cuja atividade profissional requer diploma de nível superior.
13. *Artistas e atletas profissionais:* mestres de desenho, músicos, atores, palhaços recreativos, pintores artísticos, fotógrafos, etc. Somente doze casos foram encontrados e incluídos na categoria "outras ocupações".
14. *Executivos de empresas:* gerentes, administradores e diretores de empresa. Somente nove casos foram encontrados e incluídos na categoria "outras ocupações".
15. *Funcionários públicos sem especificação:* todos os casos em que constava apenas funcionário público, sem outra especificação.
16. *Professores do magistério elementar:* todos os professores desse nível. Nos casos em que não estava especificado o nível do magistério, foi possível classificar o entrevistado pelo grau de escolaridade.
17. *Professores do magistério secundário e superior:* todos os professores desses dois níveis.
18. *Atividades relacionadas ao ensino:* orientadores educacionais, supervisores, diretores de escola. Somente doze casos foram encontrados e incluídos na categoria "outras ocupações".
19. *Pescadores:* foram encontrados vinte casos e incluídos na categoria "outras ocupações".
20. *Seringueiros, garimpeiros e matagueiros:* apenas 26 casos, incluídos na categoria "outras ocupações".

A classificação do SENAI incluía também outras categorias profissionais, tais como agentes das Forças Armadas, agentes da polícia civil, religiosos, agentes do poder público. Nenhuma dessas ocupações ou profissões foi registrada entre os delegados ao III CONCUT.

Provavelmente a margem de erro para a classificação e codificação das profissões tenha sido maior do que para outras questões. Se, para os casos dos professores, profissionais de nível superior e trabalhadores rurais, a margem de dúvida foi pequena, no caso dos técnicos de nível médio e trabalhadores industriais as dificuldades foram mais acentuadas. Nesses casos, o sindicato, o

ramo econômico e o nível de escolaridade serviram geralmente como ponto de apoio para a eliminação de dúvidas.

Embora o objetivo da escala fosse medir a trajetória profissional dos egressos dos cursos do SENAI através da valorização social das variadas ocupações, a sua utilização nos permitiu agrupar as ocupações em classes mais amplas e operacionais para os fins da pesquisa. Desse modo, e embora de forma indireta, a Escala do SENAI possibilitou aferir a importância dos segmentos profissionais presentes no III CONCUT em termos de sua posição na hierarquia social.

Idade, escolaridade e tempo de militância

No conjunto, o III Congresso da CUT é um congresso de militantes sindicais *jovens.* A média de idade é de 33,1 anos, com aproximadamente 75% dos delegados concentrados nas faixas etárias entre 21 e 39. Acima dos 69 anos registraram-se 19 casos, e, acima dos 70, somente dois. O delegado mais idoso que respondeu ao questionário tinha 77 anos, e o mais jovem, 15.

Tabela 6
Idade dos Delegados

Idade	*%*
Até 20 anos	3,5
21 a 29	36,2
30 a 39	38,5
40 a 49	14,7
50 ou mais	7,1
Total: n = 4 282	100,0

Os delegados dos sindicatos rurais são os que apresentam uma distribuição mais uniforme pelas diferentes faixas de idade. Nessa categoria está a maior proporção de delegados com idade inferior a vinte anos (5,8 %), e, no outro extremo, a mais elevada proporção de idosos: 14,3 % com mais de 50 anos. Na verdade, *a proporção de participantes com mais de 50 anos tende a ser mais elevada nas categorias ocupacionais menos qualificadas.* Entre os operários de baixa qualificação da indústria, a proporção de pessoas nessa faixa foi de 7,5 %, enquanto, entre os operários qualificados, baixava para 4,8%. É interessante cotejar esses dados com os dos profissionais de nível superior. Nessa categoria, somente 0,9 % dos participantes tinham mais de 50 anos, ao passo que com menos de vinte não se encontrou ninguém.

Exatamente o mesmo fenômeno foi registrado entre os professores do magistério superior e secundário: 2,6 % tinham mais de 50 e 0,4 % menos de vinte anos. No caso dos profissionais de nível superior, 86,6 % tinham entre 21 e 39 anos, o que indica uma elevada concentração nas faixas de idade intermediárias. De modo geral, como mostra a Tabela 7, *à medida que se sobe na escala social dos delegados, tende a diminuir a proporção dos muito jovens e dos muito idosos,* com a consequente concentração nas faixas sócio-profissionais intermediárias. Esta pesquisa não fornece elementos que permitam explicar o fenômeno. É possível, aqui, que a elevada concentração de delegados das categorias profissionais de alta escolaridade nas faixas entre 21 e 39 anos se deva, de um lado, ao tempo mais longo exigido pela formação profissional e, de outro, ao envolvimento mais intenso na própria profissão a partir dos 40 anos, o que afastaria os profissionais liberais, professores e técnicos qualificados mais idosos da militância sindical. A conclusão dos estudos universitários não ocorre antes dos 22 anos. Consequentemente, entre as profissões que exigem diploma universitário não se poderiam encontrar representantes com menos de vinte anos.

Tabela 7
Categorias ocupacionais e idade

	Até 20	21-29	30-39	Idade		%	
				40-49	50 ou +		
Trabalhadores rurais e braçais	5,8	32,3	28,0	19,6	14,3	100,0	1386
Profissionais de nível superior	–	32,3	54,3	12,5	0,9	100,0	439
Profissionais de nível médio	1,7	38,0	49,8	9,1	1,4	100,0	353
Trabs. inds. de qualificação elevada	0,9	32,3	47,5	14,5	4,8	100,0	331
Profs. do magistério secund. e sup.	0,4	23,2	55,7	18,1	2,6	100,0	271
Trabs. qualif. não manuais do com. e dos serv.	0,6	56,1	38,4	4,3	0,6	100,0	164
Funcionários públicos	2,1	52,3	36,6	6,2	2,8	100,0	145
Trabs. ind. de baixa qualificação	3,8	44,4	32,3	12,0	7,5	100,0	133
Trabs. especializados manuais ("artesãos")	6,2	39,2	38,1	10,3	6,2	100,0	97
Trabs. qualificados da construção civil	2,1	24,2	35,8	24,2	13,7	100,0	95
Professores do ensino elementar	4,7	54,6	27,9	12,8	–	100,0	86
Outras categorias	4,9	44,8	35,4	11,5	3,4	100,0	471
n =3971							

Essa hipótese, para explicar a pequena participação de delegados *jovens* das profissões e ocupações cujo exercício exige diploma universitário, parece bastante pertinente. Já a hipótese aventada para explicar a baixa proporção relativa de delegados com mais de 50 não parece tão evidente, embora seja plausível. Estamos supondo que as pessoas mais idosas das profissões de nível superior, por

estarem mais envolvidas com suas atividades profissionais, sejam menos motivadas a participar de um congresso como o III CONCUT (três dias de reuniões, alimentação e alojamentos precários, etc.) do que os mais idosos das profissões menos qualificadas, notadamente os trabalhadores rurais.

Escolaridade e categorias ocupacionais

A distribuição da escolaridade, como seria de se esperar, refletiu o tipo de distribuição ocupacional e profissional dos delegados. Num polo, encontrou-se uma proporção elevada de trabalhadores analfabetos ou semianalfabetos, incluindo entre estes últimos os que não foram além de um ano de escolaridade.

No outro extremo, há cerca de 22% de congressistas com curso superior completo. Somada aos que chegaram a entrar numa universidade, mas não completaram os estudos (por serem ainda estudantes ou porque abandonaram os estudos), a porcentagem dos que possuem alto nível de educação formal chega a um terço dos delegados. Essa proporção é muito maior do que a encontrada entre os eleitores. O corpo eleitoral brasileiro, em 1988, tinha somente 7,8% de eleitores com mais de *doze* anos de escolaridade (Pesquisa *Perfil dos Eleitores,* realizada pela PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio com eleitores de 18 anos ou mais). Lembrando que o término de um curso superior exige no mínimo *quinze* anos de escolaridade, a proporção de eleitores com universitário completo é inferior aos 7,8 % com *doze* anos de escolaridade registrados na pesquisa da PNAD. Consequentemente, o III Congresso da CUT reuniu uma proporção de delegados com níveis de formação escolar muito superiores aos dos eleitores brasileiros em particular, e da população em geral. Já no que tange aos níveis mais baixos de escolaridade, a proporção encontrada no congresso da CUT aproxima-se da existente no país. O *Anuário Estatístico* registrou, para 1985, 20,8% de analfabetos no conjunto da população com mais de dez anos de idade. Já o *Perfil dos Eleitores* encontrou 17% com menos de um ano de escolaridade, aí incluídos os que eram totalmente analfabetos. No Congresso da CUT a proporção foi de cerca de 15%.

Tabela 8
Escolaridade dos delegados

	%	n
Analfabetos e com apenas um ano de escolaridade	14,6	617
Até 4ª série do primeiro grau	18,5	779
Da 5ª série a colegial incompleto	17,6	741
Colegial completo	15,6	659
Curso superior completo ou incompleto	33,7	1416
n = 4212	100,0	

Não seria preciso enfatizar que os mais elevados coeficientes de analfabetismo são encontrados entre os delegados de sindicatos de trabalhadores rurais. Aproximadamente um terço dessa categoria não tem mais do que um ano de escolaridade formal. Uma ínfima porcentagem desses delegados declarou ter chegado à universidade. Essa situação é fortemente contrastante com a dos profissionais liberais e professores do magistério secundário e superior, dois grupos com forte presença no III CONCUT. Aqui, todos os delegados têm formação superior, tendo completado ou começado um curso de nível universitário ou equivalente. Entre os operários industriais de qualificação Elevada observa-se forte heterogeneidade interna: enquanto cerca de 10% o encontram-se próximos de uma situação de analfabetismo, 13% começaram ou terminaram um curso de nível superior (na realidade, como indicam outros dados desagregados da pesquisa não transcritos na Tabela 9, somente 3% dos delegados desse grupo têm curso superior completo). Ao lado dos seus colegas não qualificados e dos trabalhadores especializados do comércio ou de serviços (auxiliares de atividades mais qualificadas, como auxiliares de laboratório, de enfermagem, costureiros, etc.), formam as categorias mais heterogêneas do ângulo da formação escolar.

Tabela 9
Categorias ocupacionais e escolaridade

	Analfabetos e um ano de escolaridade	*Até 4ª série da escola elementar*	*5ª série a colegial incompleto*	*Completaram o colegial*	*Universidade completa ou incompleta*	*n.*	
						%	n.a.
Trabalhadores rurais e braçais	32,4	38,9	20,3	5,9	2,5	100,0	1348
Profissionais de nível superior	–	–	–	–	100	100,0	439
Profissionais de nível médio	1,1	1,1	8,0	39,9	49,9	100,0	351
Trabs. inds. de qualificação elevada	10,4	13,5	35,7	27,8	12,6	100,0	327
Profs. do magistério secund. e sup.	–	–	–	–	100,0	100,0	271
Trabs. qualif. não manuais do comércio e dos serviços	1,2	0,6	6,7	19,6	71,9	100,0	164
Funcionários públicos não especializados	1,4	0,7	8,9	17,2	71,8	100,0	145
Trabs. semiqualificados da indústria	10,7	25,4	39,3	17,7	6,9	100,0	130
Trabs. especializados manuais ("artesãos")	9,3	24,7	29,9	25,8	10,3	100,0	97
Trabs. qualificados da construção civil	30,5	29,2	25,8	11,2	3,3	100,0	89
Professores do ensino elementar	3,5	1,2	9,3	48,8	37,2	100,0	86
Outras categorias	8,0	14,2	22,4	29,1	26,3	100,0	464
N = 3911							

Tempo de militância

No conjunto das categorias ocupacionais presentes no congresso de Belo Horizonte, os professores do magistério *secundário* e *superior,* seguidos de perto pelos trabalhadores industriais de qualificação elevada, são os que possuem maior tempo de militância sindical. No caso dos operários industriais, provavelmente a participação dos metalúrgicos nesse grupo é que explique as proporções mais elevadas de delegados mais experientes. Nota-se, na Tabela 10, que quase a metade da delegação dos professores do ensino secundário e superior e dos

operários industriais qualificados tinha mais de sete anos de participação em atividades sindicais. Essas duas categorias são também as que incluem a menor porcentagem de congressistas com menos de três anos de militância. Por outro lado, os professores de primeiro grau e os funcionários públicos eram as categorias com maior proporção de delegados com menos tempo de militância. Com relação aos professores do *magistério elementar,* chama a atenção o fato de mais da metade ter declarado que não tinha mais do que três anos de experiência sindical. *No conjunto, deve-se destacar que a grande maioria dos participantes do III CONCUT tem pouco tempo de militância sindical, dentro ou fora da CUT.* Pensamos que os seguintes fatores conjugam-se no sentido de explicar o pouco tempo de militância sindical da grande maioria dos congressistas: 1. os anos de ditadura militar, que aniquilou as lideranças vindas do período pré-64. Nesse sentido, convém enfatizar que, para toda uma nova geração de trabalhadores, a atividade sindical começou, de fato, em fins da década de 70; 2. a elevada proporção de trabalhadores jovens no congresso da CUT e no interior da população brasileira; 3. o fato de a própria CUT ser uma instituição bastante nova; 4. o fato de muitas categorias ocupacionais apenas recentemente terem adquirido o direito de se organizar em sindicatos ou associações com funções de reivindicação e com alguma capacidade de mobilização da categoria.

Esse é o caso, mais especificamente, dos professores do magistério elementar e dos funcionários públicos.

Tabela 10
Categorias ocupacionais e tempo de militância

	Anos de militância			%	n
	Até 3 anos	4 a 7 anos	Mais de 7		
Trabs. rurais e braçais	40,7	28,0	31,3	100,0	1263
Profiss. de nível superior	31,6	35,3	33,1	100,0	417
Profiss. de nível médio	33,8	33,4	32,8	100,0	329
Trabs. inds. de qualif. elevada	28,4	27,7	43,9	100,0	303
Profs. do magistério secundário e superior	18,1	33,4	48,5	100,0	254
Trabs. não manuais do comércio e serviços	38,4	31,4	30,2	100,0	156
Func. públicos não especificados	40,8	39,5	19,7	100,0	142
Trabs. inds. de baixa qualificação	48,8	24,0	27,2	100,0	121
Trabs. manuais especializados ("artesãos")	47,5	30,5	22,0	100,0	82
Trabs. qualif. da const. civil	34,1	26,1	39,8	100,0	88
Profs. do ensino elementar	53,7	34,1	12,2	100,0	82
Outras categorias	46,1	31,9	22,0	100,0	432
n = 3669					

Posição nas entidades

Quase a metade dos delegados do III CONCUT é constituída de membros de diretoria de sindicatos ou de associações. Por outro lado, há um número bem menor, mas ainda assim expressivo, de delegados de oposições sindicais: 10,5%. A proporção de congressistas que eram simples associados dos sindicatos não chega a um terço e se divide de modo desigual segundo o tipo de ocupação ou profissão. Foi entre os professores do magistério elementar, seguidos dos trabalhadores rurais e dos operários industriais de baixa qualificação, que foram encontradas as maiores proporções de participantes do congresso que eram simples associados de suas entidades.

Tabela 11
Categorias ocupacionais e posição na entidade

	Membros da diretoria	*Apenas associados*	*Membros da oposição*	*Comissão*	*Deleg. sindicais*	*Não associados*	*Outra situação*	*%*	*n*
Trabalhadores rurais e braçais	43,8	36,7	10,5	5,0	2,6	0,8	0,6	100,0	1308
Profissionais de nível superior	48,6	29,3	7,0	13,0	0,0	0,2	1,9	100,0	416
Profissionais de nível médio	56,4	23,7	9,8	8,9	0,0	0,3	0,9	100,0	338
Trabs. inds. de qualificação elevada	58,9	17,6	14,7	6,9	0,0	0,3	1,6	100,0	306
Profs. do magistério secund. e sup.	50,9	23,8	8,0	14,6	0,0	0,0	2,7	100,0	261
Trabs. qualif. não manuais do comércio e dos serviços	52,9	17,8	21,0	6,4	0,0	0,0	1,9	100,0	157
Funcionários públicos não especializados	55,6	21,8	11,3	8,5	0,0	0,0	2,8	100,0	124
Trabs. semiqualificados da indústria	49,1	23,3	8,1	8,9	0,0	0,0	1,6	100,0	124
Trabs. especializados manuais (“artesãos”)	48,9	27,8	7,8	10,0	1,1	0,0	4,4	100,0	90
Trabs. qualificados da construção civil	34,8	28,1	31,5	4,5	0,0	0,0	1,1	100,0	89
Professores do ensino elementar	34,1	45,8	10,6	5,9	1,2	1,2	1,2	100,0	85
Outras categorias	58,2	24,2	8,6	7,7	0,0	0,0	1,3	100,0	454
N = 3752									

Provavelmente, foi por essa razão que, no III CONCUT, esses grupos profissionais é que tinham as mais elevadas porcentagens de congressistas com pouco tempo de militância sindical. Por outro lado, as maiores porcentagens de participantes que eram membros da diretoria foram encontradas entre os trabalhadores industriais de qualificação elevada, seguidos dos profissionais de nível médio e dos funcionários públicos (Tabela 11).

A composição social do III CONCUT

Apesar de ser formalmente um congresso da classe trabalhadora, a composição sócio-profissional do III CONCUT foi bastante heterogênea, com alta concentração dos delegados nas faixas ocupacionais de mais baixa qualificação, num polo, e nas faixas ocupacionais mais elevadas que compõem as classes médias ou médias altas, no outro polo. Os trabalhadores rurais, que na escala de prestigio social do SENAI ocupam a base da pirâmide social brasileira, representam mais de um terço dos participantes do III CONCUT. É nessa categoria que se concentra a quase totalidade dos delegados de nível de escolaridade muito baixo. Assim é que quase todos os participantes do congresso que não sabiam ler nem escrever (3,6% do total) eram trabalhadores rurais. No outro extremo está a categoria dos profissionais de nível superior, a segunda categoria mais numerosa no III CONCUT, composta por profissionais liberais, todos com formação universitária. Se nesse grupo forem incluídos os professores de segundo e terceiro graus, percebe-se que um quarto dos delegados no III CONCUT é de assalariados de alto nível de qualificação profissional e com escolaridade bastante elevada: engenheiros, professores do ensino superior e médio, advogados, economistas, etc.

Consequentemente, são os trabalhadores rurais (pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, sem-terra, ao lado de duas dezenas de seringueiros e garimpeiros) que constituem as categorias de mais baixa qualificação no Terceiro Congresso. No polo contrário estão os profissionais de nível superior e os professores do magistério universitário e secundário, todos com formação educacional superior. Essas duas categorias são as que têm a mais elevada qualificação profissional e, provavelmente, os níveis de renda mais elevados. Esses contrastes no interior do congresso da CUT decorrem, certamente, das disparidades educacionais existentes na sociedade brasileira, mas também do fato de os congressos da CUT reunirem sindicatos de trabalhadores rurais, de operários industriais, de empregados de escritório e profissionais liberais, geralmente do serviço público.

Depois dos trabalhadores rurais e dos profissionais liberais, seguem-se, em número de participantes, os profissionais de nível médio (geralmente técnicos) e os operários industriais qualificados. As demais categorias profissionais têm uma presença inferior a 5%.

Tabela 12
Categorias profissionais no III CONCUT

Categoria	%
Trabalhadores rurais e braçais (assalariados rurais, pequenos proprietários, meeiros, sem-terra, arrendatários, etc.)	34,9
Profissionais de nível superior (engenheiros, médicos, economistas, arquitetos, farmacêuticos e outros profissionais liberais com diploma de nível superior)	11,0
Profissionais de nível médio (técnicos sem diploma universitário, operadores de refinaria, de computador, contadores, etc.)	8,9
Trabalhadores industriais de qualificação elevada (caldeireiros, carpinteiros, mecânicos, gráficos, soldadores, torneiros, pintores, prensistas, tapeceiros, etc.)	8,3
Professores do magistério secundário e superior	7,1
Trabs. qualificados não manuais do comércio ou de serviços (bancários na maior parte dos casos, mas também aeroviários, marítimos, aeronautas com escolaridade média)	4,1
Funcionários públicos (sem especificação)	3,7
Trabalhadores industriais de baixa qualificação (ajudantes e auxiliares de tarefas fabris)	3,4
Trabs. manuais especializados ("artesãos") (alfaiates, confeiteiros, cabeleireiros, etc.)	2,4
Trabalhadores qualificados da construção civil (mestres de obra, carpinteiros, encanadores, pedreiros, pintores, etc.)	2,4
Professores do ensino elementar	2,2
Outras ocupações	11,6
Total n =3 981	100,0

Classificando os setores de atividade econômica a partir dos sindicatos, nota-se que os profissionais de nível superior vêm predominantemente dos sindicatos e entidades do setor de serviços (65,6%). Já os profissionais de nível médio têm uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes setores, com os sindicatos do setor dos serviços reunindo aproximadamente um terço dos delegados dessa categoria. As profissões e ocupações fabris de baixa qualificação concentram- se nos sindicatos dos setores metal-mecânico e químico (aí incluídos os petroleiros, os petroquímicos, os trabalhadores das indústrias químicas e plásticas, de vidro, de sabão e velas). Os trabalhadores não manuais, de escritório, de serviços e do comércio estão, na imensa maioria dos casos, no setor bancário.

Por fim, entre os classificados como "rurais e braçais", quase todos são delegados de sindicatos rurais. Entre esses, os pequenos proprietários constituem cerca da metade: 50,3% do total. Vêm a seguir os arrendatários, meeiros ou

parceiros, com 12,8%; os empregados ou assalariados rurais, com 7,9%; os posseiros, com 6,4%. Os restantes delegados de sindicatos rurais são trabalhadores sem-terra, acampados, seringueiros, funcionários de sindicatos. Somados, perfazem 22,6%.

Por outro lado, chama a atenção, no III CONCUT, a proporção mais elevada de trabalhadores industriais de qualificação elevada com relação aos de baixa qualificação: 8,3% contra 3,4%. De certa forma, a diferença de mais do dobro entre esses dois estratos de operários industriais não é de surpreender. Como mostraram numerosas pesquisas, os índices superiores de participação sindical são encontrados principalmente nas camadas operárias mais qualificadas, o que significa dizer, entre os trabalhadores com salários mais elevados, melhor formação profissional e nível mais alto de escolaridade.[2]

Na Tabela 13 é possível observar que os delegados que são trabalhadores industriais de qualificação elevada concentram-se no setor metalúrgico. Esse setor tem a característica de reunir também uma parcela importante dos operários industriais de baixa qualificação. Do total de congressistas classificados como trabalhadores industriais de baixa qualificação, cerca de um terço são metalúrgicos.

[2] Cf., por exemplo, Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e Atitudes Operárias,* São Paulo, Brasiliense, 1970; F. Ferraz, H. Trindade, J. de Cew e E. Aydos, *Perfil Sócio-Econômico das Populações de Baixa Renda no Rio Grande do Sul,* Porto Alegre, UFRS/PUC, 1975; Annez Andraus, *Estado e Sindicalismo,* São Paulo, Símbolo, 1978; Maria Andréia Loyola, *Os Sindicatos e o PBT,* Rio de Janeiro, Vozes, 1980; Marcelo Grondim e Moema Viezzer, *Diagnósticos dos Motivos de Sindicalização dos Trabalhadores,* São Paulo, 1982, mimeo; José Sérgio R. C. Gonçalves, *Mão-de-Obra e Condições de Trabalho na Indústria Automobilística no Brasil,* São Paulo, HUCITEC, 1985; Marcelo Grondim, *Perfil dos Dirigentes Sindicais na Grande São Paulo,* CECODE, 1985; e Leôncio Martins Rodrigues, *Partidos e Sindicatos – Escritos de Sociologia Política,* São Paulo, Ática, 1990 (cap. "Trabalhadores de uma Indústria Automobilística: Perfil Social e Participação Sindical").

Tabela 13
Categorias ocupacionais e setor de atividade

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Transp.*	*Metal.*	*Quím.*	*Urbanas*	*Outras ind.*	*Trab. rurais*	%	*n*
Trabalhadores rurais e braçais	0,1	0,3	1,9	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,5	96,9	100,0	1345
Profissionais de nível superior	15,1	10,6	65,6	1,0	0,7	1,0	0,7	4,8	0,5	8,3	100,0	417
Profissionais de nível médio	106	10,3	30,4	0,3	2,4	9,2	12,8	8,3	7,4	8,3	100,0	336
Trabs. inds. de qualificação elevada	0,7	130	3,3	0,3	2,3	47,9	13,0	7,4	2338	0,3	100,0	299
Profs. do magistério secund. e sup.	6,2	89,5	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	1,2	100,0	260
Trabs. qualif. não manuais do comércio e dos serviços	0,0	0,0	1,3	87,4	10,1	0,6	0,0	0,6	0,0	0,0	100,0	158
Funcionários públicos não especializados	62,7	23,2	12,7	0,7	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	100,0	142
Trabs. semi-qualificados da indústria	1,7	1,7	0,8	0,8	1,7	35,3	11,8	3,4	39,4	3,4	100,0	119
Trabs. especializados manuais ("artesãos")	12,4	4,5	20,2	0,0	1,1	1,1	0,0	1,1	42,7	16,9	100,0	89
Trabs. qualificados da construção civil	4,7	1,2	1,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	83,6	8,1	100,0	86
Professores do ensino elementar	1,7	70,2	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,9	100,0	84
Outras categorias	5,6	8,3	43,2	0,4	11,3	2,2	4,9	4,5	8,8	10,8	100,0	445
n = 3780											100,0	

A expansão do sindicalismo de classe média

Nessas últimas duas décadas, na Europa ocidental e EUA, o sindicalismo, depois de um longo período de ascenso, começou a estagnar e, em alguns casos, a recuar. O fenômeno só não foi mais acentuado porque, concomitantemente à queda nos índices de sindicalização nos setores que tradicionalmente constituíram a espinha dorsal do movimento sindical, ocorreu uma rápida expansão do sindicalismo entre setores assalariados anteriormente bastante refratários à participação sindical. Referimo-nos às camadas de trabalhadores habitualmente designados como de classe média, assalariados do setor público e privado. Essas camadas, bastante heterogêneas, experimentaram em todos os países desenvolvidos um rápido crescimento numérico, enquanto os trabalhadores fabris tenderam a estagnar ou a decrescer. O progresso técnico, de um lado, e, de outro, a expansão do setor público respondem em larga medida pela diminuição da população operária e pelo aumento, absoluto e relativo, da população de empregados dos escritórios e de serviços.

O envolvimento dessa população nas atividades sindicais deu origem ao que, com alguma frequência, se denomina de sindicalismo de classe média, ou sindicalismo de empregados de escritório. Os americanos utilizam a designação de *white-collar unionism,* ou seja, sindicalismo de colarinho branco, distinguindo-o do sindicalismo tradicional dos operários fabris, dos trabalhadores de macacão azul, os *blue-collars*.[3] Trata-se de camadas internamente bastante heterogêneas em

[3] Na literatura norte-americana, o termo white-collar aparece como sinônimo de classe média, e assim foi popularizado em todo o mundo com o famoso estudo de Wright Mills. Mas nem todos concordam com essa identificação. Martin Oppenheimer, pelo contrário, julga que a maior parte das ocupações *white-collars* forma uma nova classe operária. Segundo o autor, três classes participam das ocupações de classe média: *1.* os proprietários e a camada superior dos executivos, ou seja, a classe alta, ou a burguesia, que tem os seus rendimentos obtidos do capital que controla e dos lucros que obtém; *2.* a velha e a nova classe média ou pequena burguesia, sendo a primeira a remanescente da antiga classe média autônoma, e a segunda, constituída pelos encarregados de supervisão das empresas modernas e do governo, cuja principal função seria garantir o lucro e o controle social sobre a força de trabalho; *3.* a nova classe operária, abrangendo os técnicos e especialistas, entre os quais muitos supervisores de baixo nível, os empregados de escritório, que, como outros trabalhadores, vendem a sua força de trabalho. No conjunto, segundo o autor, essa nova classe operária representaria cerca de 40% da força de trabalho dos EUA.
A lógica da conceituacão de Oppenheimer levaria ao abandono do termo *white-collar.* O autor considera, porém, que se trata de um termo consagrado que já teria se transformado num fato social que afeta as "percepções das realidades de classe", por mais falsas que possam ser. Martin Oppenheimer, *White Collar Politics,* Nova York, Monthly Review Press, 1985, pp. 6-7.

termos de escolaridade, renda e tipo de trabalho. Apesar disso, distinguem-se tanto dos operários manuais como dos pequenos e grandes proprietários e trabalhadores autônomos. Com os operários fabris partilham da situação comum de assalariados. Mas, diferentemente da massa de trabalhadores industriais, trabalham geralmente em escritórios, em ambientes limpos, possuem níveis de escolaridade mais elevados, não trabalham com as mãos e, fundamentalmente, *não produzem mercadorias, mas fornecem serviços.* Essas diferenciações dizem respeito ao que se poderia designar muito grosseiramente como a média ou a mediana deste setor de classe média. Muitos dos segmentos que habitualmente são arrolados nesses setores não trabalham em escritórios (como os carteiros, os balconistas, etc.); outros trabalham em escritórios, mas trabalham com as mãos, como os digitadores e datilógrafos. Por outro lado, entre os grupos de trabalhadores habitualmente incluídos na classe operária, há várias categorias que também não produzem mercadorias, embora sejam braçais. É o caso dos doqueiros. Para tornar as definições e classificações mais difíceis, no interior desse setor assalariado há alguns estratos altamente qualificados, cujo tipo de trabalho afasta-se muito daqueles realizados pela maior parte das categorias habitualmente consideradas de classe média, como os médicos, cientistas, pesquisadores, professores, etc. Essas sumárias observações destinam-se a salientar que as discrepâncias internas desses segmentos de "classe média" são bem mais acentuadas do que as que existem entre os operários manuais assalariados da indústria. A heterogeneidade torna-se mais acentuada quando se nota que grande parte desses trabalhadores é constituída por empregados do governo, que têm laços empregatícios muito diferentes de seus colegas que trabalham no setor privado.

No passado, essas camadas assalariadas geralmente possuíam rendimentos superiores aos dos trabalhadores industriais e, também, muitas outras vantagens trabalhistas. Presentemente, não só entre nós como também em vários outros países do Ocidente e do ex-mundo socialista da Europa do Leste, os estratos superiores dos trabalhadores industriais superam os de muitas dessas ocupações de classe média. Desapareceu a correlação que existia entre o tipo de tarefa, o vínculo empregatício, o nível de escolaridade, o *status* da ocupação e a renda. Consequentemente, o uso do conceito de classe média tornou-se mais problemático. Apesar disso, para facilidade de expressão e para manter um termo já consagrado, continuaremos a falar em "sindicalismo de classe média" para designar o sindicalismo de assalariados de serviços que não efetuam tarefas manuais, não operam máquinas para a realização de um produto, não estão

submetidos a controles de tempo e movimento, não efetuam habitualmente tarefas repetitivas e padronizadas e recebem por mês, e não por hora.

Numa relação dos dez maiores sindicatos britânicos de 1885, apresentada por Hobsbawm, todos eram sindicatos de trabalhadores manuais, a maioria agrupando apenas trabalhadores qualificados, quer dizer, sindicatos de ofícios e, naturalmente, do setor privado. Porém, em 1963, só três entre os dez maiores eram de trabalhadores industriais, aí incluindo-se os sindicatos dos mineiros e dos trabalhadores do setor de energia elétrica. Os demais eram sindicatos do setor terciário, entre eles o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos (National Union of Public Employees), o Sindicato de Funcionários Municipais (Local Government Officers), o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Municipais e Outros (General & Municipal Workers) e o Sindicato Nacional dos Professores (National Union of Teachers).[4]

O sindicalismo de trabalhadores *white-collars* não é fenômeno recente na Inglaterra. O Sindicato dos Professores do Magistério Elementar (National Union of Elementary Teachers) data de 1870. Os empregados de escritórios, por sua vez, haviam organizado um sindicato em 1897. Os funcionários municipais, em 1905. Nota V. A. Allen que os sindicatos *white-collars* ganharam impulso após a Primeira Guerra, e notadamente depois da Segunda, quando os empregados do setor de serviços e os assalariados não manuais, em comparação com os trabalhadores industriais, sofreram fortes reduções de seus salários reais durante os períodos de inflação.[5]. Ainda na Inglaterra, durante o período 1948-64, o crescimento do sindicalismo de classe média não teria conseguido acompanhar a expansão do emprego no setor. Porém, entre 1964 e 1970, a taxa de sindicalização teria prosseguido muito mais rapidamente do que o crescimento da massa de empregados. Neste último período, o número de sindicalizados em sindicatos de classe média teria crescido 34%, passando a proporção de sindicalizados de 2907o, em 1964, para 38%, em 1970. Em 1974, 36% de todos os trabalhadores filiados ao Trade Union Congress (central sindical britânica) eram trabalhadores de classe média. Em 1964, a proporção era de 24%.[6] Na Suécia, a maior federação de trabalhadores de classe média, entre 1955 e 1975, aumentou a proporção de seus membros em 17,2%; na

[4] Eric Hobsbawm, *Mundos do Trabalho*, São Paulo, Paz e Terra, 1987 (cap. "O 'Novo Sindicalismo' em Perspectiva").
[5] V. L. Allen, *The Sociology of Industrial Relations*, Londres, Longman, 1971 (cap. 8, "White-collar revolt").
[6] Robert Carter, *Capitalism, Class Conflict and the New Middle Class,*Londres, Routledge & Kegan Paul, 1985, p. 153.

Dinamarca, o aumento foi de 18,4% no período de 1955 a 1975; na Alemanha, no mesmo período, a expansão foi de 104%; na Áustria, de 67%.[7]

Nos EUA, onde os índices de sindicalização são habitualmente inferiores aos da Europa ocidental, ocorreu também forte expansão do sindicalismo *white-collar*. O primeiro sindicato foi o dos balconistas, fundado em 1888 e filiado à Federação Americana do Trabalho. O crescimento da sindicalização dos assalariados de classe média, no entanto, foi lento. Em 1935, somente 5% dos empregados estavam sindicalizados. Entre 1935 e 1948 houve um incremento considerável da proporção de trabalhadores de classe média sindicalizados, quando 16% de todos os *white-collars* estavam filiados a sindicatos. Nas décadas dos 50 e 60, porém, ocorreu uma queda no índice de sindicalização. Em 1956, havia caído para 12,8% e, em 1968, para 11,2%. A recuperação iniciou-se na década seguinte, quando os trabalhadores de classe média passaram a representar mais da metade de todos os novos membros de sindicatos. A porcentagem total de *white-collars* no total de trabalhadores sindicalizados passou de 23,8% em 1973 para 34,9% em 1980. Mesmo assim, somente 15,3 % dos trabalhadores de classe média estavam sindicalizados em 1980, contra 32,3% dos operários industriais. Das cinco maiores federações filiadas à AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho-Congresso das Organizações Industriais), cinco são *majoritariamente* de empregados do setor privado ou público, inclusive do governo federal.[8]

Diferentemente do que acontece no Brasil, não há uma separação rígida entre sindicatos que representam funcionários e trabalhadores do setor privado. M. Levine e E. Hagburg distinguem três tipos principais de organizações no setor público federal: *1*. sindicatos com todos ou com uma maior proporção de membros que são empregados do governo federal, das quais uma das mais importantes é a Federação Americana de Empregados do Governo (American Federation of Government Employees), filiada à AFL-CIO; *2*. sindicatos cuja maior parte dos membros é do setor privado, mas que possuem uma proporção substancial de filiados que são funcionários do governo federal; *3*. sindicatos ou associações independentes que representam uma categoria profissional ou uma agência governamental. Este é o caso do Sindicato dos Empregados do Tesouro Nacional (National Treasury Employees Union) e da Associação dos Profissionais Controladores do Tráfego Aéreo (Professional Air Traffic Controllers Association).

[7] Martin Oppenheimer, *op. cit.,* p. 167.
[8] *Ibidem,* pp. 163-166.

Esses sindicatos, federações e associações negociam e estabelecem acordos com o governo, mas estão proibidos de realizar greve, operação-tartaruga (*slowdown*) ou organizar piquetes. As negociações estão restritas a assuntos que não conflitem com as Regulamentações do Serviço Público.[9]

Lockwood relaciona o aumento da sindicalização entre os empregados de escritório à perda de status resultante da massificação e burocratização dos serviços de escritório. A burocratização implica regras rígidas e padronizadas de ascenso administrativo e relações mais impessoais. Consequentemente, enfraquece os componentes paternalistas da relação dos empregados com os proprietários ou com as chefias, facilitando a organização sindical. Assim, crê Lockwood que “a burocratização implica um conjunto de condições sumamente favoráveis para o desenvolvimento de ações coletivas entre o pessoal de escritório”. Por sua vez, o avanço da sindicalização, nota ainda Lockwood, “conduz a uma maior burocratização com sua pretensão de uniformidade nas condições de trabalho”.[10]

E. Kassalow, em seu estudo comparativo sobre o sindicalismo, aponta outros aspectos que favorecem a expansão do sindicalismo *white-collar*. Em primeiro lugar, Kassalow chama a atenção para o fato de que, quanto maior a taxa de sindicalização dos *blue-collars*, maior tende a ser a dos *white-collars*. Em outras palavras: o avanço do sindicalismo dos trabalhadores manuais estimula a organização dos empregados de escritório. Na realidade, como mostram numerosos autores, os empregados de escritório vêm perdendo prestígio e declinando social e economicamente diante dos trabalhadores industriais. A massificação, a padronização das tarefas, a burocratização da carreira, ao lado da perda salarial, facilitam e estimulam a organização de um segmento social que, como já notamos, até a Segunda Guerra Mundial (para fixarmos uma data), tinha se mantido afastado da organização sindical.

Em segundo lugar, Kassalow, como outros autores, considera que a expansão dos serviços governamentais favorece a sindicalização dos *white-collars*. É precisamente no setor público que se encontra, atualmente, o maior número de empregados de escritório. É também ai, segundo o autor, que a burocratização da carreira e das tarefas se encontra mais avançada. Ademais, é ai que grandes massas de trabalhadores se veem frente a um único e distante empregador. É por isso que, enquanto muitos sindicatos da indústria privada vêm

[9] Marvin J. Levine e Eugene C. Hagburg, *Public Sector Labor Relations,* Los Angeles, West Publishing, 1979.
[10] David Lockwood, *El Trabajador de Clase Media,* Madri, Aguilar, 1962, p. 140.

declinando em número de afiliados, os de empregados estão crescendo. Em consequência, a expansão do aparelho estatal – frequentemente em razão da própria pressão dos sindicatos operários pela nacionalização de empresas, pela gratuidade dos serviços de educação, saúde, transporte, etc. – cria as condições para o avanço dos sindicatos *white-collars*.[11]

De acordo com David Dilts e Clarence Deitsch, três principais fatores são responsáveis pela expansão do emprego no setor público: em primeiro lugar, as "deseconomias externas", as quais, associadas ao crescimento econômico, aumentam a intensidade e a amplitude da ação governamental: criminalidade, poluição, etc.; em segundo lugar, estaria o aumento da demanda por serviços sociais fornecidos pelo governo; por fim, e mais importante ainda, estaria, até recentemente, a "propensão da sociedade a conceder ao Estado um maior papel na economia".[12] De outro ângulo, Robert Nisbet levanta a hipótese de que o aumento da sindicalização dos funcionários públicos decorreria do que o autor denomina de "declínio da confiança social" ("the decline of social trust"). A expansão do sindicalismo no setor público viria da perda de confiança e de crédito no Estado político e na burocracia governamental. Nisbet retoma aqui, por outras vias, a tese de Lockwood sobre os efeitos da burocratização e da racionalização dos serviços públicos. Os sindicatos de funcionários teriam surgido em circunstâncias análogas às que teriam estimulado o aparecimento dos sindicatos do setor privado. Na medida em que as instituições governamentais se tornavam maiores e mais impessoais, mais dominadas por comissões e regulamentos, as relações informais e íntimas tenderiam a se enfraquecer na mesma medida do declínio das máquinas políticas de clientelismo e da influência dos chefes políticos. Para Nisbet, os sindicatos de funcionários públicos, em múltiplos aspectos, são os sucessores das velhas máquinas políticas. Tal como anteriormente as máquinas políticas ofereciam segurança para milhares de americanos de classe baixa, dos quais muitos eram imigrantes recém-chegados e inseguros na nova terra, os sindicatos, com suas organizações nos locais de trabalho, oferecem o mesmo tipo de segurança.[13] Reaparece, assim, a tese da organização sindical como uma reação às estruturas impessoais, formalizadas, racionalizadas e burocráticas.

---

[11] Everett M. Kassalow, *Trade Unions and Industrial Relations: an International Comparison,* Nova York, Random House, 1969 (cap. X, "The Development of White-Collar Unionism").
[12] David A. Dilts e Clarence R. Deitsch, *Labor Relations,* Nova York, Macmillan, 1983, p. 315.
[13] Robert Nisbet, "Public Union and the Decline of Social Trust", *in* A. Lawrence Chickering (org.), *Public Employee Unions,* Lexington, Lexington Books, 1978, r ed., pp. 28-30.

Sem discordar dessa tese, conviria realçar a importância do fator quantitativo, quer dizer, o crescimento do número de empregados e, sobretudo, sua concentração em locais de trabalho e instituições. A expansão do aparelho estatal aumenta os custos de sua manutenção, atuando a favor da eliminação de antigos privilégios concedidos aos funcionários (estabilidade no emprego, salários mais elevados, benefícios sociais, etc.) que, no passado, eram fatores que faziam desnecessária a adesão a associações de pressão e reivindicação. Expansão dos serviços, crise do Estado do Bem-Estar, aumento do número de empregados, todos esses fatores tendem a tornar ineficazes os velhos mecanismos de proteção clientelista, da obtenção de vantagens por vias paternalistas. Estimulam, consequentemente, o aparecimento do sindicalismo num setor em que, até há bem pouco tempo, a atividade sindical era estritamente proibida.

De nossa parte, entendemos que um fenômeno tão complexo como a expansão do sindicalismo de classe média dos setores privados e públicos não pode ser corretamente entendido se não se levar em consideração um conjunto de fatores mutuamente correlacionados. Resumidamente, pensamos que os seguintes pontos devem ser considerados:

1. declínio econômico e social de numerosos segmentos de classe média tradicional;
2. extensão da educação e universalização da escolarização para todas as camadas da população, processo que elimina as vantagens culturais que certas camadas de classe média possuíam no exercício de funções que não requeriam qualificação especial mas exigiam "boa educação". Este é o caso, notadamente, de funções que implicam o trato com o público (recepcionistas, balconistas, telefonistas, vendedores, etc.);
3. ampliação do setor público na economia e na sociedade;
4. burocratização das carreiras e das vias de ascensão funcional;
5. a mecanização e automação das tarefas de escritório, com a subsequente desqualificação do trabalho;
6. concentração de massas de empregados em grandes empresas ou locais de trabalho sob um mesmo empregador;
7. "assalarização" de profissões que antes eram exercidas autônoma e individualmente com a correspondente inserção do indivíduo em grandes equipes e escritórios integrados de trabalho.

A especialização crescente de muitas atividades típicas de segmentos das classes médias (profissionais liberais e técnicos, notadamente), que resulta do

avanço técnico e científico, favorece as equipes submetidas a regras de trabalho padronizadas, com a consequente diminuição da iniciativa individual. Nesse processo, as tarefas e as condições de trabalho dos empregados de escritório se assemelham cada vez mais às dos trabalhadores industriais. Estas, por sua vez, à medida que se ampliam os procedimentos automatizados, tendem a se aproximar das condições e estilo de trabalho prevalecente nos escritórios padronizados e taylorizados. Todos esses processos, aliados às mudanças que ocorrem no plano do consumo e da escolaridade, atuam no sentido de aproximar dois segmentos das classes trabalhadoras que, no passado, estiveram bastante distantes.

Os fatores acima relacionados são válidos, em geral, para as economias e sociedades que atingiram certo grau de desenvolvimento e modernização. No caso específico do Brasil, para entender a notável expansão do sindicalismo de classe média, cumpriria acrescentar mais um fator: a abertura política, que agiu como um elemento de catalisação para processos sociais que vinham ocorrendo há mais tempo. O fim dos regimes militares possibilitou a sindicalização – ou a atuação enquanto sindicatos de associações já existentes – de vários segmentos de classe média, notadamente de profissionais liberais. Além disso, mesmo quando os funcionários estavam ainda proibidos de fazer greve, no clima geral de redemocratização e desmoralização dos regimes militares, numerosas greves de funcionários públicos ocorreram praticamente sem repressão. Os diferentes níveis governamentais (federal, estadual e municipal) terminaram por negociar com as associações de servidores públicos, reconhecendo-as de fato como representantes dos grevistas. De modo geral, porém, as associações de funcionários públicos e de *white-collars* tenderam, no processo de oposição aos regimes militares, a ter uma atuação que foi além dos limites da reivindicação sindical pura e simples. O sindicalismo *white-collar* brasileiro agrupou categorias profissionais de qualificação elevada, como professores universitários, cientistas, médicos, arquitetos, engenheiros, advogados, etc. As lideranças desses setores, através de associações como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, tiveram papel destacado na oposição aos regimes militares e na atuação política geral em favor do retorno do país a um regime de direito. As reivindicações trabalhistas de antigas e novas associações de classe média sob lideranças de esquerda sempre tiveram um marcado sentido político.[14] De modo às vezes um pouco difuso, mas

[14] Uma apreciação mais adequada do comportamento das classes médias ante os regimes militares requereria considerar suas divisões internas e as variações de suas atitudes durante o período. O leitor interessado no tema encontrará em Décio Saes um estudo abrangente do comportamento

nem por isso menos efetivo, essas associações expressaram os valores e posições políticas da intelectualidade brasileira em seu confronto com o poder militar. Mais recentemente, à medida que se consolidava o regime civil, essas associações progressivamente passaram a ter uma atuação mais sindical do que política.[15]

Um aspecto importante a observar no desenvolvimento do sindicalismo das classes médias brasileiras diz respeito às suas relações com a atuação dos pequenos grupos políticos mais radicais, à esquerda do PDT, do PT e dos dois partidos comunistas. Mais explicitamente, referimo-nos aos grupos trotskistas ou trotskizantes. Antes da expansão de sindicatos e associações de profissões de nível de escolaridade elevado, esses grupos tinham ficado praticamente restritos aos campi universitários, que pareciam seu hábitat natural. As mobilizações dos estratos assalariados de classe média, especialmente das associações que reúnem assalariados de nível superior (professores universitários, profissionais da informática, médicos, sociólogos, engenheiros, etc.) ou de categorias mais amplas, que englobam tanto pessoal qualificado como de baixa qualificação (setor da saúde, do ensino, do setor público, etc.), permitiram que os pequenos grupos da esquerda mais radical pudessem estabelecer, de modo mais orgânico e institucional, uma ligação com o sindicalismo de trabalhadores manuais e com a classe operária. Participando de reuniões, conferências e congressos que agrupam variados segmentos das classes trabalhadoras dos setores privado e público, as lideranças do que às vezes são designados pejorativamente "os grupelhos" passaram a ter certo peso no movimento sindical, especialmente naquele ligado à CUT.

O grande impulso de sindicalização das profissões liberais, como mostra Renato Raul Boschi, deu-se a partir de 1978, quando o número de profissionais liberais sindicalizados passou de cerca de 40 mil em 1964 para 147 mil em 1978.[16] Maria da Glória Bonelli, num *survey* que efetuou, em 1985, com famílias da classe média paulista, encontrou 133/4 de indivíduos com participação em

político das diferentes facções da classe média ao longo da história brasileira. Cf. *Classe Média e Sistema Político no Brasil,* São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

[15] Renato Raul Boschi, em seu estudo sobre o associacionismo de classe média, chama a atenção, a nosso ver com razão, para a importância da dimensão política nas mobilizações de classe média. Discordamos apenas quando o autor considera que, desde as primeiras mobilizações dessas categorias (aí incluídos não apenas os sindicatos e associações mas também os movimentos ecológicos, raciais, feministas, etc.), havia a opção por um programa liberal- democrático. Em nossa opinião, a opção era mais de tipo socialista, progressista ou radical-democrático. Cf. *A Arte da Associação, Política de Base e Democracia no Brasil,* Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1987, p. 138 (cap. 4, "A Nova Classe Média na Política: Associações de Bairro").

[16] Renato Raul Boschi, *op. cit.,* p. 113.

sindicato ou associação profissional na classe média alta, 13% na classe média e 6,7% na classe média baixa.[17]

A partir de 1978, de modo crescente, os sindicatos da classe média assalariada, especialmente de funcionários públicos, médicos e professores, começaram a disputar com os trabalhadores industriais a liderança das categorias profissionais que mais vêm deflagrando greves no país. Os levantamentos sobre as paralisações de trabalho após 1978, realizados por Eduardo G. Noronha, mostram que até 1986 os trabalhadores industriais, em número de paralisações, ainda superavam os assalariados de classe média. Medida, porém, a extensão dos movimentos grevistas em termos de jornadas de trabalho perdidas, as paralisações efetuadas por assalariados de classe média e do setor de serviços superam as dos trabalhadores industriais desde o reinicio da atividade sindical de 1978. Isso ocorre porque as greves desses setores tendem a envolver um número maior de trabalhadores e ser mais prolongadas. As greves de médicos, em 1987, segundo Eduardo Noronha, duraram em média 18 dias, e as dos professores 13,9 dias.[18]

A partir de 1987, as categorias profissionais de classe média passaram a superar os trabalhadores industriais até mesmo em número de greves deflagradas. Nesse ano, as associações e sindicatos *white-collars* realizaram 787 greves, contra 714 de sindicatos de operários industriais. Mas, feita a comparação em jornadas de trabalho perdidas, as greves dos setores de classe média resultaram em 100.309 305 jornadas perdidas, contra somente 7.586.598 dos trabalhadores industriais. Nesse ano, 75% do total de jornadas perdidas resultaram de greves de classe média. A greve nacional dos docentes das universidades federais, envolvendo 50 mil professores, durou 42 dias.

Como indica Noronha, as áreas mais atingidas por movimentos grevistas foram as do setor público, notadamente do pessoal ligado à saúde e à educação, quer dizer, da área social. Apesar disso, isoladamente, os metalúrgicos, em 1987, ainda estão à frente dos servidores públicos, professores e médicos em número de greves deflagradas. Em 1987, os metalúrgicos realizaram 343 greves, contra 322 de

[17] Maria da Glória Bonelli, *A Classe Média do Milagre à Recessão,* São Paulo, IDESP, 1989, p. 56.
[18] Eduardo Garuti Noronha, "Relações Trabalhistas", *Brasil 1987,* Relatório sobre a Situação Social do País, publicação institucional do NEPP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas) da UNICAMP, 1989. Baseamo-nos também no estudo do mesmo autor publicado no relatório do NEPP de 1988. Maria Hermínia Tavares mostra também a ascensão da mobilização das classes médias e o grande aumento da taxa de greves dessas categorias. Cf., da autora, "Difícil Caminho: Sindicatos e Política na Construção da Democracia", *in* Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilema e Perspectivas,* São Paulo, Vértice, 1988.

servidores públicos, 239 de professores e 106 de médicos. Entre os trabalhadores industriais, depois dos metalúrgicos, seguem os urbanitários (80) e trabalhadores da indústria da alimentação (58). Os metalúrgicos, na realidade, já no período 1956-60, constituíam a categoria profissional com maior número de jornadas de trabalho perdidas por greves. No entanto, como indica o estudo de Salvador Mireles Sandoval, a hegemonia dos metalúrgicos e dos trabalhadores do setor moderno da economia só se consolidaria depois de 1978. Até então, mesmo durante o período de Goulart, os trabalhadores do setor tradicional da indústria (especialmente têxteis, bebida e alimentação) ainda superavam seus companheiros do setor moderno em número de jornadas perdidas por greves.[19]

É esse extraordinário crescimento do sindicalismo de categorias que, por força do hábito, chamamos de classe média que explica o peso, e provavelmente a grande influência política, dos profissionais liberais, professores e técnicos no III CONCUT e, ao que tudo indica, nos congressos anteriores da CUT. Das centrais sindicais que se formaram após o fim dos governos militares, a CUT foi a que conseguiu maior penetração nesses novos segmentos de classe média - mais modernizados e de níveis mais elevados de escolaridade. Vem dai, em comparação com as outras centrais, a maior influência do fator ideológico no interior da CUT, sua melhor organização, seu maior dinamismo e sua determinação de se impor como o grande (e talvez único) centro de aglutinação dos sindicatos e dos trabalhadores brasileiros.

[19] Salvador A. Mireles Sandoval, *Strikes in Brazil, 1945-1980,* dissertação de doutorado defendida na Universidade de Michigan, 1984 (mimeo.).

CAPÍTULO III

AS LIDERANÇAS DA CUT

A composição da Executiva Nacional

Entre os quinze membros efetivos eleitos no III CONCUT para formar a Executiva Nacional há apenas um dirigente dos trabalhadores rurais (entre os cinco suplentes, há mais um).

Na Executiva, há onze dirigentes dos sindicatos de setores dos serviços, ensino, funcionalismo e profissões liberais e nove dos sindicatos que representam tradicionalmente trabalhadores manuais, isto é, sindicatos de trabalhadores da indústria e da agricultura. Os dirigentes dos sindicatos de trabalhadores industriais, porém, ocupam alguns postos bastante importantes, como a presidência, a primeira tesouraria e a secretaria de relações internacionais. Entre os trabalhadores industriais na Executiva, os metalúrgicos são amplamente dominantes: cinco num total de sete. No setor de serviços, os bancários é que predominam: dos cinco membros da Executiva de sindicatos do setor de serviços, quatro são bancários. Somando os bancários com os metalúrgicos, as duas categorias alcançam nove dos vinte membros efetivos e suplentes do organismo máximo da CUT. Vale ressaltar que, entre esses vinte dirigentes, *onze vêm de sindicatos de empregados do Estado* (empresas estatais e funcionalismo público) e nove do setor privado.

Chama a atenção, ainda, a participação na Executiva Nacional de dirigentes de sindicatos e associações de categorias profissionais de reduzida importância e localizados em estados de pouco peso econômico, político e sindical. Este é o caso, por exemplo, do Sindicato dos Engenheiros de Goiás, do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, do Sindicato dos Gráficos de Belém do Pará, do Centro dos Professores de Goiás. Além da necessidade de atender a interesses regionais, a presença de dirigentes dessas entidades de categorias econômicas de menor peso, provavelmente, está relacionada às composições políticas entre as facções partidárias que se confrontaram no III CONCUT (e em outros congressos da CUT). O fato permite supor que a formação da direção máxima da central seja mais o resultado de arranjos entre tendências políticas do que de entidades sindicais.

Tabela 14
Sindicatos por setor de atividade na
Executiva Nacional da CUT eleita no III CONCUT

Setor econômico	Categorias	Nº de membros nas Executivas	Total
I – Indústria			
Metal-mecânico	Metalúrgicos	5	
Gráfica	Gráficos	1	
Energia elétrica	Eletricitários	1	7
II – Serviços			
Setor financeiro	Bancários	4	
Telecomunicações	Trab. em comunicações	1	5
III – Ensino			
Magistério secundário	Professores	2	2
IV – Agricultura			
Agricultura	Trabalhadores rurais	2	2
V – Funcionalismo público			
Previdência Social	Serv. da Prev. Social	1	
Saúde	Enfermeiros	1	2
VI – Profissões liberais			
Engenharia	Engenheiros	2	2
Total			20

Fonte: Boletim Nacional da CUT, nº 21, set. 1988, "3º CONCUT – Registro e Imagens".

A comparação da atual Executiva da CUT com a Executiva Nacional da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) eleita no seu primeiro congresso em março de 1986, do ponto de vista das categorias profissionais, não revela diferenças importantes. Os dirigentes de sindicatos de metalúrgicos, tal como na CUT, são os que possuem uma representação mais significativa na Executiva da CGT: quatro de seus dirigentes vêm de sindicatos de metalúrgicos. Aliás, cumpre notar que, na ocasião, seu presidente, Joaquim dos Santos Andrade, era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior do país. Dos 21 integrantes da Executiva da CGT (aí incluindo-se os três membros do Conselho Fiscal), nove eram de sindicatos do setor industrial. A seguir vinham os sindicatos do setor de serviços (cinco membros) e os do setor rural e de profissionais liberais, com dois membros cada. Até aqui nenhuma diferença significativa com relação à Executiva da CUT eleita no terceiro congresso. A diferença mais saliente está na ausência, na Executiva da CGT, de qualquer dirigente do setor do ensino (dois dirigentes desse setor na Executiva da CUT) e no número bem menor de sindicalistas do setor bancário: dois na CGT contra quatro na CUT. É preciso alertar, no entanto, que a comparação está sendo feita com a Executiva da CUT eleita em 1988, que,

como veremos a seguir, guarda algumas pequenas diferenças com relação às Executivas de 1983, 1984 e 1986.

Onde a Executiva da CGT mais se distingue da de sua rival é no tocante ao tipo de entidade nela representado. Na CGT, quatro confederações e três federações faziam parte da Executiva, contra um dirigente representante de associação e nenhum membro de oposição. Na Executiva cutista eleita em 1988 nenhuma confederação está presente, ao passo que três dirigentes de associações dela participam. O fato é indicativo do peso, bem maior na CUT, das entidades representativas de empregados do setor público. A participação mais elevada de dirigentes de federações e confederações na Executiva da CGT revela que essa entidade tinha maior penetração nos organismos de cúpula do sindicalismo oficial. Mas não se pode deixar de notar também o aumento, no interior das Executivas da CUT, do número de dirigentes de federações. Assim, na primeira Executiva da CUT (1983) não havia nenhum membro de diretoria de federação ou confederação. A mesma coisa ocorreu com a Executiva eleita em 1984. Mas, na Executiva de 1986, já havia um representante de federação, número que ascendeu para três na Executiva atual. O aumento do número de dirigentes de federações deriva, em parte, de vitórias de sindicatos ligados à CUT nas disputas pelo controle de federações e, em parte, ao peso maior, no interior da CUT, de entidades do setor público: dos três dirigentes de federações que foram eleitos no III CONCUT para a Executiva Nacional, dois são de empregados do setor público: um de telecomunicações (FITTEL) e outro da Previdência Social (FENASP).

Rotatividade na Executiva Nacional

No interior da Executiva Nacional da CUT, um grupo de aproximadamente sete pessoas constitui o núcleo do poder, ocupando as posições mais importantes do comando da entidade. Quando da Executiva eleita no CONCLAT que decidiu a criação da central, a divisão interna distinguia, num total de quinze postos, sete que compunham o que então se denominou a "Coordenação" (ver Anexo: "As Executivas da CUT"). Essa coordenação estava formada pelo "coordenador", Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; pelo secretário, Paulo Renato Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS); por João Paulo Pires de Vasconcelos, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG); Abdias José dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói; José Gomes Novaes, "trabalhador da base" do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista (BA); Jacó Bittar,

presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulinia (SP); e Avelino Ganzer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA).

Tabela 15
Executiva Nacional da CGT (eleição de 1986)

Setor de atividade	*Categoria*	*Totais*
I – Indústria		
Metal-mecânico	Metalúrgicos	4
Gráfica	Gráficos	1
Energia elétrica	Eletricitários	1
Construção civil	Trab. da const. civil	1
Sem especificação		2
Subtotal		9
II – Serviços		
Telecomunicação	Trab. em telecomunicações	2
Setor financeiro	Bancários	2
Comércio	Comerciários	1
Subtotal		5
III – Ensino		–
IV - Agricultura		
Agricultura	Trab. Rurais	2
Subtotal		2
V – Setor público		
Fornecimento de água	Trab. do setor público	1
Subtotal		1
VI – Profissões liberais		
Medicina	Médicos	1
Engenharia/ agronomia	Eng. agrônomos	1
Subtotal		2
VIII – Transporte		
Transporte urbano	Rodoviários	1
Subtotal		1
Total: 20		

Essa coordenação, como se vê, compreendia dirigentes de quatro sindicatos de metalúrgicos, dois de trabalhadores rurais e um de petroleiros. No restante da Executiva, havia ainda mais dois dirigentes de sindicatos de metalúrgicos, dois de trabalhadores rurais, dois de bancários, um de eletricitários e uma dirigente de sindicato de professores. Os metalúrgicos eram amplamente dominantes, com seis dos mais importantes postos da Executiva. Vinham, a seguir, os sindicatos de trabalhadores rurais, com quatro postos, e os bancários, com dois. Dos sete sindicalistas que ocuparam os postos mais importantes da primeira Executiva, dois

conseguiram eleger-se deputados federais nas eleições para a Constituinte: Paulo Renato Paim e João Paulo Pires de Vasconcelos. Jacó Bittar, por sua vez, elegeu-se posteriormente prefeito de Campinas (SP). Esses exemplos (e de outros sindicalistas que se candidataram com êxito para postos no Legislativo ou no Executivo) mostram que a atividade sindical, ou mais precisamente, a diretoria de sindicatos ou associações importantes pode ser um trampolim para o inicio de uma carreira política. Pode-se deplorar o fato, na medida em que prejudica a estabilização de lideranças e a acumulação de experiências; pode-se também, de outro ângulo, avaliar positivamente a chegada, às instituições centrais do sistema político, de sindicalistas e trabalhadores que estarão melhor situados para defender, por vias políticas, os interesses do conjunto da classe trabalhadora.

Da ótica do sindicalismo revolucionário do passado, essa intimidade com as instituições da "ordem capitalista" seria inadmissível. Da ótica da socialdemocracia, ela é legitima, pois amplia os espaços ocupados pelos representantes dos assalariados no interior do sistema político. Também do ângulo leninista esse esforço visando conquistar posições nas "instituições burguesas" não deve ser posto de lado, desde que os "representantes da classe trabalhadora" procurem usar o par- lamento como uma tribuna para a politização e conscientização dos trabalhadores. Nas condições brasileiras dos últimos tempos, os preceitos leninistas com relação à utilização das instituições da "democracia burguesa" estão claramente descartadas pelos sindicalistas que chegam a ocupar postos no Legislativo (ou no Executivo). Embora a orientação de tipo socialdemocrata não seja explicitamente adotada, cada vez mais os ex-sindicalistas no parlamento atuam como uma oposição incorporada ao sistema.

De outro prisma, a eleição de membros da Executiva da CUT e dos sindicatos para as assembleias legislativas, Câmara Federal e prefeituras de cidades importantes é indicativa da crescente importância da instituição sindical como canal de ascensão política e social para os membros das classes médias e das classes operárias que não dispõem de outros trunfos para entrar no jogo da grande política nacional: recursos financeiros, prestígio intelectual, popularidade obtida através dos meios de comunicação de massa, etc.

A eleição de três sindicalistas que ocupavam importantes posições na Executiva elevou a taxa de *turnover* do organismo máximo da CUT. Na Executiva eleita no congresso do CONCLAT, nove (60%) dos quinze membros passaram a integrar a Executiva eleita no I Congresso. Nesse congresso, convém relembrar, a Executiva passou de quinze para dezoito membros (entre efetivos e suplentes).

Desses, doze (66%) foram reconduzidos para a Executiva subsequente. Por fim, dos vinte membros eleitos no II CONCUT, nove (45%) foram reconduzidos quando do III CONCUT. Consequentemente:

- dos dezoito membros da Executiva do I CONCUT, nove já faziam parte da Executiva que havia sido eleita no congresso de fundação da CUT;
- a Executiva que saiu do II CONCUT compreendia oito sindicalistas que vinham da fundação da CUT, quatro que tinham sido eleitos no I CONCUT e oito que integravam, pela primeira vez, esse organismo. Em termos meramente probabilísticos, se as mesmas tendências persistirem, pode-se dizer que quem for eleito para a Executiva tem aproximadamente 50% de probabilidade de passar para a subsequente.

A Executiva do III CONCUT compreende: três sindicalistas reeleitos sucessivamente desde o congresso de fundação; três que vinham do I CONCUT; três do segundo e onze que pela primeira participam da Executiva.

Na Executiva eleita no III CONCUT, três dirigentes foram reeleitos sucessivamente desde a criação da CUT em 1983: Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP), Gilmar Carneiro da Cunha, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, e Avelino Ganzer, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA). Entre os que passaram para o campo político, Paulo Renato Paim, dos metalúrgicos de Canoas (RS), João Paulo Pires de Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade (MG), e Jacó Bittar, dos petroleiros de Campinas e Paulínia (SP), compuseram sucessivamente as Executivas eleitas em 83, 84 e 86. É possível, uma vez que ocupavam posições importantes na CUT e vinham de sindicatos de prestígio, que alguns deles continuassem na Executiva atual se não tivessem trocado a militância sindical pela Câmara de Deputados ou pela Prefeitura de Campinas.[1] Três outros dirigentes da atual Executiva já a integravam desde o I CONCUT: Delúbio Soares de Castro, diretor do Centro dos Professores de Goiás, Paulo Roberto Galvão da Rocha, presidente do Sindicato dos Gráficos de Belém (PA), e Jorge Lorenzetti, diretor da Associação Brasileira de Enfermagem (SC), então suplente. Ainda no time dos veteranos estão: Antônio Carlos Andrade, presidente da Federação Nacional dos Servidores da Previdência Social (FENASP), Cyro Garcia, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, e Osvaldo Martines Bargas, da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (os dois últimos como suplentes da

[1] João Paulo Pires de Vasconcelos, na verdade, foi eleito, no II CONCUT, apenas para a Direção Nacional, ao contrário de Paulo Renato Paim e de Jacó Bittar, que foram reconduzidos para a Executiva.

Executiva de 1986). A influência desse último sindicato, que desempenhou um papel central na formação da CUT (e do PT), pode ser medida pelo fato de ser a única entidade a ter dois postos importantes na Executiva: a própria presidência e a secretaria de relações internacionais. Além disso, desde a fundação, a presidência da CUT foi ocupada por um único sindicalista, Jair Meneguelli, que veio dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

O exame da composição das quatro Executivas indica, de um lado, um bloco mais permanente de dirigentes e, de outro, um bloco de dirigentes que permanecem por apenas uma gestão. Em parte isso decorre do sistema de representação proporcional das chapas na Executiva segundo o número de votos obtidos nos congressos. Como é habitual a prática de alianças, o resultado é a presença de um núcleo permanente de dirigentes de sindicatos importantes que compõem a tendência Articulação, enquanto, no caso dos representantes de outras facções, há um pouco mais de rotatividade.

Do ponto de vista do funcionamento da entidade, a existência desse núcleo mais permanente possibilita a continuidade política e a acumulação de experiência. Apesar de as facções de oposição à Articulação poderem falar de "continuísmo", de "burocratização" e de "práticas autoritárias", o rodízio constante nos postos dirigentes não constitui a regra no sindicalismo, aqui e em outros países. Ademais, é discutível que sucessivas alterações nas equipes de comando contribuam para o amadurecimento das organizações sindicais. Na realidade, na vida dos partidos, das empresas e de muitas outras instituições, a tendência mais comum é para a estabilidade das lideranças. O fato não é visto como um pecado. Contudo, no meio sindical, a continuidade, embora exista na prática, não é admitida como algo legítimo e necessário. O resulta- do é que as lideranças que permanecem por mais tempo na chefia das entidades acabam por se desgastar politicamente sob o impacto das acusações lançadas pelos opositores que buscam ascender. Os valores dominantes no meio sindical, nesse ponto, constituem, pois, outro fator que estimula as lideranças que aí se projetam a tentar a passagem para o campo político, em múltiplos aspectos mais compensadores.

Categorias profissionais nas Executivas da CUT

Uma análise da composição profissional das Executivas Nacionais da CUT (83, 84, 86 e 88) não indica mudanças importantes. Em todas elas, os metalúrgicos constituem a categoria com maior número de representantes. Nota-se, além disso, a tendência para a continuidade das categorias profissionais que estiveram

representadas na primeira direção da CUT, eleita no congresso de fundação. Em outras palavras: as categorias que dela não participaram (tais como têxteis, marceneiros, portuários, aeroviários, marítimos, jornalistas, etc.) *continuaram ausentes das Executivas subsequentes.* Desse ângulo não houve mudanças significativas. Em larga medida, isso ocorreu porque o rodízio de *pessoas* foi pequeno. Todavia, vale a pena atentar para as pequenas alterações ocorridas de 1983 a 1988. Na primeira Executiva, dos seus quinze integrantes, seis eram de sindicatos de metalúrgicos. Os trabalhadores rurais vinham em segundo lugar, com quatro dirigentes. Os bancários, por sua vez, tinham somente dois representantes. Nas Executivas subsequentes, como se pode ver na próxima tabela, os metalúrgicos mantiveram uma expressiva participação que, a julgar pelas duas últimas Executivas, estabilizou-se em cinco postos. Outro aspecto importante a salientar foi o constante aumento dos dirigentes de sindicatos do setor de serviços, notadamente dos bancários. Estes, nas duas últimas Executivas, tiveram sempre quatro lugares. O espaço dos dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais reduziu-se ao longo do período: na primeira Executiva, de apenas quinze membros, tinham quatro; na segunda, de dezoito, mantiveram os quatro postos; na terceira, quando o número total de integrantes subiu para vinte (quinze efetivos e cinco suplentes), o número de diretores de sindicatos de trabalhadores rurais baixou para três; e, finalmente, na Executiva eleita no III CONCUT, de vinte membros, sua participação caiu para dois. De modo geral, na composição da Executiva, nota-se o aumento dos diretores dos sindicatos do setor de serviços, do setor público e dos professores. Se algumas dessas categorias (como os professores de 1º grau e os bancários) não tivessem declinado social e economicamente ao longo dos últimos anos, enquanto as camadas qualificadas de trabalhadores industriais ascendiam, poder-se-ia dizer que, do congresso de fundação ao III CONCUT, aumentou o peso das categorias operárias.

Outras observações podem ainda ser extraídas da comparação das categorias profissionais presentes nas diferentes Executivas:

Primeiro: embora a proporção de mulheres nos congressos da CUT não seja desprezível (24,1% participaram do III CONCUT), na Executiva Nacional tem sido sempre muito baixa. Quando da formação da CUT, apenas uma mulher foi eleita. Na Executiva que saiu do I CONCUT, havia duas, número que baixou para um na Executiva do III CONCUT. Um pormenor: todas as mulheres que integram, ou integraram, a Executiva da CUT vêm de sindicatos ou associações de professores; apenas uma foi reeleita uma vez e nenhuma ocupou algum posto importante: presidência, vice-presidência, secretaria geral, tesouraria ou secretaria

de relações internacionais. Esses postos, na verdade, vêm sendo ocupado por um mesmo grupo masculino de sete pessoas.

Segundo: nota-se, de congresso para congresso, um ligeiro, mas persistente aumento do número total de membros da Executiva Nacional (15, 18, 20 e 20), fato que reflete, provavelmente, o crescimento da entidade, o acúmulo de tarefas e a necessidade de acomodar mais pretendentes.

Finalmente, a proporção de negros no organismo máximo da direção da CUT é muito pequena. Na atual Executiva, há apenas um mulato claro. Nas anteriores, havia apenas um negro. Os sobrenomes de origem portuguesa são amplamente predominantes; a seguir vêm os sobrenomes italianos. Nenhum descendente de orientais (japoneses e coreanos, especialmente) participou de alguma Executiva da CUT.

A representação dos Estados na Executiva

Como seria de se esperar, em razão da importância econômica do Estado de São Paulo, cerca de um quarto dos postos da Executiva Nacional tem ficado em mãos de dirigentes de sindicatos e associações paulistas. Na realidade, o número de sindicalistas de São Paulo vem aumentando ligeiramente, passando de quatro para cinco e chegando a seis na atual Executiva. Cumpre ressalvar, no entanto, que a própria Executiva, ao longo do período, passou de quinze para vinte membros, de modo que, percentualmente, o peso dos dirigentes de São Paulo permaneceu aproximadamente o mesmo. No conjunto, apenas quatorze estados estiveram representados na Executiva e somente seis tiveram sempre ao menos um dirigente em todas as Executivas da CUT: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio, Pará, Goiás, Minas Gerais e Bahia. Chama a atenção, na análise da composição da Executiva, o fato de Pará e Goiás terem tido mais sindicalistas na Executiva do que outros estados mais industrializados, mais populosos e de maior peso econômico e político, como é o caso de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina.

O Distrito Federal somente a partir de 1986 passou a ter um representante na Executiva. Em certa medida, o fato expressa o aumento da importância dos sindicatos e associações de funcionários públicos e empregados de estatais. Por fim, note-se que sindicalistas de três estados (São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em conjunto têm ocupado, sempre, desde a fundação da CUT, mais da metade dos postos na Executiva Nacional.

Tabela 16
Composição da executiva da CUT – 1983-1984-1986

Setor econômico	*Categoria*	*1983*	*1984*	*1986*
I – Indústria				
Metal-mecânico	Metalúrgicos	6	4	5
Petróleo	Petroleiros	1	1	1
Eletricidade	Eletricitários	1	–	–
Ind. do vestuário	Trabs. da ind. do vestuário	–	1	–
Ind. gráfica	Gráficos	–	1	1
Ind. química	Trabs. da ind. química	–	1	1
Subtotal		8	8	8
II- Serviços				
Setor financeiro	Bancários	2	2	4
Subtotal		2	2	4
III- Ensino				
Magistério	Professores	1	2	3
Subtotal		1	2	3
IV – Agricultura				
Agricultura	Trabs. rurais	4	4	3
Subtotal		4	4	3
V – Setor público				
Previdência Social	Previdenciários	–	–	1
Subtotal		–	–	1
VI – Profissões Liberais				
Sociologia	Sociólogos	–	1	–
Enfermagem	Enfermeiros	–	1	1
Subtotal		–	2	1
VII – Transporte		–	–	–
Total de membros		15	18	20

Tabela 17
Participação dos Estados na Executiva da CUT

Estados	*1983*	*1984*	*1986*	*1988*	*Total*	*%*
São Paulo	4	4	5	6	19	26,1
Rio Grande do Sul	2	2	3	2	9	12,3
Rio de Janeiro	2	2	3	2	9	12,3
Pará	1	2	2	2	7	9,6
Goiás	1	2	2	2	7	9,6
Minas Gerais	1	2	1	1	5	6,8
Bahia	2	1	1	1	5	6,8
Santa Catarina	–	1	1	2	4	5,5
Pernambuco	I	–	1	–	2	2,7
Distrito Federal	–	–	1	1	2	2,7
Espírito Santo	1	–		–	1	1,4
Paraíba	–	1	–		1	1,4
Paraná	–			1	1	1,4
Ceará	–	1	–	–	1	1,4
Total =	15	18	20	20	73	100,0

A Direção Nacional

A Direção Nacional da CUT, eleita no III Congresso, tem aproximadamente a mesma composição da Executiva, mas compreende um número muito maior de sindicalistas: 83 efetivos e 41 suplentes. Os dirigentes de sindicatos *white-collar* somam 43 membros efetivos (serviços, ensino, profissões liberais e transportes), contra 39 dirigentes de categorias profissionais em que os trabalhadores manuais são maioria.[2] Os sindicatos de trabalhadores industriais têm 35% dos lugares da Direção Nacional, com ampla predominância dos metalúrgicos. De 29 sindicatos desse setor, treze são de trabalhadores do setor metal- mecânico. No setor de serviços predominam os sindicatos bancários: dez num total de vinte. O setor de ensino tem uma participação expressiva: 17% do total. Os trabalhadores do setor rural, em comparação com o peso de sua representação entre os delegados no congresso (mais de um terço, lembremos), estão sub-representados, com 12% do total de membros efetivos.

[2] Para o caso da Direção Nacional, considerando o número muito maior de membros do que os da Executiva, e a importância menor dos suplentes, consideramos apenas os membros titulares.

Tabela 18
Sindicatos por setor econômico na Direção Nacional da CUT eleita no III CONCUT

Setor de atividade	Categorias	N° de membros da Direção Nacional	Total
I – *Indústria*			
Metal-mecânico	Metalúrgicos	13	
Energia elétrica	Eletricitários	5	
Químicos	Trabs. nas ind. químicas	4	
Refinação de petróleo	Petroleiros	3	
Alimentação	Trab. nas ind. de alimentação e trab. nas ind. de carnes e frios	2	
Gráfica	Gráficos	1	
Construção civil	Trabs. na construção civil	1	
Subtotal			29
II – *Serviços*			
Setor financeiro	Bancários	10	
Processamento de dados	Processadores de dados	4	
Telecomunicações	Trabs. em telecomunicações	4	
Vigilância	Vigilantes	1	
Comércio	Comerciários	1	
Subtotal			20
III – *Ensino*			
Magistério público e privado	Professores	12	
Servidores de universidades e estabelecimentos de ensino	Servidores de escolas	2	
Subtotal			14
IV – *Agricultura*	Trabalhadores rurais	10	
Subtotal			10
V – *Setor Público*			
Previdência Social	Previdenciários	3	
Saúde	Servidores de hospitais	1	
Serviço público em geral	Func. públicos	1	
Subtotal			5
VI – *Profissões liberais*			
Engenharia	Engenheiros	2	
Medicina	Médicos	1	
Enfermagem	Enfermeiros	1	
Subtotal			4
VII – *Transportes*			
Metrô	Metroviários	1	
Subtotal			1
Total: 83			

Fonte: Boletim Nacional da CUT, nº 21, set. 1988, “3º CONCUT – Registro e Imagens”.

CAPÍTULO IV

OS DELEGADOS E SUAS ENTIDADES

Nas páginas anteriores foram analisadas algumas características dos delegados no II CONCUT do ponto de vista de suas ocupações e profissões, idade, escolaridade, etc. Nas páginas que se seguem, a composição do III CONCUT será analisada do ponto de vista da categoria profissional *definida pelos sindicatos, associações ou federações dos diferentes setores econômicos.* Consequentemente, o ponto de referência passa a ser as entidades sindicais das categorias econômicas abrangidas por cada setor econômico. Para fins da pesquisa foram definidos dez setores:

1. *Funcionalismo público:* todos os representantes de sindicatos do setor público, excluídos os sindicatos de professores das universidades e estabelecimentos de ensino público do magistério secundário e elementar, que oram considerados como um setor à parte.
2. *Educação:* engloba todas as associações e sindicatos ligados à educação de todos os níveis de ensino;
3. *Serviços:* todos os sindicatos de serviços e comércio. Estão excluídos, no entanto, os sindicatos do setor bancário, os quais, pelo seu peso no interior do III CONCUT, foram considerados à parte;
4. *Bancários:* todos os sindicatos do setor financeiro;
5. *Transportes:* todos os sindicatos desse setor, incluídos os metroviários;
6. *Metalúrgicos:* todos os sindicatos que representam trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico, habitualmente designados como sindicatos dos metalúrgicos;
7. *Químicos:* engloba todos os sindicatos de trabalhadores das indústrias químicas, petroquímicas, plásticas, do petróleo, de vidro, de sabão e de velas;
8. *Urbanos:* todos os sindicatos dos seguintes setores: eletricidade, água, esgoto e gás;
9. *Outras indústrias:* todo tipo de indústria, com exceção das anteriores.

10. *Trabalhadores rurais:* todos os sindicatos de trabalhadores rurais, englobando assalariados, pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, sem-terra, etc.

As entidades: a grande maioria dos congressistas é constituída de delegados de *sindicatos* (68,7%). O número de delegados que representam *associações* chega a quase um quinto dos participantes. Em contraposição, os delegados representantes de federações e confederações, organismos de cúpula do sindicalismo brasileiro, eram quase inexistentes. De outro lado, houve 9,5% de delegados de oposições sindicais, quer dizer, de tendências de oposições e direções de sindicatos e associações que não estão filiados à CUT.

Tabela 19
Delegados por tipo de entidade

Entidade	
Sindicato	68,5
Associação	19,9
Oposição	9,5
Federação	1,2
Confederação	0,1
Outras entidades	0,8
n = 4 137	100,0

Como seria de se esperar, em razão da legislação sindical brasileira, que proibia a sindicalização de funcionários públicos (antes da Constituição de 1988), os delegados de associações estão nos setores do funcionalismo público e da educação, enquanto os delegados de sindicatos concentram-se no setor industrial. O setor metalúrgico é o que reúne a maior proporção de trabalhadores que compareceram ao III CONCUT como delegados de oposições (19,7%). Também entre os bancários registrou-se uma elevada proporção de delegados que foram credenciados como representantes de oposição sindical. Por outro lado, como indica a Tabela 20, nos setores de educação e do funcionalismo público a proporção de delegados de oposição às diretorias não filiadas à CUT é muito reduzida: 1,5% entre os funcionários e 4,3% entre os professores. Esses dados oferecem alguma indicação dos setores em que a CUT é mais forte e domina a maior parte dos sindicatos, como entre as associações de professores e de funcionários públicos. Contudo, a presença, entre algumas categorias profissionais, de uma proporção relativamente elevada de delegados de oposição não significa necessariamente uma fraqueza da CUT nesses setores. É o caso, por exemplo, do setor metalúrgico. Embora a maior parte dos grandes sindicatos

esteja ligada à CUT, há muitos outros que não a apoiam, mas no interior dos quais existem importantes correntes de oposição cutista às diretorias.

Essas oposições estão representadas nos congressos da CUT. Por outro lado, há categorias profissionais em que a presença da CUT é tão inexpressiva a ponto de não se ter encontrado, no III CONCUT (e em outros), delegação de alguma importância. Este é o caso, por exemplo, dos têxteis, dos comerciários, etc.

Tabela 20
Setor de atividade e tipo de entidade

Entidade	*Func. públ.*	*Educ.*	*Serv.*	*Finan..*	*Transp.*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*n*
Sindicatos	8,0	17,9	72,7	76,0	82,4	77,2	89,4	93,3	78,2	86,1	2778
Associação	81,3	75,2	19,5	7,1	2,1	3,1	3,0	1,0	8,1	1,5	806
Oposição	1,5	4,3	6,2	16,9	15,5	19,7	6,1	5,7	13,4	10,3	374
Federação	7,7	2,4	1,4	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,3	0,2	49
Confederação	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2
Outros	1,5	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	33
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
n =	274	491	707	154	97	259	132	105	342	1.481	4042

Os diretores de sindicatos e associações formam quase a metade dos participantes. Pouco menos de um terço são simples associados de suas entidades, tendo sido escolhidos "pela base".

Tabela 21
Posição na entidade

Membro da diretoria	49,1
Apenas associado	29,9
Associado e membro da oposição	10,5
Assoc. e membro de alguma comissão de trabalho	7,9
Outra situação	1,4
Delegado sindical	0,9
Não é da diretoria nem é sócio da entidade	0,3
n = 4069	100,0

De modo geral, em todas as categorias os membros da direção do sindicato ou da associação constituíram a parcela mais importante das delegações no III CONCUT. Há, porém, diferenças relativamente importantes que convém ressaltar. Foi nos sindicatos do setor das indústrias químicas e petroquímicas que se encontrou a maior proporção de delegados pertencentes à diretoria. Em segundo lugar vêm os congressistas das associações de funcionários públicos. Opostamente, foi entre os trabalhadores rurais que se notou a menor proporção de

delegados que não ocupavam posições de direção em seus sindicatos (42,7%). Na realidade, examinando-se a Tabela 22, vê-se que a proporção de delegados que são simples associados dos sindicatos e membros da diretoria é afetada, em alguns casos, pela proporção mais elevada de representantes das oposições. É o caso, em primeiro lugar, dos sindicatos de bancários e metalúrgicos, onde a parcela de delegados de oposições sindicais é forte. No caso dos bancários, nada menos do que 21,1% dos delegados pertenciam a oposições às diretorias de sindicatos não filiados à CUT. Trata-se de uma porcentagem elevada que reduz proporcionalmente o número de delegados que são simples associados. Em escala menor, a mesma observação é válida para os metalúrgicos.

Tabela 22
Setor de atividade e posição na entidade

	Func. públ.	Educação	Serviços	Finanças	Transporte	Metalúrgia	Químico	Inds. urbanas	Outras inds.	Trab. rurais	Totais	
											N	%
Diretoria	57,0	46,4	53,1	53,9	56,2	54,2	61,6	51,4	55,1	42,7	1969	49,3
Apenas assoc.	30,4	28,2	28,7	17,8	18,8	16,3	20,8	25,7	24,6	37,4	1187	29,8
Oposição	3,7	9,6	6,3	21,1	13,5	18,6	9,2	6,7	14,7	10,6	416	10,4
Membro de com.	8,5	12,7	9,9	5,9	9,4	9,3	6,9	10,5	5,0	5,5	313	7,9
Outras sit.	0,4	2,9	1,7	1,3	2,1	1,2	1,5	5,7	0,6	0,6	53	1,3
Deleg. sind.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	36	0,9
Não assoc.	0,0	0,2	0,3	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,7	14	0,4
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
n =	270	489	698	152	96	258	130	105	340	1449	3987	

Aproximadamente um terço dos delegados que ocupam cargo na diretoria está liberado em tempo integral para trabalho sindical, o que significa dizer que eles vivem exclusivamente da militância. Os sindicatos de bancários são os que têm, de longe, a maior proporção de dirigentes trabalhando em tempo integral para o sindicato: cerca de três quartos. Seguem-se, com alguma distância, os delegados dos sindicatos das indústrias urbanas e dos químicos e petroquímicos, onde pouco mais da metade dos diretores de sindicatos presentes no III CONCUT trabalham em tempo integral para sua entidade. Em contraposição, entre os funcionários públicos apenas uma porcentagem muito baixa de diretores de suas associações está totalmente liberada para a atividade sindical.

Tabela 23
Setor de atividade e liberação para trabalho sindical

	Func. públ.	Educação	Serviços	Finanças	Transporte	Metalúrgia	Químico	Inds. urbanas	Outras inds.	Trab. rurais	Totais	
											N	%
Totalmente liberado	22,1	22,7	31,5	76,2	54,3	46,5	47,0	58,0	46,2	25,0	34,1	597
Parcialmente liberado	4,8	20,3	12,6	6,3	19,6	9,4	10,6	14,0	17,9	18,3	14,7	258
Não liberado	72,4	56,5	55,3	16,2	23,9	44,1	37,9	28,0	35,3	53,3	49,6	870
Outras situações	0,7	0,5	0,6	1,3	2,2	0,0	4,5	0,0	0,6	3,4	1,6	28
n =	100,0 145	100,0 207	100,0 340	100,0 80	100,0 46	100,0 127	100,0 66	100,0 50	100,0 158	100,0 534	100,0 1	753

Cargo na CUT

Cerca de um terço dos delegados de todos os setores econômicos possuem cargo ou função em alguma instância de direção da CUT (nacional, estadual, regional ou departamental). As diferenças entre os delegados das entidades dos setores de atividade econômica, aqui considerados, não são muito acentuadas, oscilando entre um máximo de 7507o e um mínimo de 61% de congressistas. As entidades que apresentaram as menores proporções de delegados com algum cargo na CUT foram as associações de funcionários públicos e de professores. No polo oposto, no setor químico e petroquímico foi onde se encontrou a maior proporção de congressistas ocupando algum posto na estrutura da CUT.

Tabela 24
Setor de atividade por cargo na CUT

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Tem cargo	25,4	27,4	29,7	34,4	30,9	34,7	39,1	35,8	36,3	32,6	31,7	1290
Não tem	74,6	72,6	70,3	65,6	69,1	65,3	60,9	64,2	63,7	67,4	68,3	2776
% N =	100,0 276	100,0 493	100,0 708	100,0 154	100,0 97	100,0 259	100,0 133	100,0 106	100,0 344	100,0 1496	100,0	4066

Participação em congressos

Como seria de se esperar em razão, principalmente, do grande número de delegados jovens, a maioria dos congressistas está participando pela primeira vez de um congresso nacional da CUT. Da I CONCLAT, de 1981, menos de 5% estiveram presentes; do congresso de fundação da CUT, em 1983, menos de 10%; do I CONCUT, em 1984, cerca de 11%; no II CONCUT, em 1986, 20%. Isto sugere certa rotatividade na militância partidária, embora não esteja excluído que os sindicalistas que participaram dos congressos anteriores continuem ativos e, inclusive, participando de congressos estaduais e regionais. Apesar disso, julgamos que não deixa de ser indicativo de inexperiência e do pouco tempo de militância o fato de aproximadamente 60% do total de delegados do III CONCUT nunca terem participado de qualquer outro congresso nacional da Central. Cumpre, no entanto, relativizar esse dado levando em consideração que cerca de 15% dos delegados presentes ao terceiro congresso não poderiam mesmo ter estado no II CONCUT, em razão do aumento do número de participantes do segundo para o terceiro congresso. De modo geral, considerando participação no conjunto das reuniões anteriores, os metalúrgicos são os que, destacadamente, têm as mais elevadas proporções de delegados que compareceram aos anteriores congressos. No polo oposto, os representantes de sindicatos de trabalhadores rurais são os mais inexperientes em matéria de participação em congressos nacionais da CUT.

Tabela 25
Setor de atividade e participação no 1 CONCLAT (1981)

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Participou do CONCLAT	2,5	6,1	4,7	4,5	12,4	10,4	6,0	6,6	6,7	2,4	4,7	190
Não participou	97,5	93,9	95,3	95,5	87,6	89,6	94,0	93,4	93,3	97,6	95,3	3875
% N =	100,0 276	100,0 493	100,0 708	100,0 154	100,0 97	100,0 259	100,0 133	100,0 106	100,0 344	100,0 1495	100,0	4065

Como indica a Tabela 25, na I CONCLAT, realizada na Praia Grande, em 1981, a quase totalidade dos delegados não esteve presente. Porém, entre os trabalhadores do setor de transporte e do setor metalúrgico, cerca de 12% e 10%, respectivamente, lá estiveram. Entre os trabalhadores rurais e funcionários públicos, a proporção dos que participaram dessa histórica reunião é inferior a 3%.

Já com relação ao congresso de fundação da CUT, realizado dois anos depois, em 1983, o número de delegados do III CONCUT que esteve nessa reunião passou para 10%. Com seria de esperar, o aumento da proporção de congressistas que estiveram no congresso de fundação ocorreu entre os delegados de todos os setores econômicos. No caso dos metalúrgicos, cerca de 21% dos delegados do terceiro congresso, que formam o time dos veteranos, participaram da criação da CUT. Vêm a seguir os delegados dos sindicatos do setor químico e petroquímico, com 14,3%. Novamente, foi entre os delegados do setor rural e entre os do funcionalismo público que encontramos as mais baixas porcentagens de delegados que tinham estado presentes na reunião que decidiu criar a CUT: 7,0% e 8,0%, respectivamente.

Tabela 26
Setor de atividade e participação na fundação da CUT (1983)

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Participou do I CONCLAT	8,0	10,8	10,6	11,0	8,2	20,8	14,3	8,5	9,9	7,0	9,7	396
Não participou	92,0	89,2	89,4	89,0	91,8	79,2	85,7	91,5	90,1	93,0	90,3	3670
% N =	100,0 276	100,0 493	100,0 708	100,0 154	100,0 97	100,0 259	100,0 133	100,0 106	100,0 344	100,0 1495	100,0	4066

Com relação ao primeiro congresso da CUT (1984), aumentou a proporção de participantes do III CONCUT que também lá estiveram. O aumento, contudo, foi pequeno: de cerca de 10% a 11%. A proporção de metalúrgicos que participaram de ambos os eventos continuou bastante superior à das demais categorias e bem acima da porcentagem geral do congresso (24,3%). Vêm a seguir os bancários e os químicos. É possível que o fato de os congressos de 1983 e 1984 terem sido realizados em São Bernardo, quer dizer, na região do ABC, que concentra grande massa de trabalhadores metalúrgicos, tenha contribuído para aumentar a proporção dos trabalhadores metalúrgicos que participaram desse CONCUT. O número de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais que compareceram ao I CONCUT continua muito pequeno: menos de 7%, abaixo, portanto, da porcentagem geral dos delegados do III CONCUT que participaram daquele congresso.

Tabela 27
Setor de atividade e participação no I CONCUT (1984)

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Participou do I CONCLAT	10,5	13,0	11,4	14,3	11,3	24,3	13,5	10,4	9,9	6,8	10,7	435
Não participou	89,5	87,0	88,6	85,7	88,7	75,7	86,5	89,6	90,1	93,2	89,3	3630
% N =	100,0 276	100,0 493	100,0 708	100,0 154	100,0 97	100,0 259	100,0 133	100,0 106	100,0 344	100,0 1495	100,0	4065

Já com relação ao segundo congresso da CUT, realizado dois anos antes do terceiro, a proporção de delegados que participaram de ambos os eventos alcançou 20%. Os trabalhadores dos sindicatos de químicos e petroquímicos, juntamente com os dos sindicatos de metalúrgicos, forneceram as maiores proporções de congressistas que participaram do II CONCUT: quase um terço. Outra vez, foi entre os trabalhadores rurais que se localizou a menor proporção de trabalhadores que estiveram no Il CONCUT, dado que, novamente, ressalta a maior rotatividade desse setor na militância sindical e que, por sua vez, reflete a maior instabilidade do sindicalismo no campo: os que vêm para um congresso, mais do que entre outros grupos profissionais, não retornam para o subsequente.

Tabela 28
Setor de atividade e participação no II CONCUT (1986)

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Participou do I CONCLAT	23,9	22,1	22,0	23,4	19,6	31,3	32,3	20,8	19,5	15,1	20,3	825
Não participou	76,1	77,9	78,0	76,6	80,4	68,7	67,7	79,2	80,5	84,9	79,7	3241
% N =	100,0 276	100,0 493	100,0 708	100,0 154	100,0 97	100,0 259	100,0 133	100,0 106	100,0 344	100,0 1496	100,0	4066

Considerando, em conjunto, todos os congressos anteriormente mencionados, *vê-se que a maioria dos delegados que estiveram na reunião de Belo Horizonte não chegou a participar de nenhum outro.* Somente entre os metalúrgicos é que a porcentagem dos que participaram de algum dos congressos anteriores ultrapassa a dos que não participaram.

Tabela 29

Setor de atividade e participação em algum congresso anterior

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Participou de algum Congresso antes do III CONCUT	36,2	39,4	38,1	37,0	41,2	53,3	47,4	41,5	41,6	33,0	37,9	1542
Não participou de outro Congresso	63,8	60,6	61,9	63,0	58,8	46,7	52,6	58,5	58,4	67,0	62,1	2524
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
N =	276	493	708	154	97	259	133	106	344	1496		4066

A presença de uma porcentagem maior de delegados de metalúrgicos nos congressos anteriores relaciona-se com o maior tempo de militância sindical dos membros dessa categoria. Já vimos, quando da análise das profissões e ocupações dos congressistas, que a maioria tem uma experiência de vida sindical relativamente pequena. A exceção, aqui, vai para os trabalhadores metalúrgicos, única das categorias em que a maioria tinha mais de sete anos de militância sindical. Seguem-se, com certa distância, os representantes dos sindicatos do setor urbano, dos professores, dos químicos e petroquímicos. Os delegados das associações de funcionários públicos, de "outras indústrias" e dos trabalhadores rurais são os que têm menos tempo de militância.

Tabela 30

Setor de atividade e tempo de militância

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
Até 3 anos	43,6	27,6	38,5	38,1	38,1	21,6	32,8	34,0	42,9	40,8	1363	37,4
4 a 7 anos	35,9	35,5	34,8	34,0	27,4	25,2	30,4	28,9	26,0	28,6	1124	30,8
Mais de 7	20,5	36,9	26,7	27,9	34,5	53,2	36,8	37,1	31,1	30,6	1166	31,8
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
N =	248	442	633	147	84	231	122	97	300	1349	3653	

As preferências partidárias

Os resultados da pesquisa confirmaram amplamente a opinião bastante difundida sobre as preferências dos sindicalistas das entidades ligadas à CUT pelo Partido dos Trabalhadores. Com efeito, 91% dos delegados entrevistados declararam que seu partido preferido era o PT. Essa preferência mantém-se elevada em todas as categorias profissionais. Contudo, algumas variações de certa magnitude entre os delegados dos setores econômicos devem ser assinaladas. O PT encontra mais forte apoio entre os delegados de sindicatos rurais, bancários, metalúrgicos e funcionários públicos. Inversamente, foi entre os sindicalistas das indústrias urbanas, de transporte e de educação que se evidenciaram os coeficientes comparativamente mais baixos de preferência pelo PT. Nesse sentido, vale a pena ressaltar algumas informações que não se encontram transcritas na Tabela 31 (onde os dados sobre os demais partidos foram agregados). O PDT, que vem em segundo lugar, depois do PT, na preferência dos participantes do III CONCUT, foi mencionado por somente 1,7% dos congressistas. Contudo, entre os delegados dos sindicatos do setor de transporte, foi citado por 7,8%; o PCB, por sua vez, preferido por apenas 0,8% do total de delegados, foi citado por 5% dos dirigentes e militantes dos sindicatos de atividades urbanas. Os demais partidos e organizações políticas foram mencionados sempre por menos de 1% dos participantes.

Tabela 31

Setor econômico e preferência partidária

	Func. públ.	*Educ.*	*Serv.*	*Fin.*	*Trans*	*Metal.*	*Quim.*	*Ind. urbanas*	*Outras ind.*	*Rural*	*Totais*	
											%	*n*
PT	91,3	86,7	89,0	93,3	85,6	92,9	91,1	77,9	89,0	94,1	90,9	3458
Outro partido	8,7	13,3	11,0	6,7	14,4	7,1	8,9	22,1	11,0	5,9	9,1	346
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
N =	254	458	662	149	90	238	124	95	317	1417		3804

Uma avaliação geral das características dos delegados no III CONCUT mostra um congresso composto basicamente por militantes jovens e com pouca experiência sindical. Os dados sobre a participação em congressos anteriores da CUT, indicando que 80% da massa de delegados não participaram do congresso anterior, realizado dois anos antes, sugerem uma rotatividade relativamente elevada. Em certo sentido, pode se louvar o fato em nome da renovação e da rejeição do continuísrno dos dirigentes. Queremos crer, no entanto, que o fato tem mais aspectos negativos do que positivos. É importante lembrar, no caso, que as categorias presentes no III CONCUT que continham as proporções mais altas de delegados que haviam participado nos congressos anteriores (metalúrgicos, bancários e químicos, especialmente) são bastante ativas sindicalmente. Por outro lado, os delegados dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos professores de primeiro grau, com menor experiência de participação nos congressos da CUT, não se encontram nas primeiras posições em matéria de organização e

mobilização trabalhista. Consequentemente, tendemos a considerar que, embora um certo coeficiente de renovação difícil de estimar seja necessário para combater a esclerose das organizações, um excessivo *turnover* dos quadros e dirigentes é danoso para o movimento sindical.

É possível que muitos traços indicativos de imaturidade tenham suas origens na juventude dos dirigentes e na rotatividade dos militantes sugeridas pelos dados referentes à participação em congressos anteriores. Como veremos mais adiante, esses elementos de imaturidade transparecem nas resoluções de caráter geral aprovadas, na adoção de medidas que não são levadas à prática, na confusão entre as palavras de ordem e propostas de mudança social geral com outras de caráter imediato, na dificuldade da entidade de elaborar uma linha e propor objetivos relativamente exequíveis, etc. De todo jeito, considerando o peso da população jovem no conjunto da população brasileira e o fato de a CUT não ter completado dez anos de vida, num país recém-saído de cerca de vinte anos de autoritarismo militar, outro desenvolvimento dificilmente poderia ocorrer.

Na análise ainda da composição do III CONCUT, chama a atenção, de um lado, o alto nível de escolaridade de grande parte dos dele- gados, muito acima da maioria da classe trabalhadora brasileira, do eleitorado e da população do país. Mas chama a atenção, por outro lado, a proporção elevada de trabalhadores com baixíssimo nível de escolaridade, notadamente entre os trabalhadores rurais. Ambos os fenômenos têm diretamente uma mesma raiz: a composição social e profissional muito heterogênea da CUT, reunindo trabalhadores do setor urbano e do setor rural não só numa mesma entidade como também num mesmo congresso. Obviamente, se a CUT fosse uma central de trabalhadores industriais ou manuais do meio urbano, a heterogeneidade, que sempre existiu no interior da classe operária, deveria ser menor. Assim, por exemplo, o peso das associações de servidores públicos (e também dos professores do magistério secundário e universitário) atua no sentido de elevar os níveis de escolaridade, enquanto a presença dos trabalhadores rurais age em sentido contrário. Nossa hipótese, aqui, é de que, se todos os demais fatores forem iguais, quanto maior a heterogeneidade grupal – em termos de escolaridade, renda, experiência profissional, trajetórias de vida, etc. –, maiores serão as divergências políticas e ideológicas internas. Na CUT, a presença de trabalhadores rurais (na maior parte das vezes, pequenos proprietários), empregados das estatais e trabalhadores do setor privado implica um esforço, frequentemente artificial, de harmonização de reivindicações que têm coeficientes de motivação e força de mobilização diferentes.

Para cada um desses três grandes grupos. A demanda por terra apenas por via ideológica motiva os trabalhadores industriais e empregados do setor público. A defesa das estatais e dos funcionários públicos contra políticas de privatização e enxugamento da máquina estatal está longe de sensibilizar pequenos proprietários rurais e operários da indústria privada. Para poder manter a unidade e a coesão interna, a CUT é levada a apresentar programas de luta abrangentes, de natureza política muito ampla, que, em princípio, devem interessar a todos os trabalhadores e assalariados do país, a todo o "povo". No final, acabam sendo declarações de intenções, cartas de princípios ou algo equivalente, mas não exatamente planos de luta reivindicatória que devem acarretar uma ação correspondente da entidade. Por isso, nos congressos da CUT, o lado expressivo acaba por predominar sobre o instrumental. Este aspecto reflete-se na enorme quantidade de extensos documentos de análises, discussões, teses, dado que revela a importância do fator ideológico e o peso das categorias de nível de escolaridade elevado, professores e outras profissões intelectuais, mais inclinadas às discussões e às polêmicas teóricas.

CAPÍTULO V

AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS E SUAS TESES

As teses apresentadas no III CONCUT constituem um material importante de análise, pois expressam a cultura política dominante entre as principais lideranças da entidade. De modo geral, podem ser divididas em dois grupos: as teses "políticas" e as teses "sindicais". Pelas primeiras, entendemos as que, embora apresentadas por sindicatos ou associações, de fato, transmitem as posições dos partidos, tendências ou facções que dominam ou influenciam as direções das respectivas entidades. Pelas segundas, entendemos aquelas que defendem propostas trabalhistas específicas, tais como criação de um departamento de aposentados e pensionistas dentro da CUT. No conjunto das 17 teses apresentadas, somente três podem ser classificadas como teses "sindicais". Sobram 14 teses "políticas". Na realidade, esse número é um pouco menor, porque duas delas, incluídas na relação oficial de teses, repetem, parcial ou totalmente, textos subscritos por outras entidades.

A distinção entre "tese política" e "tese sindical" contém certa dose de arbitrariedade, porque a defesa de certas propostas mais limitadas, como por exemplo, as modalidades de organizações dos profissionais liberais relacionam-se com posições políticas mais amplas e com uma dada proposta de atuação sindical que, por sua vez, está fundada numa dada concepção da sociedade e da economia. Apesar disso, cumpre separar, de um lado, as teses que partem explicitamente de uma avaliação da situação política nacional e, com base em esquemas teóricos e doutrinários, apresentam um conjunto de propostas de mudanças estruturais e, de outro, as teses com propostas específicas e limitadas a questões da organização sindical.

As "teses políticas", na verdade, têm como objeto mais o movimento operário do que o movimento sindical. Quase todas elas culminam na apresentação de um plano geral de lutas que deve ajudar a substituição do capitalismo por um regime de tipo socialista. Nenhuma das teses apresentadas sugere como objetivo imediato o assalto ao poder ou inicio de ações revolucionárias. Apesar disso, as palavras de ordem têm como meta "despertar a consciência do trabalhador", politizá-lo, acirrar o conflito de classes, inviabilizar o governo e preparar a passagem para o socialismo através de palavras de ordem e reivindicações que não podem ser concretizadas sem

provocar mudanças de natureza revolucionária (estatização do sistema financeiro, do transporte público, da indústria farmacêutica, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, etc.). A maior parte das teses levadas ao III CONCUT, desse ponto de vista, pretende fazer da CUT não um instrumento de obtenção de melhorias para os trabalhadores dentro do regime capitalista, mas um instrumento de luta revolucionária pelo socialismo.

Apesar de algumas diferenças na interpretação da conjuntura política nacional, na avaliação das táticas aplicadas e dos resultados obtidos pela CUT nos últimos anos, todas as teses partilham, com maior ou menor intensidade, de um universo ideológico comum que é fornecido pelo marxismo com alguns toques leninistas. De um modo simplista, isso significa dizer que todas compartilham da ideia de que a situação da classe trabalhadora piora constantemente sob o capitalismo e que a liberdade política e a efetiva melhoria da situação econômica e material dos assalariados só poderiam ocorrer sob o socialismo. Não seria o caso, aqui, de repetir os elementos básicos do marxismo e do leninismo. Limitar-nos-emos às reivindicações e palavras de ordem que aparecem com mais frequência nas teses apresentadas ao III CONCUT.

Quase todas partem da ideia de que a conjuntura mundial está mareada pelo agravamento da crise econômica do capitalismo, com profundas e danosas consequências para o Terceiro Mundo. A crise brasileira estaria relacionada a essa crise geral do capitalismo que aguçaria as contradições do sistema, tornando mais intensos os conflitos de classe. Nesse quadro, e considerando o contexto brasileiro especifico, as seguintes reivindicações e palavras de ordem aparecem com mais frequência, o que não significa afirmar a existência de uma atuação destinada a levá-las à prática.

No plano econômico:

não pagamento da divida externa e rompimento com o FMI; contra a privatização das estatais;
estatização dos serviços básicos, especialmente na área da saúde; rejeição a qualquer pacto social:

No plano agrário:

reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
punição de mandantes e assassinos de trabalhadores rurais; crédito para os pequenos produtores;

No plano político:

repúdio à nova Constituição; combate ao governo Sarney;

No plano sindical e trabalhista:

liberdade e autonomia sindical; repúdio à estrutura sindical; jornada de trabalho de 40 horas sem redução salarial; contrato coletivo de trabalho;
liberdade de organização nos locais de trabalho;

No plano internacional:

apoio a Cuba, Nicarágua, "contra a agressão dos EUA na América Central";
contra a política do apartheid na África do Sul.

Esses são os pontos encontrados em quase todas as teses. Há, porém, diferenças importantes entre elas que convém ressaltar. As mais radicais incluem também, no plano econômico, reivindicações de estatização do solo urbano, de confisco das "residências ociosas", um plano estatal de construção de casas populares "sob controle dos trabalhadores". Outras teses, como a nº 5, apresentada pelo Sindicato dos Professores do ABC, entendem que se deveria levar à prática uma deliberação da Direção Nacional da CUT de março de 1987 no sentido de desenvolver uma campanha por uma Assembleia Nacional Popular que elaborasse outra Constituição. Na mesma linha, a tese nº 8, que ex- pressa as posições da Convergência Socialista, entende que assembleias de sindicatos deveriam ser convocadas para expressar o repúdio à atual Constituição (uma "luta prática contra ela deveria ser começada logo depois de votada"). De modo geral, é ponto essencial que todos os com- bates por qualquer reivindicação devem estar ligados à "conscientização dos trabalhadores" e à luta pelo socialismo. (Às vezes, insiste-se, possivelmente como uma etapa de transição, na luta por um governo que aplique o programa da CUT.) No setor rural, as propostas mais radicais defendem a expropriação, sem indenização, de todo latifúndio, estatização e coletivização das terras das empresas rurais, estimulo pela CUT das ocupações coletivas de terras, etc.

Mas, uma vez que as questões do cotidiano dos trabalhadores não podem ser deixadas de lado, quase todas as teses misturam, em suas bandeiras de luta, demandas imediatas – que podem ser atendidas sem afetar em nana a natureza do regime capitalista – com outras cuja tentativa de realização deve levar a uma situação revolucionária. Na realidade, parece pouco provável que seus autores imaginem que se possa iniciar, imediatamente, qualquer mobilização de trabalhadores a favor dessas palavras de ordem de tipo revolucionário (reforma

agrária sob controle dos trabalhadores, controle dos meios de produção, etc.). Estas últimas destinam-se a marcar posições socialistas e revolucionárias e a "esclarecer" a massa. Mais do que bandeiras de luta, são pontos programáticos.

Levadas as teses ao plenário, a massa de congressistas aprovou a de nº 10, "Pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e Pela Base", defendida pela corrente Articulação, que dominou o III CONCUT. Embora situando o socialismo como a perspectiva histórica e compartilhando da mesma cultura socialista dominante nas lideranças cutistas, a tese nº 10 é mais moderada na sua retórica e nas bandeiras de luta. Com relação às outras, foi a única a manifestar seu apoio ao sindicato Solidariedade da Polônia e a dizer algo sobre a questão da mudança tecnológica e das consequências que acarreta para os sindicatos e para os trabalhadores. Uma de suas bandeiras de luta é a defesa do Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado negociado diretamente com o patronato e levando, no final, à abolição da CLT, e pondo fim, igualmente, à intervenção do IV Ministério do Trabalho e do Estado nas relações entre o capital e o trabalho.

Apesar de criticar o governo comunista polonês que "reprime os trabalhadores em sua luta pelo direito de greve e sindicato livre", o documento defendido pela facção Articulação, assim como todas as demais teses, ignora totalmente as transformações que, à época do III CONCUT, já estavam em curso nos países socialistas. Nenhuma linha é dedicada à perestroika, nenhuma crítica é endereçada aos sistemas políticos dos países do Leste. Todas as teses repetem, com menor ou maior sofisticação, as proposições clássicas do marxismo e do comunismo, da crise do capitalismo, da ação "imperialista e belicista" dos EUA. As transformações mais recentes na situação internacional, a revolução tecnológica contemporânea, a crise do sindicalismo, a diminuição da classe trabalhadora, a ampliação do terciário só mereceram algumas breves linhas do documento da Articulação. No tocante à situação política nacional, as mudanças ocorridas com o fim do regime militar são subestimadas, uma vez que se entende que o Congresso é de maioria reacionária e que a "Nova República" segue, na prática, a mesma orientação conservadora dos regimes militares.

Apesar da manutenção da concepção dicotômica do marxismo, da divisão da sociedade em dois campos opostos, o dos exploradores e o dos explorados, em comparação com interpretações comunistas de há algumas décadas, notam-se algumas diferenças importantes. Uma delas é o abandono do conceito habitual de "classe operária" ou de "proletariado", e sua substituição pelo de "trabalhador" ou de "classe trabalhadora". Embora nas avaliações mais concretas das divisões da

sociedade as fronteiras da "classe operária" ou de "proletariado" nunca fossem estabelecidas com precisão, entendia-se, ou subentendia-se, por esses termos os trabalhadores manuais assalariados, especificamente o proletariado industrial, que comporia o núcleo mais típico da classe operária. Nos documentos levados ao III CONCUT, fala-se em trabalhador ou classe trabalhadora, categorias mais abrangentes. Essa alteração, que se deu quase inconscientemente, sem uma discussão ou reflexão mais especifica, corresponde, de modo geral, a uma tentativa de adequação às novas realidades sociais do país e, de modo particular, à composição profissional e ocupacional dos participantes nos congressos da CUT. Como vimos na parte relativa ao perfil dos delegados, a proporção de trabalhadores manuais do meio urbano é minoritária em relação às categorias habitualmente consideradas como de classe média (profissionais liberais, técnicos e professores). Além disso, é grande o peso dos sindicatos e associações de empregados das estatais, dos serviços e de funcionários públicos, quer dizer, dos assalariados do setor terciário. Consequentemente, a utilização do conceito de "classe operária", ou de "proletariado", cada vez menos serviria para retratar a composição profissional dos militantes e dirigentes cutistas, onde é forte, ao lado dos assalariados rurais, a presença de pequenos proprietários, posseiros e sem-terra, quer dizer, segmentos não assalariados e sem vínculo empregatício.

Em segundo lugar, apesar das críticas à Constituição "conservadora", que não deveria ser reconhecida pelos trabalhadores, nenhum documento rejeita explicitamente o pluripartidarismo. Mas, por outro lado, também não se encontra, nas diferentes teses, uma defesa da democracia representativa e do pluralismo, uma vez que essas concepções democráticas, de inspiração liberal, chocam-se com a ideia de "poder operário- ou de "eliminação da exploração capitalista", quer dizer, de eliminação da burguesia. O projeto de transformação social total é incompatível com a democracia representativa e pluralista. Certa- mente, há variações significativas nas teses apresentadas, sendo as mais radicais as de inspiração trotskista, que se mantêm fiéis ao esquema leninista-bolchevista.

O *ethos* socialista que dá o tom à cultura política da CUT explícito nos documentos não apenas do III CONCUT, mas também nos anteriores, é indicativo de que a motivação básica de grande parte dos dirigentes e quadros médios é mais política do que sindical. Com efeito, a predominância desta última significa, explícita ou implicitamente, que a CUT aceitaria o regime capitalista. Esse não é o caso. Embora ressaltando que não é um partido político, a CUT já se manifestou explicitamente a favor do socialismo. Isso não significa dizer que a atuação quotidiana da direção da CUT e dos sindicatos a ela filiados esteja orientada por

objetivos de luta revolucionária, de preparação dos trabalhadores para o assalto á cidadela capitalista. O quotidiano dos dirigentes da própria central e dos sindicatos e associações a ela filiados é caracterizado pelo ramerrão administrativo, pelos conchavos que antecedem às eleições no próprio sindicato, pelas enfadonhas reuniões de diretoria, pela organização de prosaicas campanhas salariais e, amiúde, pelas demoradas e escorregadias negociações com o patronato. O aspecto mais radical e aparentemente mais revolucionário tende a ganhar proeminência nos momentos dos congressos e a encolher nas campanhas reivindicatórias por demandas especificamente trabalhistas (redução da jornada, reajustes salariais, etc.).

A questão que surge, aqui, é: em que medida o *ethos* socialista favorece ou prejudica as lutas sindicais quotidianas? Uma resposta seria de que o antiliberalismo e a ideologia socialista de grande parte dos dirigentes e quadros médios elevam o "coeficiente de militantismo", a motivação dos organizadores, o espírito de luta. Nesse sentido, o *ethos* socialista seria um fator positivo para a própria expansão da CUT enquanto organização sindical. Outra resposta, porém, seria de que pode dificultar o desenvolvimento de ações mais limitadas que implicam moderação e negociação. Em outras palavras: não interessa, em termos de um projeto socialista revolucionário, apenas a obtenção de bons "resultados imediatos" se estes não vierem acompanhados de uma mobilização que aumente o grau de organização e consciência dos trabalhadores. Um "bom acordo" com o patronato ou com o governo que seja obtido sem luta declarada pode não interessar a uma liderança orientada por um projeto revolucionário. Os meios e os fins podem não se harmonizar. Finalmente, o que é mais importante: a elevação da consciência da massa ou a obtenção de uma reivindicação imediata? Quando essa reivindicação *é* atingida através de uma mobilização que fortalece a organização dos trabalhadores, a tensão entre meios e fins desaparece. Mas nem sempre é assim. Às vezes são possíveis bons acordos sem o conflito aberto, sendo a ameaça de conflito tão eficaz quanto a sua ocorrência. Lideranças revolucionárias, porém, são geralmente estimuladas a ampliar o conflito a fim de fazer com que a massa de trabalhadores possa sentir "na carne" a brutalidade da dominação capitalista. Há, pois, o risco de que o esforço no sentido de conscientização dos trabalhadores leve a situar demandas e a desencadear combates capazes de comprometer o sucesso de uma campanha de natureza estritamente trabalhista. Esse dilema é conhecido do movimento sindical. Ele foi tanto mais intenso quanto mais radical e revolucionário o sindicalismo. Michelle Perrot, no seu estudo sobre os primeiros movimentos grevistas na França, acredita que o discurso radical "coexiste com

uma atitude muito realista no plano das reivindicações imediatas" [1]. Em muitos casos sim, em muitos casos não. O discurso traduz, de algum modo, uma visão da realidade social e política que informa a ação, determina os objetivos e estabelece as táticas [2]. A percepção da realidade como dividida em campos inimigos, entre os quais não pode haver compromisso, dificulta ao sindicalismo ocupar um espaço no interior do sistema político, participar do sistema decisório e apresentar propostas que sejam, ao mesmo tempo, exequíveis num dado contexto de relação de forças e que avancem além do campo das meras reivindicações defensivas.

Em especial, o *ethos* socialista dificulta à CUT desenvolver o seu lado mais moderno e mais antiburocrático, que é a demanda de negociação direta com o patronato e de redução do intervencionismo estatal na esfera das relações entre capital e trabalho. Essa orientação da CUT aparece consubstanciada na demanda de contrato coletivo nacionalmente articulado, aventado especialmente pela tendência Articulação. A ideia do contrato, por mais que se tente articulá-la com as perspectivas das lutas socialistas, implica o reconhecimento da parte contrária, quer dizer, do capital. Na negociação, ainda que os sindicatos procurem maximizar as vantagens dos trabalhadores, está implícito o reconhecimento dos interesses da empresa e a legitimidade do lucro. Ora, os fundamentos doutrinários e teóricos da CUT levam a entender o lucro como resulta- do da exploração dos trabalhadores. O negociador sentado do outro lado da mesa é um "explorador" (ou um representante dos "exploradores"). Com o "inimigo de classe" não se devem firmar acordos. Se a isso forem forçados, os representantes da classe trabalhadora devem rompê-los sempre que as condições para tanto forem propícias. Um acordo, durante a sua vigência, paralisa o conflito. Uma doutrina que preconiza o aprofundamento das "contradições capitalistas", mediante o aguçamento da luta de classe, certamente não é a mais adequada para uma orientação sindical voltada para a negociação, implícita na luta pelo contrato coletivo. É por essa razão que todas as correntes revolucionárias do sindicalismo rejeitaram a luta pelo contrato.[3]

[1] Michelle Perrot, *La Jeunesse de la Grève,* Paris, Seuil, 1984, p. 323.
[2] Concordamos, contudo, com M. Perrot quando escreve: "O discurso preenche, como o sonho, uma atitude de desrecalque e de compensação. Daí a dificuldade de confiar apenas no seu enunciado. Ele esconde e mistifica tanto quanto revela" *op. cit.,* p. 322.
[3] "Preconizado pelos sindicatos reformistas e pelos socialistas moderados, como Briand, o contrato coletivo foi discutido e condenado pelo Conresso de Amiens da CGT em 1906. O congresso via no contrato uma tentativa de paz social na empresa, o que contrariava sua filosofia." Jacques Julliard, *Autonomie Ouvrière, Études sur le syndicalisme d'action directe,* Paris, Gallimard/Seuil, p. 53.

Mas essa orientação contestatória, de rejeição da negociação, do contrato e, também, de acordos mais amplos com o patronato e o governo, não prevaleceu em parte alguma. Declinou junto com o *ethos* socialista, que, nas fases iniciais do movimento operário, foi um fator que contribuiu para a consolidação das associações de trabalhadores, entendidas então não apenas como um instrumento para conseguir benefícios nos limites da ordem capitalista, mas também como um instrumento de luta para a criação de outro tipo de sociedade.[4] A nossa hipótese, portanto, é de que, do ponto de vista do sindicalismo, o *ethos* socialista é funcional nas fases iniciais da consolidação dos sindicatos, mas passa a ser disfuncional quando se trata de ampliar o poder sindical no interior de sociedades desenvolvidas e democráticas. Certamente, o retrato geral do Brasil não é bem o de um país rico e de democracia consolidada. A pobreza de amplas parcelas da sociedade brasileira, as discrepâncias sociais e regionais, a gravidade dos problemas urbanos, a inflação, etc. alimentam o discurso radical e favorecem a busca de uma alternativa socialista. Mas também não se pode negar a existência de um amplo e moderno contingente de trabalhadores industriais ao lado de outras camadas da população, orientados todos por valores de uma cultura de massas e de consumo, o que constitui um obstáculo para a difusão das propostas revolucionárias. Ademais, embora a memória dos anos do autoritarismo militar e de controle sobre os sindicatos ainda esteja viva em muitas facções das lideranças sindicais, a consolidação do processo democrático e da competição eleitoral, junto com o grande avanço do poder sindical no país, deverá tornar cada vez mais disfuncional o projeto socialista no interior da CUT. De um lado, a cultura socialista de grande parte dos dirigentes e quadros intermediários, e de outro, a necessidade de garantir, aqui e agora, vantagens para a massa de trabalhadores levam à inclusão, num mesmo plano de luta, de reivindicações "reformistas" e "revolucionárias", "econômicas" e "políticas" que, se fossem para valer, seriam mutuamente excludentes. Este é o caso, como já mencionamos, da reivindicação do contrato coletivo nacional ao lado da reivindicação de reforma agrária sob controle dos trabalhadores, ou então, da luta pela estatização e coletivização das terras das empresas rurais ao lado da reivindicação de salário-desemprego. É também contraditório pretender realizar um trabalho de pressão sobre a Constituinte a fim de assegurar conquistas para a classe trabalhadora e afirmar que as conquistas dos trabalhadores só podem ser obtidas através das formas de atuação direta. Ocorre,

[4] Julliard chama a atenção, na passagem citada, para o fato de o sindicalismo revolucionário manter uma posição contraditória na rejeição do contrato, pois muitos sindicatos da CGT, na sua fase sindicalista revolucionária, faziam greve justamente para forçar o patronato a reconhecer o sindicato e negociar com ele; *op. cit.,* p. 49.

porém, que os itens mais radicais das bandeiras e planos de luta têm apenas um caráter propagandístico, e são destinados a marcar posições de princípio. Ninguém espera seriamente que a CUT inicie qualquer ação "pela socialização dos monopólios nacionais e estrangeiros, com controle operário da produção".

Se atentarmos para os planos de luta, as palavras de ordem e reivindicações de natureza socialista, anti-imperialista ou anticapitalista (reforma agrária sob controle dos trabalhadores, luta pela desnuclearização do país, campanha latino-americana e caribenha contra o pagamento da dívida externa, etc.), verificamos que nada de efetivo foi feito com vistas a atingir esses objetivos. Muitos outros, de natureza mais limitada e que, na verdade, nada têm de socialistas (demarcação das terras indígenas, por exemplo), também ficaram no papel. O terreno em que a CUT tem conseguido mobilizar trabalhadores e fazer sentir sua presença na política e na sociedade brasileira tem sido o dos enfrentamentos trabalhistas. Aqui a CUT consegue mobilizar camadas mais amplas de trabalhadores. Mas, mesmo nesse plano, resultados mais substanciais só são alcançados quando a CUT consegue ampliar o leque de alianças políticas e sociais. Um exemplo desse tipo de atuação foi a ação de *lobby* junto à Constituinte. Na realidade, é muito difícil qualquer tipo de atuação concreta em favor não apenas de demandas de tipo socialista como até mesmo de outras, mais gerais, que não dizem respeito ao quotidiano dos trabalhadores (solidariedade a revolução cubana ou nicaraguense, por exemplo). Nem mesmo a reivindicação de reforma agrária (com ou sem controle dos trabalhadores) seria capaz de motivar parcelas importantes de trabalhadores urbanos para uma curta paralisação do trabalho ou mesmo para um comício ou uma passeata. Se assim é, e se como já dissemos, nem os grupos mais à esquerda acreditam seriamente que de tais palavras de ordem resulte alguma ação concreta, por que elas aparecem invariavelmente nos diferentes documentos apresentados na CUT? No plane de suas funções manifestas, no quadro do *ethos* socialista da CUT, acreditamos que elas se destinam a "conscientizar", "politizar" a massa de trabalhadores e, de modo mais difuso, fazer pressão sobre o conjunto do sistema político. No plano de suas funções latentes, essas rei vindicações se destinam a marcar posições, provocar definições, separar os campos e, também, "desmascarar" os reformistas, os vacilantes e, como consequência, aumentar o poder das lideranças mais radi cais no interior da CUT. Elas integram o vasto campo das ações expressivas que servem para a construção da identidade grupal, para reforçar a coesão interna. Não tem, na realidade, um sentido instrumental, mas uma intenção pedagógica.[5]

[5] Esses aspectos aparecem bem formulados na tese nº 8, "Unir a Cidade e o Campo numa CUT de Classe e de Lutas", que expressa as posições da tendência trotskista *O Trabalho* e de uma dissidência do PCB: "Não se trata de desencadear uma ação imediata e inconsequente para um assalto ao poder.

Apesar disso, achamos que acabam por dificultar o estabelecimento de um plano especifico e viável de atuação. Desse ângulo, tendem a prejudicar a atuação da CUT *e* têm um efeito desmoralizador: grandes bandeiras são levantadas, planos ambiciosos de luta são aprovados para não serem postos em prática. Para as facções de oposição à Articulação, majoritária, as bandeiras socialistas, as reivindicações mais radicais servem para a crítica ao "burocratismo", à "moderação" e ao "legalismo" da maioria da Executiva Nacional. Mas as facções mais à esquerda, no fundo, também não acreditam seriamente que os "moderados", "legalistas" ou "burocratas" da tendência dominante possam levar à prática os planos de luta revolucionária. *Stricto sensu,* seria ingênuo esperar que direções não revolucionárias aplicassem programas revolucionários. Mas as próprias facções socialistas ou "antiburocráticas", se estivessem em maioria na direção da CUT, também não poderiam cumprir o que cobram de seus concorrentes. Desse ângulo, suas reivindicações, que teoricamente deveriam levar a CUT a preparar o combate para a revolução socialista, devem ser entendidas como meras bandeiras de propaganda e dou trinação geral pelo socialismo que não servem de guia para a atuação quotidiana da entidade.

Esses aspectos, muito presentes nos congressos da CUT – e que praticamente desaparecem na vida diária da entidade –, são próprios das fases iniciais das organizações sindicais que necessitam afirmar a sua identidade através de ações mais expressivas do que instrumentais O crescimento da CUT e sua consolidação, a ampliação de sua responsabilidade no jogo político nacional implicam superar essa fase para poder se constituir efetivamente como central sindical em condições de ter um papel significativo na defesa dos trabalhadores. Nesse sentido, a cultura socialista, que imagina a CUT como um instrumento de luta revolucionária, dificulta ou impede inteiramente que a CUT possa ter um papel mais efetivo na dinâmica das disputas políticas e do jogo pelo poder, tal como o conquistado pelas centrais sindicais dos países desenvolvidos.

A tarefa da CUT é propagandear *(sic)* permanentemente que os trabalhadores só se libertarão da exploração e miséria quando conquistarem o poder político (...) Não se trata também de transformar a CUT em 'partido político.' A tarefa da CUT é *educar* os trabalhadores, elevando as lutas reivindicatórias ao nível político, lutando assim contra as ilusões sobre o capitalismo. Toda vez que os dirigentes, ativistas e militantes operários e sindicalistas abrem mão de seu obrigatório papel de *educadores políticos e ideológicos* dos trabalhadores, a burguesia, munida de meios, instrumentos, recursos e auxiliares poderosos, o faz na perspectiva de seu projeto". "Teses ao III CONCUT", *Boletim Nacional,* nº 20, jun.-jul. 1988, p. 44 (grifo nosso).

CONCLUSÃO

Durante os anos 80, a CUT realizou um notável avanço organizatório, ganhando vários sindicatos, dirigindo greves importantes e conquistando um espaço no interior do sistema político brasileiro. Em larga medida, esse avanço significou um aumento do controle da CUT sobre a estrutura sindical oficial, ou, mais exatamente, sobre sindicatos, federações e mesmo confederações do sistema corporativo. Não houve a tentativa, apesar das críticas ao modelo existente, de formação de organizações paralelas. Essas observações não têm o sentido de crítica, mas sim de chamar a atenção para a discrepância entre o discurso e a prática. Na realidade, consideramos que as características da mão de obra, do mercado da força de trabalho e, consequentemente, das relações de força entre empresas e classe trabalhadora não são de molde a favorecer a existência de um sindicalismo não só autônomo como livre, fundado exclusiva ou basicamente na capacidade de organização dos próprios trabalhadores. Consequentemente, o monopólio da representação, a garantia do recebimento dos recursos compulsoriamente arrecadados da massa de assalariados que integram o mercado formal de trabalho (contribuição sindical), além desse verdadeiro direito de tributação outorgado aos sindicatos oficiais que é a contribuição assistencial, constituem fatores vantajosos para a atuação sindical. É por isso que mesmo as tendências mais radicais e em princípio mais críticas ao corporativismo esforçam-se por se manter nas diretorias dos sindicatos oficiais ... ou conquistá-las quando estão na oposição.[1] Ocorre que, depois de mais de 50 anos de corporativismo, tanto as amplas camadas de trabalhadores como suas "vanguardas" mais militantes passaram a entender os atuais sindicatos como algo pertencente aos trabalhadores e como um instrumento útil de pressão sobre o Estado e sobre o patronato. Por isso, como já escrevemos em outra ocasião,[2] apesar dos

[1] Uma das melhores críticas de esquerda à estrutura sindical corporativa, que o autor denomina de "sindicalismo de Estado", encontra-se em Armando Boito, *O Sindicalismo de Estado no Brasil,* tese de doutoramento ainda não publicada, defendida no Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP em 1988 (mimeo.).

[2] Ver, por exemplo, *de* minha autoria, "O Sindicalismo Corporativo no Brasil", *in Partidos e Sindicatos,* São Paulo, Ática, 1990, e "O Poder Sindical na Nova Constituição", *in* "Os Direitos Sociais e Trabalhistas na Constituição de 1988", número especial da revista *RH – Informação Profissional,* da Associação Brasileira de Recursos Humanos, São Paulo, out. 1988.

componentes doutrinários que aproximam corporativismo e fascismo, incompatíveis com os valores socialistas e democráticos, o sindicalismo corporativo parece hoje integrado na vida da sociedade e do sistema político brasileiro, aceito, na prática, por todas as correntes atuantes no meio sindical.

Não estamos defendendo a tese de uma aceitação, ainda que velada, pelos sindicatos filiados ou simpatizantes da CUT, dos valores e princípios doutrinários do corporativismo, de colaboração com os poderes públicos e com o patronato. Longe disso. A ação cutista, especialmente de suas facções mais radicais, vai no sentido de tentar utilizar a estrutura corporativa de modo revolucionário, combativo, ou, pelo menos, não corporativo. Até que ponto isso é possível, quer dizer, até que ponto as tendências mais à esquerda, as lideranças ditas autênticas acabarão por moldar as estruturas corporativas aos seus desígnios ou, ao contrário, o corporativismo acabará por engoli-las, só o tempo poderá dizer. No momento, queremos assinalar dois pontos: primeiro, a contradição entre a retórica radical de exaltação de um sindicalismo de classe e de base e o esforço para a conquista de diretorias nos sindicatos oficiais; segundo, o fato de que a rápida reestruturação da movimentação sindical e ocupação de um espaço importante no sistema político nacional efetuou-se, predominantemente, com base na existência de uma estrutura sindical já existente que os regimes militares preocuparam-se em controlar, mas não em destruir.

Se, no plano institucional, o avanço da CUT se fez a partir de uma estrutura poderosa montada há muitas décadas, no plano ideológico e político o avanço da CUT se realizou – em pane, pelo menos – levantando uma bandeira radical que se legitimava na luta contra o último governo militar desmoralizado, e, depois, a favor da aceleração e consolidação da transição democrática. Neste último campo, a CUT pôde, de fato, aproximar-se de outras forças políticas dominantes, ajudando a impulsionar e a fornecer base de massa para a campanha das diretas-já.

No plano econômico, o processo inflacionário, por si só, constituiu, especialmente durante a segunda metade dos anos 80, um elemento estimulador de numerosas greves e de amplas mobilizações das classes operárias e das classes médias. Os baixos índices de desemprego e as altas taxas de inflação forneceram os ingredientes ideais para as mobilizações dos trabalhadores sem grandes esforços das lideranças.

A eleição do presidente Collor e o fim da transição democrática alteraram profundamente esse cenário, em cujo interior a CUT conseguira inegáveis progressos. Com a nova Constituição e a eleição direta para a escolha do presidente, o país passou a viver sob um Estado de direito. A CUT, assim como a

esquerda, perderam uma de suas bandeiras, a da luta contra o autoritarismo, que, como demonstraram as imensas concentrações populares pelas diretas, possuíam enorme força mobilizatória.

No plano econômico, as políticas governamentais de reajustamento do Estado e da economia, de combate à inflação, inevitavelmente acarretam, por um período difícil de estimar, depressão ou recessão. Uma conjuntura caracterizada por inflação e queda dos salários reais, ainda que, num primeiro momento, possa levar a fortes conflitos e mobilização dos trabalhadores, obriga os sindicatos a atuar defensivamente, quer dizer, a realizar enormes esforços para permanecer no mesmo lugar.

Por fim, no plano governamental, a CUT e a esquerda devem enfrentar, em lugar de um governo vacilante e de um presidente de baixo coeficiente de legitimidade, um governo que busca fundar sua legitimidade no voto popular e que procura afirmar sua autoridade.

Todos esses acontecimentos indicam transformações estruturais profundas na sociedade, na economia e no cenário político, afetando as relações de força, as composições das alianças e os campos de batalha. Qualquer prognóstico, numa conjuntura submetida a rápidas e profundas mudanças, correria o risco de ser logo desmentido pelos acontecimentos. Uma coisa, no entanto, parece indiscutível: a eleição de Collor, a necessidade de enxugamento do serviço público, a reformulação do papel do Estado, a abertura do mercado, aliadas às mudanças que estão ocorrendo no mundo (fim do socialismo e da guerra fria, mudanças tecnológicas, etc.), indicam que outro período está começando e que um novo cenário está sendo montado. A sobrevivência da CUT dependerá de sua capacidade de encontrar respostas aos desafios novos, que não poderão ser enfrentados apenas com as armas do passado.

De um lado, uma situação de grave desemprego pode levar a uma radicalização de amplos setores da população e das classes trabalhadoras. Um cenário desse tipo deve favorecer as facções mais radicais da CUT. Assim, num primeiro momento, uma linha mais agressiva pode encontrar eco em grande parte das camadas mais atingidas pelas medidas de reajustamento executadas pelo governo. Durante os anos de recessão de começos da década dos 80, o sindicalismo brasileiro conseguiu avançar organizatoriamente e criar condições para ocupar um

espaço na política brasileira.[3] Contudo, embora não se possa menosprezar o papel das mobilizações sindicais, a abertura política, a ação de partidos como o PMDB, e depois a eleição de uma Constituinte majoritariamente de centro-esquerda foram fatores fundamentais. A crise econômica dos anos 1981-82 reduziu sensivelmente o poder de pressão dos sindicatos, com a drástica queda da taxa de greves.[4] É possível, aqui, que essa queda só não tenha sido mais acentuada pela persistência da inflação, que estimulava as mobilizações por reajustamentos salariais.

Será que os inícios dos anos 90 reproduzirão os inícios dos 80? Os sindicatos, passados os primeiros momentos do anúncio e aplicação do Plano Collor, trataram de se recompor. Algumas greves importantes foram realizadas, conseguindo, em algumas oportunidades, abrir um espaço para a negociação, tanto no setor privado como no estatal. Neste último, os sindicatos conseguiram impedir a aplicação de algumas medidas governamentais ou reduzir o seu alcance no setor do aço e dos transportes ferroviários. A ofensiva governamental tende a legitimar ideologicamente as facções mais à esquerda do movimento sindical. Conviria, porém, não se equivocar com relação ao resultado final desses combates desesperados. Em primeiro lugar, eles têm um caráter *defensivo,* visando manter o emprego, o salário, a jornada e as condições de trabalho. Em segundo lugar, as vitórias setoriais tenderão a ser temporárias, conseguindo apenas retardar iniciativas que partem do governo ou do empresariado privado: evitar cortes muito profundos na força de trabalho, influenciar ou controlar as demissões, obter certas compensações, etc. Ocorre que as pressões, notadamente no setor público e estatal, pela modernização administrativa, reorganização de empresas e privatização de estatais deverão continuar, porque são necessidades que se impõem independentemente da vontade deste ou daquele governante. Desse modo, os sindicatos continuarão sempre acuados, obrigados a reagir às iniciativas que partem do outro lado, sem poder realizar novas conquistas.

Na verdade, e de modo mais geral, as transformações da tecnologia e da economia, em todo o mundo, atuam no sentido da redução da influência do sindicalismo. Não caberia aqui uma discussão dessa questão. Mencionemos,

---

[3] Ver os artigos "Trabalhadores Influenciam nas Decisões", de Walter Barelli, e "O Sindicalismo nos Anos Oitenta", de minha autoria, publicados na revista *São Paulo em Perspectiva,* vol. 4, n° 1, 1990.
[4] Em 1979, o número de jornadas não trabalhadas por motivos de greve foi de 26,6 milhões em todo o país; em 1980, foi de 24,2 milhões, mas em 1981 caiu para 6,5 milhões; em 1982 subiu ligeiramente para 6,9 milhões. Em 1983 voltou a ascender espetacularmente, chegando a 28,4 milhões. Cf. Eduardo Garuti Noronha, "Relações Trabalhistas", *in Relatório sobre a Situação Social do País.* NEPP, UNICAMP, Ed. SEADE, 1989, p. 131.

contudo, rapidamente, alguns dos fatores que vêm ocasionando a chamada "crise do sindicalismo" nos países desenvolvidos:

1. o avanço da automação nos setores que constituíram, no passado, bases importantes do sindicalismo (indústria, docas, etc.);
2. declínio de setores econômicos onde o movimento sindical esteve solidamente implantado. Dois exemplos paradigmáticos são a mineração e a indústria naval. Em conjunção com as mudanças introduzidas pela automação, uma das consequências é a redução da classe operária, que já vem ocorrendo há algum tempo e tem sido salientada por muitos autores;
3. desconcentração industrial e expansão das pequenas e médias unidades produtivas. Esse processo age no sentido da dispersão da classe trabalhadora, pondo fim à tendência anterior de agregação de enormes massas de trabalhadores em grandes unidades de produção muito próximas umas das outras. Foi nessas áreas, em torno das quais se formavam também os bairros operários, que surgiu o hábitat econômico, social e cultural ideal para a expansão do sindicalismo. As novas condições de produção, em indústrias menores e dispersas, tendem a dificultar a implantação dos sindicatos nos locais de trabalho e, assim, a enfraquecer a sua força de pressão;
4. as novas técnicas gerenciais, de "envolvimento" e "integração" dos trabalhadores e empregados, ao lado de critérios mais individualizados e "personalizados" de avaliação do desempenho, reduzem as funções do sindicato como negociador e representante do conjunto cada vez mais heterogêneo de assalariados;
5. o fim dos regimes de economia estatal e do socialismo, a revalorização do individualismo e de ideais liberais agem no sentido de desestimular a adesão ao sindicato, uma instituição fundada basicamente na supremacia dos interesses coletivos sobre os individuais.

Alguns outros aspectos poderiam ser citados, mas nos levariam muito longe de nossa temática. Digamos, para resumir, que as mudanças tecnológicas, culturais e sociais deste final de século colocam os sindicatos numa posição defensiva, na medida em que os fazem defensores de um *status quo,* de um mundo que está ainda presente, mas que pertence ao passado. Aos sindicatos de trabalhadores coloca-se um trágico dilema: aceitar a mudança e se conformar com uma posição subalterna na hierarquia das instituições e centros de poder da sociedade moderna ou resistir ao processo geral de reorganização da economia e da sociedade num esforço hercúleo para defender aqueles que parecem condenados

a sofrer as consequências do progresso. Na América do Norte e na Europa ocidental, a reorganização geral da sociedade parece ocorrer sem traumas mais profundos. Não está escrito na História que assim será para todo o mundo, em geral, e para o Brasil, em particular. A CUT, como todas as demais instituições da sociedade brasileira, sofrerá os impactos de uma próxima década carregada de incertezas. Para sobreviver numa situação de mudanças, as instituições necessitam aumentar sua capacidade de adaptação, o que exige, antes de tudo, flexibilidade nos objetivos e modalidades de atuação. Nas condições atuais, isso significa menos dogmatismo e mais pragmatismo.

Anexo I:
As teses do III CONCUT

As páginas que se seguem trazem um resumo de todas as teses apresentadas no III CONCIJT, Embora subscritas por sindicatos e associações, elas expressam, na realidade, as posições das tendências que controlam as respectivas entidades. Impressas em formato tabloide, foram publicadas no Boletim Nacional da CUT sob o título de “Teses ao Terceiro Congresso”. Todas as citações foram extraídas da segunda edição, revista e ampliada, de junho-julho de 1988, publicação da CUT.

Nos resumos, procuramos destacar as passagens que nos pareceram mais capazes de dar ao leitor uma ideia sumária das reivindicações e dos fundamentos ideológicos de cada tese. Os resumos como não poderiam deixar de ser, empobrecem o seu contendo. Cumpre admitir, por outro lado, que, se aos autores das teses tivesse cabido a tarefa de resumi-las, provavelmente outros aspectos, diversos dos que salientamos, seriam oferecidos aos leitores. Aqui, boa dose de arbitrariedade subsiste sempre.

TESE N.° 1. Sem título, apresentada por duas entidades da Bahia: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas no Estado da Bahia e o VII Congresso dos Petroquímicos e Plásticos do mesmo Estado.[1]

Inicia-se com uma análise da “realidade nacional”. Esta se caracterizaria pelo agravamento da crise econômica. Para enfrentá-la, o governo Sarney procuraria tornar medidas que respondam ao apoio recebido pelo grande empresariado e ganhar tempo para produzir um projeto que atenda aos diferentes interesses das classes dominantes. Nesse processo, o movimento operário e popular se defenderia através de mobilizações que envolvem um número cada vez maior de trabalhadores em lutas setoriais. Contudo, esses movimentos ainda não teriam sido capazes de forjar um plano capaz de enfrentar globalmente as iniciativas burguesas. A aprovação, na Constituinte, do mandato de cinco anos para o presidente Sarley teria sido “a senha para uma nova ofensiva da direita”. Estimulado por essa vitória, Sarney se esforçaria para unir todas as classes dominantes “em torno de um projeto baseado na institucionalização de um sistema político que cerceie ao máximo as liberdades democráticas” e imponha o arrocho salarial, segundo uma “política econômica cal- cada no privilégio dos setores

[1] Essa tese expressa as posições do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), cujo braço sindical é a tendência Força Socialista.

financeiros, industrial-agrário-exportador, perfeitamente integrado ao imperialismo...” (p. 8). Um dos pontos fracos do movimento operário brasileiro residiria no fato de a classe operária ainda não dispor de um “verdadeiro partido revolucionário.., a organização política que encaminhará as profundas mudanças de superação do capitalismo e conquista do poder pela classe operária”. O documento entende que a atual crise só poderá ter um desfecho favorável à classe trabalhadora se for possível unir todos os setores de esquerda que fazem oposição ao governo Sarney. Consequentemente, a CUT e outras entidades representativas dos “vários segmentos da população” devem pressionar os “partidos de oposição à esquerda” no sentido da elaboração de uma “plataforma comum, tanto a nível programático quanto de ação prática imediata voltada para a inviabilização do governo Sarney, através de uma ação política democrática e popular que fortaleça as bases para um projeto de governo alternativo ao que aí está” (pp. 9 e 10). O documento entende que a CUT teria um papel importante na substituição do governo “antioperário, antinacional e antipopular” levantando os seguintes pontos programáticos: estatização do sistema financeiro; reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores; democratização dos meios de comunicação; não pagamento da dívida externa; saúde e educação pública e gratuita; habitação e transporte a baixo custo. No plano propriamente sindical, a tese defende a realização de campanhas salariais unificadas, priorização para (sic) a organização de comissões de fábrica. Como bandeiras de luta, propõe, entre outros pontos, o fim do arrocho salarial, através de reajustes mensais segundo índices de inflação do DIEESE, rompimento com a política do FMI, fixação de um dia de defesa das estatais, etc. (p. 11).

TESE N.° 2: Por que a CUT deve ter um departamento de aposentados e pensionistas. Tese “sindical” assinada pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Brasília. Propõe a formação, dentro da CUT, de um departamento de aposentados.

TESE N.° 3: Por uma CUT pela base e classista. É apresentada por uma associação dos trabalhadores de mineração de várias cidades da Bahia, pelo Sindicato de Metalúrgicos do Rio Grande do Norte, e por dois sindicatos de trabalhadores rurais de cidades de Goiás e de Pernambuco.[2] O momento político nacional seria caracterizado por uma crise da sociedade brasileira, “profunda e de longa duração”, onde a tendência dominante seria a “intensificação dos conflitos de classe” (p. 12). Na raiz dessa crise estaria a escolha das classes dominantes “por um

[2] A tese reflete as posições do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

caminho de reorganização do capitalismo que joga na miséria a esmagadora maioria dos trabalhadores" (p. 12). Nessa crise, a Nova República "assume inequivocamente seu caráter de regime a serviço dos monopólios nacionais e internacionais" com o abandono de suas "veleidades liberalizantes", sendo a tônica a "utilização de todos os instrumentos repressivos herdados da ditadura militar para conter o avanço das reivindicações populares". O período, consequentemente, é de "intensificação dos conflitos de classe", de confronto com a "política da burguesia brasileira que procura manter o atual sistema de exploração das massas, e o avanço crescente das lutas dos trabalhadores...". Prevendo o desdobramento da crise, as classes dominantes montaram um Congresso Constituinte de "corte nitidamente conservador", articulam uma "política econômica de maiores compromissos com o imperialismo" e "reafirmam uma política agrária voltada para a exportação de produtos agrícolas, deixando intacta a estrutura da terra..." (p. 12). O movimento sindical, apesar de sua combatividade, ainda se reduziria a "lutas de resistência". Dominado pelo corporativismo, o movimento não conseguiria "dar um salto de qualidade em suas lutas". Além da ofensiva do governo, a trajetória e a ação do movimento sindical teriam sido prejudicadas pelo aparecimento do "sindicalismo de resultados" e pelos "equívocos das orientações da articulação majoritária no interior da CUT e as propostas insuficientes e doutrinárias desenvolvidas por outros setores, também da CUT" (p. 12). O documento entende que os "reformistas" da CUT, com seu "economicismo", despolitizariam a ação das massas, convertendo o movimento em "presa fácil das classes dominantes" (p. 13). A CUT se subordinaria aos termos da luta política definidos pelas próprias classes dominantes, desenvolvendo a "falsa crença de que é possível abrir uma linha de solução para a crise atual da sociedade brasileira nos marcos do regime capitalista". A partir dessas considerações, o documento entende que a CUT deve situar claramente os objetivos socialistas. Considerando que o momento é de "grave crise do capitalismo no Brasil", caberia uma alternativa de luta "abertamente anticapitalista", que mobilize os trabalhadores em prol de mudanças estruturais da sociedade brasileira e pela construção de uma sociedade socialista no país. Para isso, seria necessária a "incorporação da bandeira de socialização dos monopólios nacionais e estrangeiros com o controle operário da produção", a estatização, sob controle dos trabalhadores, dos serviços de saúde, educação, habitação e transporte de massas e dos serviços públicos essenciais e do sistema financeiro e bancário, "em conexão com as mobilizações pelo próprio fim do governo Sarney" (p. 14). A intensificação das lutas operárias exigiria a criação de Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores (OIATs), sem a tutela do Estado e sem atrelamentos a partidos políticos. Esses organismos poderiam ser "materializados nos grupos de fábricas, nas comissões de fábricas, nos conselhos

interfábricas, nos comandos ou fundos de greve, nos conselhos de moradores, nos conselhos de camponeses e de vilarejos, na medida em que estas formas de organização assumam um caráter permanente- (p. 15). As OIATs, "no plano da tática, constituem-se em instrumentos de organização e representação frente ao patronato e ao Estado. Mas, no campo estratégico, constituem-se em embriões de organismos de direção e poder dos trabalhadores" (p. 15). No setor rural, o documento defende uma reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores, com socialização das empresas agrícolas (onde predomine o trabalho assalariado), sob gestão direta dos trabalhadores. O documento entende que a CUT deve promover o estabelecimento da aliança operário-camponesa, necessária para a construção do socialismo. No tocante à organização da CUT, o documento defende a manutenção dos estatutos em vigor, defende as oposições sindicais e critica a política da direção majoritária e seus "métodos burocráticos de trabalho" que dificultariam a "concretização da democracia operária no interior da CUT" (p. 17).

TESE N.° 4: Pela construção do Sindicato dos Trabalhadores Públicos. Tese sindical, apresentada pela Associação dos Servidores da USP. Defende a organização dos funcionários públicos em entidades únicas de nível municipal, estadual e federal.

TESE N.° 5: Sem título. Apresentada pelo Sindicato dos Professores do ABC.[3] A tese limita-se a analisar a atuação da CUT na questão da concepção e prática sindical e na proposta de um plano de ação. Com relação ao primeiro ponto, critica a orientação da direção da CUT no tocante à greve geral de 8 de agosto de 1987. Segundo o documento, a direção da CUT teria prejudicado o desenvolvimento da greve em nome da manutenção de uma discutível e desnecessária união com a cúpula da CGT. O documento também faz restrições à atuação da CUT diante da Assembleia Nacional Constituinte: a pressão sobre os constituintes teria estado desligada do movimento de massas. Como consequência, não teria havido propostas concretas de ação em defesa das reivindicações populares. Assim, considerada a incapacidade de a Nova República estabilizar a crise econômica, e a ofensiva, "por conta dos acordos com o FMI, contra os trabalhadores", a CUT deveria denunciar e rejeitar a Constituição e realizar uma "assembleia popular nacional que decidiria por propostas de ação comum em torno da luta pela conquista das reivindicações sindicais, populares e nacionais" (p. 20). Com relação à questão da concepção e prática sindical, que se liga à da

[3] Essa tese expressa as posições da tendência trotskista *O Trabalho,* que no plano teórico tem as mesmas posições do Partido Comunista Internacionalista francês (lambertistas).

alteração dos estatutos da CUT, o Sindicato dos Professores do ABC, em nome de um sindicalismo de massas e democrático, defende as "comissões sindicais de base, ponto fraco de grande parte dos sindicatos cutistas" (p. 20). a proporcionalidade na Executiva da CUT (segundo a porcentagem de votos obtida por cada chapa) e outras medidas estatutárias destinadas a "preservar a democracia arduamente conquistada".

TESE N.° 6: Construir a CUT pela Base. Subscrita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e dos Plásticos de São Paulo.[4] A tese inicia-se com um balanço da Nova República e do movimento operário. A ideia central é de que ocorreu, nos últimos decênios, "a passagem de uma forma de dominação da burguesia de ditadura militar para uma democracia tutelada pelas forças armadas" (p. 21). A campanha eleitoral de 1984 teria sido "habilmente hegemonizada (sic) por um importante setor da burguesia através do PMDB, que conseguiu promover uma transição conservadora unificando a classe dominante em torno do projeto da 'Nova República" (p. 21). Este projeto teria nascido "marcado pela tradição do poder burguês no Brasil de manter- se sempre tutelado pelos militares..." (p. 21). O documento critica a atuação da direção da CUT, que teria esquecido que "a ferramenta fundamental dos trabalhadores é sua luta direta e não os viciados meandros da negociação (mesmo combinada com pressões) ao nível institucional". A CUT teria "privilegiado as reivindicações do campo trabalhista em detrimento das questões de ordenamento geral da sociedade...". Ademais, a CUT não teria dado o "necessário combate em relação à autonomia sindical, facilitando a manutenção da estrutura sindical atrelada ao Estado" (p. 22). Apesar de reconhecer que a fundação da CUT teria sido "a principal conquista obtida pelo movimento operário e sindical", a CUT não teria conseguido "criar um amplo movimento político de massas de resistência à transição" porque a luta econômica teria estado separada da luta política democrática. Consequentemente, as ações operárias e sindicais estiveram desarticuladas da luta política global.

Como plataforma geral de luta da CUT, o documento propõe os seguintes pontos: fim do governo Sarney e Diretas-Já; não pagamento da dívida externa e da divida pública interna; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho sem redução salarial;

[4] Como o nome sugere, expressa as posições da tendência sindical e política CUT pela Base, com apoio do MOSMSP (Movimento das Oposições Sindicais Metalúrgicas de São Paulo), da Democracia Socialista, de tendência trotskista, do Partido Comunista Revolucionário (hoje Nova Esquerda) e da Vertente Socialista.

reposição das perdas salariais; reajuste mensal dos salários segundo índices do DIEESE; liberdade e autonomia sindical; contra a privatização das estatais; estatização do sistema financeiro, do transporte público, da indústria farmacêutica; sistema de saúde e previdência social estatal, único, gratuito, de boa qualidade, sob controle dos trabalhadores; educação pública e gratuita para todos, desde o nível básico até o superior; controle operário da produção; controle dos trabalhadores sobre a contabilidade das empresas; reforma urbana radical; creche para todos os filhos dos trabalhadores; contra toda forma de preconceito, opressão e discriminação da mulher, do negro, dos índios e outros grupos discriminados; direitos políticos aos cabos e sargentos; etc. (p. 23). O documento considera que os pontos acima não poderiam ser alcançados através de nenhum governo "saído do seio da Nova República e seus pactos. Para tanto é necessário um governo comprometido com a luta dos trabalhadores e seu interesse histórico: o socialismo" (p. 23). A agitação e as atividades da CUT deveriam "convergir na perspectiva da greve geral", "o grande embate nacional", que unificaria "a ação e os anseios dos trabalhadores e todos os oprimidos pela política do capital monopolista nacional e internacional" (p. 23).

Como "planos específicos de ação", o documento entende que cumpre aprofundar o trabalho sindical nos seguintes planos: luta pelo contrato coletivo de trabalho; atuação das mulheres no movimento sindical; a luta dos trabalhadores rurais; a questão da tecnologia, da autoinação e da luta dos trabalhadores; a política internacional da CUT e a luta dos trabalhadores das estatais. A luta pelo contrato coletivo de trabalho em escala nacional deveria estar vinculada ao enfrentamento com a política econômica do governo da "Nova República"; por sua vez, a atuação das mulheres no meio sindical, "no bojo dos interesses históricos do proletariado", impõe a organização própria das mulheres, no interior do movimento dos trabalhadores e no Movimento Autônomo de Mulheres; com relação ao tampo, a CUT deveria desenvolver uma política que unificasse os assalariados, os pequenos proprietários, os arrendatários, os posseiros, exigindo uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Ademais, deveria dar "atenção especial... para implantar-se entre os assalariados rurais", lutando pela ex- tensão das conquistas dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, estabelecendo prioridades de acordo com o peso estratégico de cada setor na luta anticapitalista e pelo socialismo (p. 24). Com relação à tecnologia, o documento não oferece alternativas, mas alerta sobre a questão das novas tecnologias e modalidades de gestão das empresas; no tocante à política internacional da CUT, acentua a necessidade da "defesa intransigente das revoluções populares de Cuba, Nicarágua e El Salvador"; com relação ao setor

estatal, estima que a aprovação, pela nova Constituição, da permissão de sindicalização dos funcionários públicos aumentou as possibilidades de luta contra a privatização das estatais, pela ampliação dos gastos sociais e controle pelos trabalhadores da destinaçâo desses recursos (p. 25).

O documento analisa ainda a organização interna da CUT, enfatizando a necessidade da organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, "desvinculados da estrutura sindical, unitários e autogeridos". Critica o "desenvolvimento do processo de burocratização de certas instâncias da CUT", que a tornaria incapaz, teórica e praticamente, de exercer plenamente seu papel de direção na luta dos trabalhadores (p. 27). Dois processos que estariam ocorrendo nas instâncias dirigentes da CUT são particularmente criticados: a centralização do poder em poucas pessoas e o "abuso do poder econômico" que implicaria o uso "dos parcos recursos humanos e materiais" da entidade para "respaldar propostas e posições dentro da CUT" (p. 27).

Com relação à alteração dos estatutos, o documento entende que as mudanças deveriam estar orientadas para reforçar a democracia interna e combater a tendência à burocratização. Critica ainda a estrutura sindical oficial, que teria sido reforçada pela nova Constituição, e insiste em que o III CONCUT deveria aprovar "propostas de passos para o desmantelamento progressivo da estrutura sindical oficial" (p. 27); insiste também na "imediata legalização" da CUT e na necessidade de se colocar, nas pautas de negociação com o patronato, uma cláusula que garanta a estabilidade no emprego ("pelo tempo de mandato mais um ano") não apenas dos dirigentes cutistas (que são também diretores de sindicatos), mas de todos os dirigentes da central das "instâncias nacional, estadual e regional" (p. 28). Como objetivo geral, o documento entende que é necessário "criar condições para uma crise de ingovernabilidade", que jogue o regime num impasse e possibilite o "reordenamento geral da sociedade" (p. 23).

TESE N.° 7: CUT do Trabalhador. Foi apresentada por três sindicatos, todos paulistas.[5] Parte do pressuposto de que "as contradições do capitalismo aparecem de maneira bem mais aguda... numa economia dependente do capital transnacional e de passado recente predominantemente agrário". O desenvolvimento industrial não teria sido suficiente para retirar o país da condição de subdesenvolvido. Neste

[5] Trata-se de três sindicatos sem grande importância: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Jundiaí e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mogi das Cruzes. A tese expressa as posições da Frente Nacional dos Trabalhadores, católica de esquerda.

contexto, teria fracassado o projeto da Nova República, que se basearia no esforço visando a "consolidação da burguesia nacional como fator político frente aos militares e como fator econômico frente ao capital internacional" (p. 30). O Brasil não teria conseguido realizar a sua "revolução burguesa". A Constituição "que aí está" seria uma farsa. A esquerda, junto com o movimento operário e popular, teria caído no engodo da Constituinte e das eleições, que teriam canalizado "quase todos os esforços". Embora alguns avanços tivessem sido obtidos, eles teriam sido "bem limitados", enquanto lutas importantes (como a greve geral, lutas salariais, etc.) teriam sido relegadas a um plano secundário.

Comentando a atuação da CUT, o documento reconhece que ela significou um avanço para a classe trabalhadora brasileira. A CUT, porém, não teria assumido firmemente a posição de ser uma central única dos trabalhadores, definindo-se apenas como central sindical. Por outro lado, pouco teria sido realizado no sentido de "garantir a democracia interna dos trabalhadores" (p. 30). Analisando a questão da reforma dos estatutos e da prática sindical a ser desenvolvida pela CUT, o documento entende que a ação sindical deve ter um caráter classista, com um papel revolucionário a cumprir, mas sem se confundir com o instrumento revolucionário da classe trabalhadora. Com este objetivo, a CUT deveria adotar medidas e ações que: levem ao rompimento com a estrutura sindical corporativa; favoreçam "ações de massa que tenham como referência de confronto não eventuais governos burgueses, mas o próprio Estado burguês"; eduquem politicamente os trabalhadores "para que as lutas específicas articulem-se com a luta política (não meramente institucional)"; garantam a mais ampla democracia interna no próprio interior da Central; fortaleçam, com urgência, "as formas de organização autônomas dos trabalhadores". A partir dessas metas, o documento propõe um conjunto de medidas de reformas dos estatutos da CUT referentes aos prazos para realização dos congressos, eleição dos delegados, repartição proporcional dos postos nos organismos dirigentes (segundo os votos obtidos), distribuição das finanças pelas várias instâncias da CUT, etc. (p. 31).

TESE Nº 8: Unir a Cidade e o Campo numa CUT de Classe e de Luta.[6] Apresentada por onze sindicatos rurais, industriais e de serviços de vários estados, entende que a elaboração de um plano de ação unitário da CUT (tal como propõe o art. 5º dos seus estatutos) exige uma "análise conjuntural que parta da análise

[6] Expressa as posições do grupo de orientação trotskista Causa Operária, de uma dissidência do Partido Revolucionário Operário (PRO) e do Coletivo Gregário Bezerra, uma dissidência do PCB, hoje Partido de Libertação Proletária.

estrutural do Brasil" (p. 32). Por isso, a tese começa com uma análise socioeconômica do país ressaltando o aumento da exploração da classe trabalhadora, o rebaixamento dos salários, "a presença dos grandes monopólios norte- americanos, alemães, japoneses, suíços, ingleses, holandeses", etc., na economia brasileira. Os monopólios nacionais, por seu turno, teriam se formado e crescido associados ao capital internacional (p. 32). Essa seria uma característica da economia brasileira cuja superação só poderia ocorrer com a superação do próprio capitalismo. A "gigantesca dívida externa brasileira" seria uma das principais manifestações desse "desenvolvimento desigual e associado" (p. 33). "O pagamento dessa dívida, ao mesmo tempo em que é um elemento da reprodução do capitalismo no Brasil, agrava cada vez mais as contradições econômicas e sociais desse regime, minando suas bases." Nesse quadro, o documento entende que "a luta pelo não pagamento da dívida externa faz parte do processo de liquidação do capitalismo no Brasil" (p. 33). Na análise da economia brasileira, já teria ocorrido a incorporação definitiva do latifúndio às relações de produção capitalistas. De modo geral, considerando o quadro de agravamento da crise econômica, de aumento da exploração e das lutas dos trabalhadores no campo e na cidade, a luta teria que ser "contra o capital, contra a exploração e a expropriação capitalista, e pela construção da sociedade socialista" (p. 35). Caberia à CUT "tomar a iniciativa política através de um programa de luta que atenda as reivindicações imediatas dos trabalhadores e aponte para as contradições fundamentais do capitalismo". Para promover "mudanças estruturais na política econômica", a CUT deveria "priorizar a luta de massas, com um plano de lutas da cidade e do campo, que possibilite ir construindo a greve geral por tempo indeterminado" (p. 35).

A partir dessa análise, a tese entende que "é dever da CUT ter como centro de suas bandeiras gerais, a propaganda e a agitação pela destruição do poder dos monopólios, pela construção do poder dos trabalhadores e pelo socialismo". As seguintes medidas são apresentadas como bandeiras de luta da CUT: socialização dos monopólios (grandes indústrias, bancos, etc.); reforma agrária, com o confisco do latifúndio e socialização das grandes empresas agroindustriais. A luta pelo não pagamento da dívida externa deveria estar associada à conquista do poder político pelos trabalhadores, "estatização sem indenização e controle dos trabalhadores sobre os serviços de saúde e a indústria farmacêutica" (sic); estatização sem indenização e controle dos trabalhadores sobre as empresas de transporte urbano; estatização sem indenização e controle dos trabalhadores sobre as empresas de construção; estatização do solo urbano e confisco das residências ociosas; luta contra a privatização das estatais; luta pelas liberdades sindicais como parte

integrante da luta pelo socialismo; liberdade e autonomia sindical, com soberania das assembleias sindicais; imunidade e estabilidade para os dirigentes sindicais e comissões de fábrica; fim das leis de greve (p. 37).

Avaliando a atuação da CUT, o documento entende que, "em que pese toda a disposição de luta dos trabalhadores brasileiros, o panorama político está dominado pelas alternativas de tipo reformistas" (p. 42) "alternativas reformistas" seriam as que limitam as lutas dos trabalhadores dentro dos marcos do regime político estruturado no país, tendo como orientação fundamental, na etapa atual, aprofundar a democratização. Essa política, "que não consegue romper os estreitos marcos do regime", se constituiria num obstáculo às lutas de massas (p. 53). Ressalta, por outro lado, que, embora a CUT não deva ser transformada num partido político, deve articular a luta por melhores condições de vida à luta pela democracia e pelo socialismo. Isso não significaria tentar desencadear "uma ação imediata e inconsequente para um assalto ao poder", mas "propagandear (sic) permanentemente que os trabalhadores só se libertarão da exploração e da miséria quando conquistarem o poder político" (p. 44).

Tese Nº 9: Democracia e Luta. Apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.[7] "A ideia básica defendida pelo documento é de que o momento se caracteriza pela tentativa do "governo e do imperialismo de aplicar um plano econômico" de acordo com os interesses do FMI". Porém, não haveria refluxo da classe operária: "os trabalhadores querem lutar e estão lutando" (p. 46). Nesse quadro, o III CONCUT deveria tomar duas decisões fundamentais: aprovar uma campanha salarial unificada, dos trabalhadores estatais e privados, e defender a democracia interna e a participação da base na CUT, rejeitando as modificações nos estatutos propostas pela tendência Articulação. Segundo o documento, a tática utilizada pela Direção Nacional da CUT, de pressão sobre a Constituinte, teria sido errada: "Hoje é possível fazer um balanço desta tática levada a efeito pela Direção Nacional da CUT, de pressão sobre a Constituinte. Não conquistamos praticamente nenhuma de nossas grandes reivindicações. Nem a refor ma agrária, nem a liberdade sindical, nem a estabilidade no emprego" (p. 47). Assim, o documento entende que a CUT deve "chamar os partidos operários, a começar pelo PT, a não assinar esta Constituição e a não se responsabilizar por ela". Os sindicatos filiados à CUT deveriam realizar assembleias para repudiar a Constituição e "começar a lutar, na prática, contra ela logo depois de votada" (p.

[7] Essa tese expressa as posições da Convergência Socialista.

47). No que tange à organização interna da CUT, o documento critica as mudanças nos estatutos defendidas pelos "companheiros da Articulação", que pretenderiam "reduzir a participação das bases nos congressos e, por consequência, restringir a democracia interna na CUT... abrindo as portas para o risco da burocratização" (p. 47), e, finalmente, chegando a realizar os congressos nacionais só com dirigentes de sindicatos, sem a participação das bases (p. 48).

TESE nº 10: Pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e pela Base. Esta tese, Votada pela maioria dos delegados no plenário do III CONCUT, foi subscrita por 106 sindicatos. Ela expressa as posições da corrente Articulação, majoritária na CUT. Ao contrário das demais, inicia-se por uma análise da conjuntura internacional, que estaria "marcada por mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e pela perspectiva de agravamento da crise econômica mundial" (p. 49). O documento chama a atenção para as transformações tecnológicas que implicariam o aumento do desemprego e a diminuição do peso relativo da classe operária e o crescimento do setor de serviços. Na América Latina, a transnacionalização, o fortalecimento dos setores exportadores, levariam a uma "maior concentração de poder no interior das classes dominantes e mudanças no padrão de acumulação de capital que implicam grandes mudanças para a classe trabalhadora" (p. 50). Segundo o documento, o governo da Nova República manteria, "na prática, a mesma orientação conservadora do regime militar": "sua política antipopular está voltada para atender os interesses da burguesia nacional e transnacional sob tutela das forças armadas" (p. 50). O documento entende que foi correta a posição definida no II CONCUT de intervir e pressionar, juntamente com os partidos democráticos e populares, em defesa dos direitos dos trabalhadores na Constituinte. A pressão, contudo, não teria sido suficiente para reverter o caráter conservador da Constituinte. Por outro lado, as transformações ocorridas na agricultura brasileira, com a substituição do latifúndio tradicional pelas grandes empresas nacionais e transnacionais, levariam à substituição dos antigos coronéis pelos jovens executivos que agem em nome de grandes grupos econômicos. Na área sindical, o documento critica o sindicalismo reformista e de conciliação de classes, que seria representado basicamente pela CGT, mas entende que "não se pode colocar a perspectiva socialista da CUT como obstáculo à organização de amplas massas, mesmo as mais atrasadas" (p. 54). Reafirma a declaração de princípio do II CONCUT de que um "projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores", mas entende que a definição da estratégia política em direção ao

poder é função dos partidos políticos. A CUT, embora comprometida com o socialismo, não deveria ser confundida com um partido político, diante dos quais deve manter sempre sua independência (p. 55). Como projeto político mais amplo, o documento defende: o não pagamento da dívida externa; a articulação de diferentes comissões de fábrica e sindicatos de empresas transnacionais com vistas a negociação e ações sindicais transnacionais; controle dos trabalhadores sobre a automação e novas tecnologias; redução na jornada de trabalho; luta pela paz e pelo desarmamento, "em especial contra a política belicista do governo imperialista dos EUA"; luta pela desnuclearização do Brasil e do continente sul-americano; liberdade de organização nos locais de trabalho; contra a privatização das empresas estatais, pela democratização da ação do Estado nessas empresas e pela estatização dos serviços básicos sob controle do capital privado; reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com desapropriação de todas os latifúndios sem direito a indenização e apoio às "legítimas ocupações de terras promovidas pelos trabalhadores sem-terra de todo o Brasil". No tocante à organização interna da CUT, a tese propõe um conjunto de mudanças nos estatutos da entidade, sendo as mais importantes: número de delegados proporcional ao número de sindicalizados; delegados das oposições sindicais em número proporcional ao número de votos que a oposição obteve no último escrutínio (as oposições que não concorreram às últimas eleições do sindicato não poderão ter um número de delegados superior à delegação do menor sindicato do departamento); número de delegados de uma entidade filiada à CUT proporcional ao número de sindicalizados; congresso nacional a cada três anos; número de delegados, a que cada Estado terá direito, proporcional ao número total de trabalhadores sindicalizados nas entidades filiadas à CUT (pp. 56 e 57).

Num plano mais imediato, a tese situa os seguintes objetivos (Campanha Nacional de Lutas): recuperação das perdas salariais; reajuste mensal de salário segundo índice do DIEESE; salário mínimo real calculado pelo DIEESE; aumento real de salário e congelamento real de preços com garantia de qualidade e abastecimento; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho a quarenta horas semanais, sem redução de salários; fim da mão de obra temporária; salário-desemprego real para todos; liberdade e autonomia sindical e aprovação da Convenção 87 da OIT; unificação das datas-bases; eleição direta para presidente e "para todos os níveis"; reforma agrária sob controle dos trabalhadores e punição imediata dos assassinos de trabalhadores rurais; não pagamento da dívida externa; contrato coletivo nacionalmente articulado (p. 62).

TESE nº 11: (Sem título.) Subscrita pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, reproduz trechos da tese nº 5, que expressa as posições do

jornal O Trabalho. Defende a convocação de uma Assembleia Nacional Popular. No tocante à organização interna da CUT, manifesta-se pela manutenção da proporcionalidade na Executiva como um elemento de preservação da democracia interna. Defende a manutenção da independência da CUT diante das centrais sindicais mundiais.

TESE nº 12: (Sem título.) Apresentada pela Associação dos Servidores da Universidade Federal de São Carlos, é idêntica à tese nº 9, subscrita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Representaria, portanto, as posições da Convergência Socialista.

TESE nº 13: (Sem título.) Subscrita somente pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Água e Energia no Estado do Acre, repete trechos da tese nº 5, subscrita pelo Sindicato dos Professores do ABC. Expressaria, assim, as posições da tendência trotskista O Trabalho.

TESE nº 14: (Sem título.) Apresentada pelo Sindicato dos Servi- dores Públicos do Distrito Federal.[8] Inicia-se com uma análise da conjuntura nacional, criticando o governo Sarney, considerado "submisso e comprometido com os interesses dos grandes grupos econômicos". Com relação à estrutura sindical, defende a comissão de fábrica como a "comissão sindical de base", a manutenção da proporcionalidade nos organismos dirigentes da CUT, a manutenção da periodicidade de dois anos para os congressos e manifesta-se favoravelmente à Convenção 87 da OIT. No tocante à organização dos funcionários públicos, defende a construção de sindicatos gerais do funcionalismo por esfera administrativa e área territorial.

TESE nº 15: Profissionais Liberais e Estrutura Sindical na CUT. Subscrita por vários sindicatos e associações de engenheiros de vários estados. Trata-se de uma tese "sindical" que discute as formas de organização dos profissionais liberais diante da resolução do II CONCUT que estabeleceu que os profissionais liberais deveriam organizar-se por ramo de atividade produtiva em lugar de sindicatos profissionais. Defende a "diluição dos atuais sindicatos de categoria no sindicato por ramos de atividade", atuando os sindicatos dos profissionais liberais como "coadjuvantes dos sindicatos majoritários" (p. 71).

TESE nº 16: (Sem titulo.) Apresentada pela associação dos Servidores da Universidade Federal do Acre, repete trechos da tese nº 5, do Sindicato dos

[8] Também essa tese expressa as posições do jornal *O Trabalho.*

Professores do ABC. Trata-se, pois, de outra tese que expressa as posições da tendência *O Trabalho*.

TESE nº 17: Em Defesa da Natureza e dos Povos da Floresta. Apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre. Defende a união dos índios, seringueiros, ribeirinhos, etc., em favor da autodeterminação das nações indígenas, pela desapropriação dos seringais em conflito, contra o Projeto Calha Norte, etc.

Anexo II: A influência da CUT

Uma avaliação da influência da CUT nos diferentes setores econômicos mostra que ela tende a ser mais forte entre as camadas assalariadas dos setores estatal, de comunicações, assalariados de nível educacional elevado e setores industriais mais modernos. Assim, a CUT é forte entre os assalariados do setor de telefonia, onde controla uma federação, a FITTEL; entre os petroleiros, entre os processadores de dados, entre os em- pregados do serviço público do setor de saúde e educação, entre os previdenciários, entre os químicos e petroquímicos, entre os metalúrgicos e bancários. Em compensação, sua penetração é frágil entre os sindicatos do setor de comércio, têxteis, transportes aéreos, marítimos e fluviais. Essas observações têm caráter muito geral, pois devem-se considerar os seguintes pontos:

1. as variações no interior de uma mesma categoria econômica, de natureza regional. Por exemplo: entre os empregados do setor público, a CUT estima que, em todo o Brasil, os sindicatos que seguem sua orientação representariam 13% dos trabalhadores, porém, no Sul, representa- ria apenas 4%, enquanto no Centro-Oeste pularia para 37%;
2. as mudanças que ocorrem com a vitória ou derrota, nas associações, sindicatos e, em menor medida, federações e confederações, de tendências contrárias ou favoráveis à CUT e que podem alterar a filiação ou a orientação da entidade com relação às centrais;
3. o fato de que alguns sindicatos filiados à CUT podem estar controlados por tendências políticas que não seguem a orientação da Articulação, majoritária na Executiva e na Direção Nacional.

Com essas ressalvas, apresentamos a seguir uma avaliação da influência da CUT nos diferentes setores econômicos.[1]

[1] Resumimos aqui o documento "Perfil de Representação da Central Única dos Trabalhadores", realizado sob coordenação de Sílvia Portella e Flávio Pachalski, da assessoria da CUT nacional, e Suzana Sochaczewska, do DIEESE. Embora o referido documento tenha sido preparado por assessores da CUT e do DIEESE, conhecendo a seriedade e competência profissional dos autores, não temos motivos para questionar a objetividade do trabalho, o que não exclui, evidentemente, a possibilidade de falhas. O documento foi preparado em 1988. Foi atualizado por nós com dados obtidos de um levantamento realizado em 1990 pela Secretaria da CUT Nacional.

Setor estatal

Telefônicos: na categoria dos telefônicos, quase 80% dos trabalhadores concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Nessas regiões, a CUT controlaria mais de 60% dos sindicatos: 53% no Sudeste e 85% no Sul. Em todo o Brasil, a CUT estima que teria 58% dos sindicatos. A FITTEL (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações), formada em 1985, congrega dez sindicatos e está filiada à CUT. Seu presidente foi eleito para a Executiva da CUT no terceiro congresso.

Petroleiros: nacionalmente, as entidades ligadas à CUT representariam 30% da categoria; mas a influência da CUT, regionalmente, varia bastante. No Sudeste, a representação da CUT (volume de trabalhadores representados por sindicatos cutistas) seria de 21% em razão da fraca penetração dessa central no Estado do Rio de Janeiro. No Estado de São Paulo, porém, dos cinco sindicatos existentes, quatro estão ligados à CUT.

Processamento de dados: existem treze entidades estaduais, sindicatos e associações, das quais 84% seguem a linha da CUT.

Trabalhadores nas Indústrias Urbanas: em todo o país, a CUT estima que teria 39% dos sindicatos, representando 55% dos trabalhadores dos serviços de gás, eletricidade, água e esgoto. No Norte e Nordeste, a CUT teria 71% dos sindicatos; no Centro-Oeste, 50%; no Sudeste, 32%, e no Sul, 13%. Em termos de trabalhadores representados, as porcentagens seriam, respectivamente: 85%, 99%, 75%, 36% e 28%.

Funcionalismo público: nesta área, a expansão das associações foi muito rápida, dificultando um cálculo preciso. A CUT considera, com essa ressalva, que teria as seguintes porcentagens de entidades por região: Norte, 29%; Nordeste, 32%; Centro-Oeste, 72%; Sudeste, 15%; Sul, 28%.

No entanto, a proporção de trabalhadores representados por essas entidades é indicativa de que as entidades que a CUT controla não são muito representativas. Assim, pelos cálculos da CUT, em termos de trabalhadores abrangidos, a representação cutista seria a seguinte: Norte, 16°7o; Nordeste, 20%; Centro-Oeste, 37%; Sudeste, 6%; Sul, 4%.

De modo geral, a CUT estima que representaria apenas 13% dos funcionários da administração pública federal, estadual e municipal, apesar de controlar 28% das entidades. Mas, em Brasília, 67% dos funcionários estariam

representados por sindicatos cutistas. A CUT seria forte especialmente nos setores de saúde e educação.

Educação: estão incluídos neste setor os professores de primeiro, segundo e terceiro graus, assim como os servidores das universidades e dos estabelecimentos do ensino da rede pública. A presença da CUT nessa área é muito forte. Assim, a Confederação dos Professores do Brasil, representando um milhão e meio de professores do ensino público elementar e secundário, está filiada. Nas regiões Sul e Sudeste, a CUT entende que controla praticamente todas as entidades; no Nordeste, 40%, e no Centro-Oeste, 50%. O Norte é a região onde a sua presença é bastante fraca: apenas 3007o das entidades estaduais seriam cutistas.

No setor universitário, há aproximadamente 60 organizações, filiadas à ANDES (Associação Nacional dos Docentes), que é filiada á CUT e representa 45 mil professores.

Com relação aos servidores das universidades, a influência da CUT também é forte. As entidades representativas dos servidores estão filiadas à FASUBRA (Federação Nacional dos Servidores das Universidades), que se filiou à CUT em 1987.

Previdenciários: existem 27 associações, representando aproximadamente 240 mil previdenciários, organizados nacionalmente pela FENASPS (Federação Nacional dos Previdenciários), que está filiada à CUT. Em termos de trabalhadores abrangidos pelas entidades cutistas, no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul, a totalidade das associações estaria sob controle da CUT. No Nordeste, 74%. (Faltam dados para o Norte.) Nacionalmente, a CUT estima que representaria aproximadamente 94% dos previdenciários e 77% das entidades.

Setor privado

Trabalhadores rurais: para este setor, a CUT alerta para a fraqueza de informações, faltando, especificamente, a relação total dos sindicatos cutistas. Tendo presente essa restrição, a CUT considera que no Nordeste, no Sudeste e no Sul a sua presença seria bem fraca: 9% dos sindicatos do Nordeste, 10% dos do Sudeste e 11% dos do Sul. No Centro-Oeste, teria 19% dos sindicatos, percentual que subiria para 32% no Norte. No Pará, a CUT ganhou a eleição para a Federação dos Trabalhadores Rurais (1987), controlando, assim, 70% dos trabalhadores rurais desse Estado. Trata-se de uma exceção. Para todo o país, a CUT estima que teria o controle de 12% dos sindicatos e 28% dos trabalhadores, assim distribuídos: Nordeste, 20%; Centro-Oeste, 32%; Sudeste, 20%; Sul, 22%. (Faltam dados para o Norte).

Químicos e petroquímicos: a produção, neste ramo, está concentrada no Sul e Sudeste. O maior sindicato de trabalhadores da indústria química e farmacêutica é o de São Paulo, filiado à CUT e controlado pela tendência CUT pela Base. No setor petroquímico, os sindicatos mais importantes do ABC, do Rio Grande do Sul e da Bahia são cutistas. No total de trabalhadores do setor, 54% estariam em sindicatos cutistas. No Norte, a CUT estima que tem 20% dos trabalhadores e 14% dos sindicatos; no Nordeste, 43% dos sindicatos, faltando os dados sobre os trabalhadores; no Sudeste, 52% dos trabalhadores e 23% dos sindicatos; e no Sul, 21% e 21%, respectivamente. No Centro-Oeste não há indústrias desse setor.

Metalúrgicos: formam cerca de 1,8 milhão de trabalhadores. A CUT estima que controla 35% dos sindicatos, representando 64% dos trabalhadores. No Norte, todos os três sindicatos estariam filiados à CUT. No Nordeste, teria 36% dos sindicatos, faltando os dados sobre os trabalhadores. No Centro-Oeste, teria apenas um dos seis sindicatos. No Sudeste, 35% dos sindicatos e 56% dos trabalhadores. No Sul, 35% dos sindicatos e 73% dos trabalhadores. No Rio de Janeiro, em 1988, dos dez sindicatos existentes, apenas quatro estariam filiados. No entanto, sindicatos importantes seguem a linha da CUT, como o de Niterói, centro de produção naval, o sindicato da CSN de Volta Redonda, etc. No conjunto, pelos cálculos da CUT, 90% dos metalúrgicos do Rio de Janeiro estariam sob jurisdição de sindicatos cutistas. Em Minas Gerais, a CUT estima representar 78% dos trabalhadores, controlando os sindicatos do Vale do Aço e o de Belo Horizonte. No Estado de São Paulo, representa um terço dos trabalhadores dos dez maiores sindicatos. A exceção, que constitui uma pedra no sapato da CUT, é dada pelo maior sindicato metalúrgico do país, o de São Paulo, onde as chapas cutistas têm sido sistematicamente derrotadas. Contudo, para compensar, ela controla os importantes sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, de Campinas, de São José dos Campos, de Taubaté, de Santo André e de Guaratinguetá. No Sul, embora o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre não siga a linha da CUT, os de Caxias do Sul e de Canoas são cutistas.

Vestuário: neste ramo, a CUT calcula que representa 17% dos trabalhadores. No Norte e Centro-Oeste, a CUT não tem nenhum sindicato; no Nordeste, 7% dos sindicatos, representando 20% dos trabalhadores, seriam cutistas. Para as demais regiões, as cifras seriam: Sudeste, 9% e 11%; Sul, 11% e 33%.

Trabalhadores do setor de serviços

Transporte: no setor aéreo e marítimo-fluvial, a presença da CUT é muito pequena. No setor terrestre, especialmente no metroviário, sua presença é

dominante, controlando os quatro sindicatos de metroviários de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio e Pernambuco. No setor ferroviário, teria a totalidade dos sindicatos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sendo majoritária em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, a quase totalidade dos sindicatos de ferroviários estaria ligada à CUT.

No setor de transporte de todo o país, a CUT estima que, no Norte, teria apenas um dos 47 sindicatos (faltando dados sobre os trabalhadores); no Nordeste, teria 8% dos sindicatos, representando, porém, 93% da categoria. Para as demais regiões, as cifras seriam: Centro-Oeste, 7% dos sindicatos e 32% dos trabalhadores; Sudeste, 11% e 53%; no Sul, 8% e 20%, respectivamente. Em todo o país, a CUT considera que seus sindicatos representam 51% de todos os trabalhadores do setor de transportes.

Comerciários: trata-se de um vasto setor, abrangendo hotelaria, comércio varejista e atacadista, autônomos, turismo, armazéns e em- pregados de estabelecimentos de saúde. No conjunto, o setor emprega aproximadamente 6,7 milhões de pessoas. A CUT calcula que teria 13% dos sindicatos, representando 15% dos empregados. No Norte, 30% dos sindicatos seriam filiados, representando 34% da categoria. Nas de- mais regiões, as porcentagens seriam respectivamente: Nordeste, 13% e 28%; Centro-Oeste, 11% e 19%; Sudeste, 7% e 12%; Sul, 17% e 11%.

Como se vê, a penetração da CUT nessa área é fraca. De cerca de 500 sindicatos existentes no setor, somente 67 estariam com a CUT.

Bancários e empregados do setor financeiro: o setor emprega quase 900 mil pessoas, dos quais 61% na região Sudeste. A distribuição pelo território nacional é muito desigual. Somente o sindicato do município de São Paulo representa mais de 20% do total de bancários e 70% da categoria do Estado. Dos 219 sindicatos contabilizados nas estatísticas da CUT, 48 seriam cutistas (22%), representando, no entanto, 56% dos trabalhadores. Por região, a distribuição por sindicato e trabalhadores representados é a seguinte: Norte, 14% e 17%; Nordeste, 30% e 78%; Centro-Oeste, 16% e 29%; Sudeste, 25% e 58%; Sul, 18% e 48%.

Conclusão

Realizando um balanço geral, a CUT considera que sua influência aumenta precisamente entre os grandes sindicatos. Assim, entre os metalúrgicos, dos quinze maiores, dez seriam cutistas; entre os bancários e telefônicos, quatro dos

cinco maiores estariam com a CUT; entre os petroleiros, ela teria dois entre os cinco maiores; e, entre os químicos e petroquímicos, todos os três maiores.

Anexo III: As centrais

Além da CUT, existem atualmente as seguintes entidades que procuram atuar como uma central sindical: a Confederação Geral dos Trabalhadores, a Central Geral dos Trabalhadores e a União Sindical Independente. Além delas, como uma tendência bem definida, há a Corrente Sindical Classista, que pretende aderir à CUT, mas manter-se com personalidade própria. Tanto a Confederação como a Central Geral dos Trabalhadores utiliza a mesma sigla – CGT –, o que ajuda a confundir o mapa sindical brasileiro.

Central Geral dos Trabalhadores: suas origens remontam à primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), quando diversas correntes que mais tarde viriam a formar a CUT e as duas CGTs participaram, em agosto de 1981, da reunião da Praia Grande. Posteriormente, depois que a ala mais à esquerda decidiu pela convocação do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo em agosto de 1983, dando origem à CUT, a tendência mais modera- da convocou outra reunião, em novembro do mesmo ano. Essa reunião, que manteve o nome de Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, denominou-se também I CONCLAT. Assim, formalmente, na obstinação de ambas entidades de negar-se mutuamente, houve dois I CONCLATs. Enquanto o CONCLAT dos sindicalistas mais à esquerda criava a CUT, o de novembro criava a *Coordenação* Nacional da Classe Trabalhadora. Em março de 1986, a Coordenação realizou um congresso que decidiu pela criação de uma Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Seu primeiro presidente foi Joaquim dos Santos Andrade, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A CGT reuniu um conjunto muito heterogêneo de tendências políticas e sindicais que se mantinha unido, entre outros fatores, pela oposição à CUT e pela defesa comum de certos elementos da estrutura sindical, entre os quais a unicidade, a contribuição sindical e a estrutura vertical na forma de federações e confederações. Assim, participaram da CGT sindicalistas do PCB, do PC do B, do MR-8, da tendência que posteriormente recebeu o nome de "sindicalismo de resultados", além de outros dirigentes de federações e confederações de orientação moderada e politicamente pouco definida.

No congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores estiveram presentes, segundo cálculos da própria entidade, 5546 delegados, representando 1341 entidades urbanas e rurais. Por setor de atividade, a distribuição das entidades, de acordo com o critério de classificação da CGT, foi a seguinte:

	Entidades		*Delegados*	
Classe operária		606	2	625
Trabalhadores rurais		347		863
Trabalhadores de serviços		222	1	213
Camadas médias		93		471
Funcionalismo público		73		374
Total:	1	341	5	546

Em termos de entidades representadas e número de delegados, a distribuição foi a seguinte:

	Entidades		*Delegados*	
Confederações		5		20
Federações		85		481
Sindicatos	1	107	4	438
Assoc. pré-sindicais		51		172
Assoc. de funcionários públicos		51		257
Assoc. civis		19		99
Assoc. de aposentados		22		76
Outras		1		3
Total:	1	341	5	546

Fonte: *CONCLAT 86, CGT,* ano I**,** nº 1, abr. 1986.

Nesse primeiro congresso, a CGT definiu-se como uma organização independente do "Estado, dos partidos políticos e de organizações religiosas".[1] A CGT não se manifestou pelo socialismo, embora se propusesse a lutar contra a "exploração do capital, em busca da paz, do progresso, da democracia e da independência nacional". Suas reivindicações imediatas foram:

- suspensão do pagamento da divida externa;
- imediata aplicação do plano de reforma agrária;
- defesa das empresas estatais;
- jornada de quarenta horas sem redução salarial;
- amplo reconhecimento do direito de greve;
- reconhecimento da OLP como representante do povo palestino;
- apoio ao governo da Nicarágua;
- punição de mandantes e assassinos de camponeses;
- contra a discriminação racial;
- reserva de mercado para a informática;
- rejeição da Convenção 87 da OIT.

---

[1] "Resolução do II CONCLAT", *CONCLAT 86,* CGT, ano I, nº 1, abr. 1986, p.13.

O Plano de Luta propunha ainda o congelamento de preços, 100% de aumento imediato, estabilidade no emprego, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, direito de voto para cabos e soldados das Forças Armadas, etc.

A convivência de correntes tão heterogêneas no interior de uma mesma central (como as lideranças comunistas e as do "sindicalismo de resultados") dificilmente poderia durar muito tempo. Em fins de janeiro de 1988, numa plenária da entidade realizada em São Paulo, explodiram as divergências, separando, num polo, os dirigentes do "sindicalismo de resultados", liderados por Luiz Antônio Medeiros, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, então presidente do Sindicato dos Eletricitários paulistas. Magri e Medeiros exigiam a "despartidarização" da CGT, ou seja, um sindicalismo fora da influência dos comunistas, notadamente do PC do B. Com apoio de militantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a facção Medeiros-Magri conseguiu derrotar a ala composta pelos sindicalistas do PC do B, que, em sinal de protesto contra a "prepotência dos adversários", abandonou a plenária.

Logo depois, novo conflito viria a eclodir no interior dessa Central, provocando outra cisão. Entre os dias 27 de abril e 1º de maio de 1989, na Praia Grande, com a participação de cerca de 3500 dele- gados, a CGT realizou o seu segundo congresso. Na disputa para a presidência da entidade, Magri conseguiu vencer a facção que apoiava Joaquinzão, o anterior presidente. A vitória de Magri provocou nova cisão na CGT. Os sindicalistas ligados ao PCB e ao MR-8 contestaram a lisura do procedimento eleitoral e realizaram, em São Paulo, em junho do mesmo ano, uma reunião da facção pró-Joaquinzão, onde predominaram os sindicatos sob influência do PCB e do MR-8. Essa reunião, na qual compareceram, segundo os seus organizadores, 236 entidades, resolveu convocar outro congresso, que se realizou em Belo Horizonte nos dias 30 de setembro e 1º de outubro. O congresso elegeu Joaquim dos Santos Andrade como presidente e adotou o nome de Central Geral dos Trabalhadores, diferenciando-se da Confederação Geral dos Trabalhadores, de Magri.[2] Oficialmente, segundo informações da própria Central, estavam inscritos 1122 delegados de 692 entidades. Porém, segundo informações da Gazeta Mercantil (3.10.1989), não haveria mais de 500 delegados em plenário.

Recém-formada, a Central Geral dos Trabalhadores, a julgar por sua sede e pela carência de publicações, tem uma existência ainda precária. Na área sindical, a CGT manifesta-se sem equívocos pela manutenção da contribuição sindical e pela unicidade definida em lei. No plano político geral, é favorável à "suspensão imediata dos pagamentos da dívida externa", a aplicação da limitação constitucional dos juros a 12% ao ano, reajuste dos títulos da dívida pública interna com deságio, reforma agrária em terras improdutivas, controle do sistema bancário, tabelamento dos gêneros de primeira necessidade, restrições aos subsídios, etc.[3] Em termos de ação sindical, é cedo para uma avaliação de sua estratégia. Aparentemente, pelo que sugere seu Plano de Lutas, a Central Geral dos Trabalhadores dará bastante importância à atuação de lobby no Congresso Nacional com vistas a conseguir participar da elaboração das leis complementares que devem ainda ser aprovadas, elaborar um projeto da CGT na Comissão de Trabalho sobre Legislação Sindical, influenciar na votação da legislação complementar sobre a Previdência Social, etc.

A *Confederação* Geral dos Trabalhadores promete um sindicalismo mais pragmático, inspirado na linha dos sindicatos norte-americanos. As resoluções aprovadas no seu II Congresso (seria o primeiro da Confederação ou o segundo da Central?) apresentam um conjunto de reivindicações de natureza estritamente trabalhista e sindical, muitas das quais visando a "efetiva" aplicação de direitos votados na Constituinte. Esse congresso delineou alguns princípios e metas básicas da Confederação, pelos quais a greve é proclamada como um meio e não como um fim, a defesa da contribuição sindical, a independência com relação aos partidos, etc.[4]

Corrente Sindical Classista: como já salientamos, esta tendência não constitui, e não tem a pretensão de constituir, outra central sindical. No momento, congrega os sindicatos influenciados pelo PC do B. A CSC surgiu após o conflito que marcou a plenária da então Central Geral dos Trabalhadores de janeiro de 1988. Em agosto de 1989, o Comitê Central do PC do B, na sexta reunião plenária do partido, decidiu que a CSC deveria integrar-se à CUT. Em janeiro do mesmo ano a CSC já havia realizado seu congresso de fundação. Segundo dados da

[2] A sigla CGT, inicialmente, significava *central,* e não *confederação.* Porém, *antes* do segundo congresso, uma reunião plenária nacional realizada em Brasília, em setembro de 1988, resolveu alterar o nome para *confederação.* Considerando a situação de imprecisão e de indefinição que reina na área trabalhista após a promulgação da Constituição de 1988, a mudança de nome talvez tenha sido motivada pela intenção de facilitar o registro da entidade no Ministério do Trabalho e, eventualmente, poder reivindicar participação nas verbas obtidas com a contribuição sindical. O termo "confederação" aproxima- se mais da terminologia costumeira da estrutura sindical e, mais do que o de "central", pode facilitar a oficialização da entidade.

[3] CGT, Teses, "Todos ao 2º Congresso", 1989.

[4] Antônio Rogério Magri, nas eleições presidenciais de 1989, apoiou Fernando Collor. Com a ida de Magri para o Ministério do Trabalho, assumiu a presidência da entidade Francisco Canindé Pegado do Nascimento, do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Norte. Pegado é formado em Administração de Empresas e possui mestrado nessa área.

própria entidade, 2.563 delegados, representando 703 entidades, teriam participado. A adesão da CSC à CUT está prevista para o quarto congresso, mas problemas deverão surgir na medida em que a CUT, embora não formalmente, é essencialmente uma organização petista, agrupando inclusive as mesmas tendências e facções políticas que operam no interior do PT.

União Sindical Independente (USI): surgiu em setembro de 1985, em reunião realizada na sede da Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo. Seu presidente é Antônio Pereira Magaldi, um antigo sindicalista que começou sua carreira em 1952, quando se elegeu presidente do Sindicato dos Farmacêuticos. Em 1961, foi para a presidência da Federação dos Comerciários de São Paulo. De orientação anticomunista, prega um sindicalismo apolítico. A Carta de Princípios da USI defende, no plano político, um regime democrático "que permita, através da livre manifestação, a existência de uma sociedade pluralista". A USI critica o envolvimento dos sindicatos na política partidária e prega a "solução pacífica dos conflitos entre empregados e empregadores, através de negociações diretas, em diálogo direto e franco, com o objetivo de preservar a paz social" [5]. Da sua formação participaram apenas federações e confederações do setor do comércio e serviços. Em setembro de 1989, com a presença de cerca de 1500 delegados (segundo dados da entidade), a USI realizou seu primeiro congresso. Atualmente, conta com três confederações e dez federações da estrutura sindical oficial, representando aproximadamente 14 milhões de trabalhadores, dos quais apenas 900 mil, segundo seu presidente, estariam sindicalizados. Sua influência está restrita ao setor do comércio e serviços. Politicamente, a maioria de seus dirigentes tem simpatias pelo PTB, PSD e PRN. Nas eleições de 1989, seu presidente. Antônio Pereira Magaldi apoiou o então candidato Fernando Collor.

É difícil uma avaliação mais exata da força de cada central. De acordo com informações publicadas em matéria do jornal *Folha de S. Paulo* (30.11.1989), a USI contaria com aproximadamente mil entidades. Ainda segundo o mesmo jornal, a Corrente Sindical Classista teria o apoio de 703 entidades. A Central Geral dos Trabalhadores, de Joaquinzão, teria aproximadamente 900. A CUT teria 1400 entidades a Confederação, 1500. Esses dados foram passados à *Folha de S Paulo* pelas centrais. Para a divulgação na imprensa, a tendência é para o exagero.

[5] "I Congresso Nacional da USI", 14, 15 e 16.9.1989, Praia Grande (SP), p. 7. Outras informações foram obtidas através de entrevista realizada por Silvana Maria de Souza com o presidente da USI, José Pereira Magaldi, em 27.4.1990.

Informações que nos foram dadas de dentro das próprias centrais sindicais são ligeiramente inferiores. A Confederação teria cerca de 1100 entidades e a CUT, aproximadamente mil. Deve-se notar, na comparação entre as duas centrais, que a CUT conta apenas as entidades simpatizantes. Para se avaliar a força das centrais e sua efetiva capacidade de pressão, deve-se notar que a filiação é voluntária e ocorre por afinidade política e ideológica das tendências que controlam a diretoria de cada entidade. Muitas delas, que enviam delegados aos congressos, não estão formalmente filiadas, e poucas contribuem para o sustento das centrais com as quais simpatizam.

É preciso ressaltar ainda que as direções das centrais não têm, administrativamente, nenhum poder sobre as entidades filiadas ou simpatizantes. Na realidade, a fraqueza das centrais em relação aos sindicatos, federações e confederações da estrutura oficial salta aos olhos quando se comparam as respectivas sedes. Enquanto os principais sindicatos, federações e confederações têm amplas instalações, frequentemente grandes edifícios, com centenas de funcionários, as sedes das centrais são precárias, o número de funcionários é reduzido, a infraestrutura administrativa é modesta, etc. Em muitos aspectos, com exceção da CUT, as centrais nada mais são que siglas que, segundo os padrões burocráticos e administrativos dominantes na política brasileira, permitem aos seus presidentes falar em nome de "milhões de trabalhadores", quer dizer, dos trabalhadores que são representados pelas entidades que receberam da legislação o direito de falar em nome da "categoria profissional", essa invenção jurídica do Ministério do Trabalho que, com o tempo, adquiriu consistência de fenômeno social ou de dado da realidade.

Anexo IV: A pesquisa

Os dados relativos ao perfil dos delegados do III CONCUT foram obtidos através da aplicação de um pequeno questionário contendo 21 questões, a maior parte delas fechada (ver Questionário anexo). O questionário foi elaborado para ser preenchido pelo próprio delegado num tempo máximo de quinze minutos para o caso de respondentes sem hábito de leitura. No transcorrer da aplicação, verificou-se que, notadamente entre os delegados de sindicatos rurais do Norte e Nordeste, havia uma porcentagem pequena de analfabetos ou de pessoas que encontravam dificuldade para preencher o questionário. Nesses casos, uma equipe de aproximadamente trinta entrevistadores encarregou-se da aplicação. No final, foram aproveitados 4290 questionários, representando 69,0% do total de delegados formalmente presentes. No entanto, como se poderia prever, as porcentagens de retorno não foram as mesmas para os diversos estados. As mais elevadas foram encontradas nos estados com menor delegação. Assim, na do Amazonas foi que se obteve a maior porcentagem de retorno: 98,6% dos 71 delegados preencheram o questionário. Índices elevados de devolução foram obtidos também para o Maranhão, Mato Grosso do Sul, Acre, Mato Grosso, etc.

O inverso, porém, não é verdadeiro. Embora para alguns estados, com numerosas delegações, tenhamos conseguido porcentagens relativamente baixas de retorno, como São Paulo (58,9%) e Minas Gerais (61,0%), para outros, com grandes delegações, as porcentagens foram altas. Assim, 86,7% dos 505 delegados do Pará responderam ao questionário. Por região, as proporções de questionários devolvidos foram as seguintes: Norte, 87,2%; Nordeste, 76,2%; Centro-Oeste, 55,0%; Sudeste, 61,9%; Sul, 68,9%.

Consequentemente, há uma sobrerrepresentação das delegações do Norte e do Nordeste e uma margem geral de erro difícil de estimar. Ocorre que, num evento como o III CONCUT, não havia possibilidade de se trabalhar com um sistema de amostragem probabilística. As principais razões que desaconselhavam o uso de uma amostra eram as seguintes:

1. embora houvesse uma estimativa do número de delegados e entidades que deveriam estar presentes, a frequência real e a relação nominal dos delegados só seriam conhecidas quando do credenciamento dos delegados. Aqui, na realidade, o número de participantes ficou abaixo do estimado anteriormente pela direção da CUT, que calculara em aproximadamente oito mil o total de participantes. Um problema advinha do fato de que era impossível efetuar a seleção da amostra antes do início do congresso. Ocorre que o período de credenciamento dos delegados prolongou-se por dois dias. Consequentemente, a amostra só poderia ser obtida depois da abertura do congresso. A essa altura, a localização, na massa de participantes, dos delegados incluídos na amostra seria praticamente impossível de ser efetuada durante os três dias do III CONCUT;
2. a aplicação do questionário deveria ser feita, assim, *antes* do início dos trabalhos, ou seja, antes que os participantes se envolvessem com as atividades do congresso e se dispersassem nas comissões e pequenas reuniões políticas. É preciso ter em conta, ademais, que uma pequena minoria não participava, ou participava muito pouco, do congresso, aproveitando o tempo para outras atividades. Mesmo numa questão crucial como a eleição da diretoria da CUT, 384 delegados (6,1% do total) não votaram.

Por todas essas razões, considerou-se que seria mais adequado procurar atingir todo o universo. A ocasião mais oportuna, a única talvez, para a aplicação dos questionários seria o momento da apresentação das delegações às mesas de credenciamento. Nessa oportunidade, imensas filas se formaram. À medida que os trabalhos de credenciamento prosseguiam com relativa lentidão, a equipe de pesquisadores entregava os questionários aos delegados, recolhendo-os em seguida, antes que abandonassem o local. Como todos os delegados deveriam credenciar-se, haveria a possibilidade de entrevistar todos eles. Mas, no final, por razões que não sabemos explicar, dos 6 218 participantes, somente 4.290 (69,0% do total) haviam respondido ou devolvido os questionários. Entre as delegações das diferentes unidades da Federação houve significativa variação nas porcentagens de retorno. Porém, com exceção de Goiás, em todas as unidades a proporção de retorno foi sempre superior a 50%. No caso de Goiás, a baixa proporção de respondentes (37,6%) provavelmente se deve ao fato de a maior parte de sua delegação ter se credenciado fora do horário normal, escapando assim do “cerco” que a equipe de entrevistadores fazia nos tocais de credenciamento. Excetuando Goiás, apenas para as delegações paulista e catarinense as porcentagens de retorno foram inferiores a 60%.

Tabela 32: Número de delegados e de questionários respondidos por Estado

Unidade da Federação	*Número de delegados*	*Quest. respondidos*	*%*
Acre	15	14	93,3
Amapá	27	22	81,5
Amazonas	71	70	98,5
Pará	505	438	86,7
Rondônia	61	48	78,6
Alagoas	57	53	93,0
Bahia	417	334	80,1
Ceará	192	126	65,6
Pernambuco	209	177	84,7
Maranhão	125	121	96,8
Paraíba	240	162	67,5
Piauí	105	76	72,4
Rio Grande do Norte	125	76	60,8
Sergipe	100	71	71,0
Distrito Federal	196	128	65,3
Goiás	291	109	37,6
Mato Grosso	37	34	91,9
Mato Grosso do Sul	43	41	95,3
Espírito Santo	165	118	71,5
Minas Gerais	769	469	61,0
Rio de Janeiro	383	255	66,6
São Paulo	899	530	58,9
Paraná	234	204	87,2
Santa Catarina	401	226	56,4
Rio Grande do Sul	551	388	70,4
Totais	6218	4290	69,0

Não temos elementos para explicar as variações nas proporções de questionários respondidos pelas delegações de cada unidade da Federação. Mais do que isso: infelizmente, não temos informações sobre as características dos não respondentes, isto é, se, comparativamente, são de maior ou menor nível de escolaridade, mais qualificados ou menos qualificados, mais jovens ou mais velhos, mais militantes ou menos militantes, membros da diretoria ou delegados de base ou das oposições sindicais, etc. Na realidade, não sabemos se muitos delegados não responderam ao questionário por displicência, por uma atitude deliberada de negar informações (por oposição à Executiva da CUT, por recear o tipo de utilização das informações, etc.), ou simplesmente por não o terem recebido (hipótese menos provável, mas não excluída). A redução do coeficiente de erro implicaria um exaustivo trabalho de ponderação por grandes agregados (setor econômico, estado e região, etc.). Esse esforço, de resultado duvidoso, seria praticamente impossível de ser realizado com os recursos disponíveis num prazo

razoável. Dizemos de resultado duvidoso porque a heterogeneidade é elevada no interior de cada um dos grandes agregados e não temos informações sobre as características dos que não responderam dentro de cada um desses agregados. Por exemplo: entre os trabalhadores industriais ou funcionários públicos não se sabe, e não há meio de saber, se os que não responderam eram mais escolarizados ou menos escolarizados, se tinham mais tempo de militância ou menos tempo, etc. Consequentemente, o leitor deve considerar que os dados aqui apresentados traçam o perfil dos delegados do III CONCUT *que responderam ao questionário.*

Para que se possa melhor avaliar a margem de erro, transcrevemos abaixo, tomando como elemento de controle o setor de atividade econômica e a região, as porcentagens da pesquisa e do universo, baseando-nos, neste último caso, nas estatísticas da CUT.

Setores	*Questionários obtidos (1)*	*Delegados presentes (2)*	*1-2*
Rural	36,8	32,2	+4,6
Indústria	20,7	24,2	–3,5
Serviços	17,4	21,6	–4,2
Funcionalismo	18,9	15,7	+3,2
Finanças	3,8	4,0	–0,2
Transporte	2,4	2,3	+0,1
Total	100,0	100,0	
n =	4290	6218	

As porcentagens para a pesquisa foram extraídas com base no total de respondentes da questão relativa à Tabela 28, que cruzou as informações sobre tempo de militância com setor de atividade econômica. O leitor deve ter em mente que a proporção de respostas a cada questão sofre pequenas variações por erro de preenchimento do entrevistado ou por não resposta. Assim, na questão relativa à profissão (Tabela 12), a proporção de delegados de sindicatos rurais encontrada na pesquisa (34,9%) está mais próxima da proporção de delegados deste setor registrada pelos dados da CUT para todo o universo (32,2%).

Por região, as porcentagens de delegados entrevistados e de delegados presentes foram as seguintes:

Setores	*Questionários obtidos (1)*	*Delegados presentes (2)*	*1-2*
Norte	13,8	10,9	+2,9
Nordeste	27,9	25,2	+2,7
Centro-Oeste	7,3	9,1	–1,8
Sudeste	32,0	35,7	–3,7
Sul	19,0	19,1	–0,1
Total	100,0	100,0	
n =	4 290	6 218	

Obs.: Na soma dos delegados presentes estão excluídos 26 delegados representantes de entidades nacionais que não podem ser classificadas por unidade da Federação.

Anexo V: As Executivas Nacionais da CUT

EXECUTIVA NACIONAL ELEITA NO I CONCLAT
(agosto de 1983 – São Bernardo do Campo)

1. Coordenador: Jair Antônio Meneguelli – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP);
2. Secretário: Paulo Renato Paim (RS) – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS);
3. João Paulo Pires de Vasconcelos – Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG);
4. Abdias José dos Santos – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ);
5. José Gomes Novaes – Trabalhador da base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista (BA);
6. Jacó Bittar -- Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulinia (SP);
7. Avelino Ganzer – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA);
8. Lázaro Bilac de Souza – Presidente do Sindicato dos Eletricitários, da Bahia;
9. José Alves de Siqueira – Secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco;
10. Dauri José Tamanhão – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel da Palma (ES);
11. Julieta Villanil Balestro -- Diretora do Centro dos Professores do Grande do Sul;
12. Ary Russo – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP);
13. Antônio Pereira Filho – Vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Riu de Janeiro;
14. Nelson de Assis Teles – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista;
15. Gilmar Carneiro dos Santos – Vice-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Fonte: I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, CUT, 1984.

EXECUTIVA NACIONAL ELEITA NO I CONCUT
(agosto de 1984 – São Bernardo do Campo)

1. Presidente: Jair Antônio Meneguelli – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP);
2. Vice-presidente: Avelino Ganzer – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA);
3. Secretário-geral: Paulo Renato Paim – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS);
4. Tesoureiro: Abdias José dos Santos – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ);
5. Segundo tesoureiro: Antônio Pereira Filho – Vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro;
6. Secretaria de Relações Internacionais: Jacó Bittar – Presidente (cassado) do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia (SP);
7. Secretaria Rural: José Gomes Novaes – Trabalhador da base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Choça (BA) *
8. Secretaria de Imprensa e Divulgação: Gilmar Carneiro dos Santos – Vice-presidente(cassado) do Sindicato dos Bancários de São Paulo;
9. Secretaria de Política Sindical: João Paulo Pires de Vasconcelos – Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG);
10. Secretaria de Formação: Ana Lúcia da Silva – Base da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás;
11. Vice-presidente da região Sul: João Paulo B. Marques – Presidente dos Vestuaristas de Porto Alegre (RS);
12. Vice-presidente da região Sudeste: Joaquim Pereira da Silva Neto – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté (MG)
13. Vice-presidente da região Nordeste: Luís Silva – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro (PB);
14. Vice-presidente da região Centro-Oeste: Delúbio Soares de Castro - Diretor do Centro dos Professores de Goiás;
15. Vice-presidente da região Norte: Paulo Roberto Galvão da Rocha - Presidente do Sindicato dos Gráficos de Belém (PA).

    Suplentes regionais

16. Suplente da região Sul: Jorge Lorenzetti (SC);
17. Suplente da região Sudeste: Domingos Galante (SP);
18. Suplente da região Nordeste: Dilmar Santos Miranda (CE).

Fonte: Jornal da CUT, ano II, nº 1, 1984.

* Na relação da Executiva eleita no CONCLAT, o sindicato indicado era Vitória da Conquista.

EXECUTIVA NACIONAL ELEITA NO II CONCUT
(31 de julho a 3 de agosto de 1986 – Rio de Janeiro)

1. Presidente: Jair Antônio Meneguelli – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP);
2. Vice-presidente: Avelino Ganzer – Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA);
3. Secretário-geral: Paulo Renato Paim – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS);
4. Tesoureiro: Abdias José dos Santos – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ);
5. Primeiro tesoureiro: Paulo César Fungh Alberto – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (MG);
6. Secretaria de Relações Internacionais: Jacó Bittar – Presidente (cassado) do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia (SP);
7. Secretaria Rural: Paulo Roberto Farina – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim (RS);
8. Secretaria de Imprensa e Divulgação: Gilmar Carneiro dos Santos – Tesoureiro do Sindicato dos Bancários de São Paulo;
9. Secretaria de Política Sindical: Delúbio Soares de Castro – Tesoureiro do Centro dos Professores de Goiás;
10. Secretaria de Formação: Jorge Lorenzetti – Diretor da Associação Brasileira de Enfermagem (SC);
11. Vice-presidente da região Sul: José Alberto Réus Fortunatti – Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS);
12. Vice-presidente da região Sudeste: Martisalém Covas Pontes – Presidente do Sindicato dos Plásticos de São Paulo
13. Vice-presidente da região Centro-Oeste: Ana Lúcia da Silva – Base da Associação dos Docentes Federais de Golas;
14. Vice-presidente da região Nordeste: José Gomes Novaes – Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Choça (BA);
15. Vice-presidência da região Norte: Antônio Carlos Andrade – Presidente da Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social (FENASPS).

Suplentes

16. Paulo Roberto Galvão da Rocha – Presidente do Sindicato dos Gráficos de Belém (PA);

17. Osvaldo Martines Bargas – Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP);
18. Antônio Pereira Filho – Diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro;
19. Vera Lúcia Ferreira Gomes – Base do Sindicato dos Professores do Recife (PE);
20. Cyro Garcia – Vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Fonte: Almanaque da CUT, 2ª ed. atualizada, ago. 1986.

EXECUTIVA NACIONAL ELEITA NO III CONCUT

(setembro de 1988, Belo Horizonte)

1. Presidente: Jair Antônio Meneguelli – Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP);
2. Vice-presidente: Avelino Ganzer – Diretor da Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará;
3. Secretário-geral: Gilmar Carneiro dos Santos – Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo;
4. Delman Sérgio Ferreira – Vice-presidente do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (SC);
5. Tesoureiro: Delúbio Soares de Castro – Diretor do Centro dos Professores de Goiás;
6. Primeiro tesoureiro: Durval de Carvalho – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas (SP);
7. Secretaria de Relações Internacionais: Osvaldo Martines Bargas – Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP);
8. Secretaria de Política Sindical: José Olivio Miranda de Oliveira – Diretor do Sindicato dos Engenheiros da Bahia;
9. Secretaria de Formação Sindical: Jorge Lorenzetti – Diretor da Associação Brasileira de Enfermagem (SC);
10. Secretaria de Imprensa e DivulgaçãoRosiver Pavan__– Diretora da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP);
11. Secretaria de Política Social: Antônio Carlos de Andrade – Presidente da Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social (FENASPS);

12. Diretor Executivo: Cyro Garcia – Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro;
13. Diretor Executivo: Martiniano Cavalcanti – Sindicato dos Engenheiros de Goiás;
14. Diretor Executivo: Sebastião Lopes Neto -- Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP);
15. Diretor Executivo: Gérson de Almeida Silva – Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL).

Suplentes:

16. Primeiro suplente: Paulo Roberto Galvão da Rocha – Presidente do Sindicato dos Gráficos de Belém (PA);
17. Segundo suplente: Adelmo Escher – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão (PR);
18. Terceiro suplente: Washington Costa – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro;
19. Quarto suplente: José Geraldo de Araújo – Diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte (MG);
20. Quinto suplente: Ruy Guimarães – Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS).

Fonte: *Boletim Nacional da CUT*, nº 21, set. 1988, "Resoluções".

Anexo VI: Questionário aplicado

3º CONCUT

Congresso nacional da Central Única dos Trabalhadores

COMPANHEIRO: Pedimos a sua colaboração para o êxito desta pesquisa. Ela visa a permitir à CUT traçar um perfil dos delegados ao III CONCUT. Os resultados da pesquisa serão divulgados posteriormente. Depois de responder às perguntas, entregue o questionário a um dos membros da equipe. Obrigado.

Ponha um "x" em cima do número ou da letra da resposta adequada.

1. Qual sua idade em anos completos? ________________________________
2. Em que Estado você nasceu? (Se você nasceu em outro país, escreva o nome desse país) ____
3. Em que Estado ou Território do Brasil você está vivendo agora? ____
4. Qual é a sua situação conjugal atual?
   (1) Solteiro (a)
   (2) Casado (a) ou vivendo maritalmente
   (3) Divorciado (a) ou separado (a) (vive sozinho, com parentes ou amigos)
   (4) Viúvo (vive sozinho, com parentes ou amigos)
5. Até que ano você estudou? (Atenção: O 1º ano do antigo ginásio equivale à 5ª série do atual primeiro grau)
   1. Analfabeto
   2. Completei o primeiro ano do 1º grau
   3. Completei o segundo ano do 1º grau
   4. Completei o terceiro ano do 1º grau
   5. Completei o quarto ano do 1º grau
   6. Completei o quinto ou sexto ano do 1º grau (1º ou 2º série do ginásio)
   7. Completei o sétimo ano do 1º grau (3º ou 4º série do ginásio)
   8. Não completei o colégio (ainda estou estudando/abandonei os estudos)
   9. Completei o colégio
   10. Não completei a universidade (ainda estou estudando/abandonei a universidade)
   11. Completei a universidade
6. Você fez algum curso profissional?
   (1)– Sim – Qual? ____
   (2)– Não

7. Sexo
   (1) Masculino
   (2) Feminino
8. Você é delegado de:
   (1) Sindicato
   (2) Associação
   (3) Oposição
   (4) Federação
   (5) Confederação
   (6) Outra entidade: Qual? ______________________________
9. Qual o nome da sua entidade? (Escreva por extenso e com letra de forma)
   ____
10. Escreva o nome da cidade e do Estado (ou Território) em que está localizada a sua entidade.
    Cidade: ______________________________
    Estado (ou Território) ______________________________
11. Na sua entidade, você é:
    (1) – Membro da diretoria
    (2) – Apenas associado
    (3) – Associado e membro da oposição
    (4) – Associado e membro de algum grupo ou comissão de trabalho
    (5) – Outra situação. Qual? ______________________________
12. (Só responda se você for membro da diretoria) – Escreva o nome do cargo que você exerce na diretoria (Cargo que exerce na diretoria)
    ____
13. (Só responda se você for membro da diretoria) – Há quanto tempo você ocupa algum cargo na diretoria de sua entidade? (Tempo na diretoria em anos completos)
    ____
14. (Só responda se você for membro da diretoria) – No momento, você está liberado do emprego para trabalho sindical?
    (1) – Sim, estou liberado em tempo integral
    (2) – Sim, estou liberado em tempo parcial
    (3) – Não estou liberado
    (4) – Outra situação. Qual? ______________________________
15. Há quanto tempo você atua no movimento sindical? (Considere todo o tempo de militância, nessa e em outras entidades) (Tempo de militância em anos completos) ______________________________

16. Assinale, na relação abaixo, em quais congressos você participou.
    (A) – I Conclat (Praia Grande, SP, 1981)
    (B) – Congresso de fundação da CUT (São Bernardo, 1983)
    (C) – I Congresso Nacional da CUT (São Bernardo, 1984)
    (D) – II Congresso Nacional da CUT (Rio de Janeiro, 1986)
    (E) – Não participei de nenhum desses congressos
17. Você exerce atualmente algum cargo na CUT? (Nacional, estadual, regional ou departamento)
    (1) – Não tenho nenhum cargo na CUT
    (2) – Sou membro da Direção Nacional
    (3) – Sou membro da Direção Estadual
    (4) – Sou membro da Direção Regional
    (5) – Sou membro da Coordenação de algum Departamento Nacional
    (6) – Sou membro da Coordenação de algum Departamento Estadual
18. Qual é o partido de sua preferência? ______________________________
19. Qual a sua profissão? (Se você tiver mais de uma, indique a que considera a mais importante): ______________________________
20. Atualmente, você está empregado ou realiza algum trabalho remunerado?
    (1) – Sim, estou com um emprego ou trabalhando regularmente (não está desempregado)
    (2) – Estou fazendo "bico"
    (3) – Estou desempregado atualmente
21. (Só responda se você estiver trabalhando regularmente ou fazendo bico) – Em que condições você está trabalhando?
    (1) – Empregado ou assalariado rural (inclusive boia-fria)
    (2) – Arrendatário, meeiro ou parceiro
    (3) – Pequeno proprietário rural
    (4) – Contrato temporário
    (5) – Bico (qualquer tipo)
    (6) – Empregado ou assalariado urbano
    (7) – Por conta própria ou autônomo urbano
    (8) – Outra situação. Qual?

Muito obrigado pela sua colaboração, companheiro.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

Ao contrário das centrais rivais, a atividade de publicação da CUT é intensa, fato provavelmente ligado à maior presença dos segmentos de classe média intelectualizada e à maior ênfase na parte ideológica. Isso redunda numa atividade formativa e de "conscientização" que se traduz num volume de publicações sem qualquer termo de comparação com as demais centrais.

Entre os documentos consultados, os seguintes nos parecem mais importantes:

Congressos

I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983. Contém a história da formação da CUT, a preparação e organização do I CONCLAT, a direção nacional e o primeiro estatuto.

Estrutura Sindical, CUT, Secretaria Nacional de Formação e Secretaria Nacional de Política Sindical, s.d.

Estatuto da CUT – I CONCUT, agosto de 1984.

Teses para o I Congresso da CUT, 1984.

Teses ao I CONCUT: "Avaliação da Estruturação e Implantação da CUT"; "Modificação dos Estatutos"; "Situação Política Nacional: Plataforma de Lutas" e "Sobre a Questão Sindical". Teses apresentadas pela Executiva Nacional e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Jornal da CUT, ano II, nº 1: Resoluções do I CONCUT e Avaliação de Atuação. "II CONCUT – Informações gerais."

Teses ao II CONCUT – Alterações dos Estatutos da CUT, maio de 1986. "Resoluções do 2º Congresso", Caderno especial de agosto de 1986. Teses do III CONCUT, CUT – Boletim Nacional, jun.-jul. 1988. III CONCUT, "Relatório da Discussão das Teses nos Estados", set. 1988. CUT, Cadernos de Formação 1, "Estrutura sindical", set. 1986, Secretaria Nacional de Formação.

CUT, Cadernos 1 a 5, "Material do II Congresso".

III CONCUT, "Perfil de Representação da Central Única dos Trabalhadores – 1988", Assessoria da Executiva Nacional da CUT.

Resoluções do III CONCUT, set. 1988.

III CONCUT, "Registro e Imagens", Boletim Nacional, set. 1988.

Quinzena do Centro Pastoral Vergueiro

"Concepções e Práticas Sindicais na CUT. Recuperação Histórica desse Debate", *Quinzena*, nº 55, 20.8.1988, ed. especial.

"Dossiê CPV", *Congressos*, CUT Documentação, 1988;

Entrevista com Jair Meneguelli sobre o III CONCUT, *Jornal do PT*, out. 1988; Quinzena, nº 71, dez. 1988;

Ricardo Melani, "Uma Nova Etapa", *Causa Operária*, nov. 1988; Quinzena, nº 61, dez. 1988.

"Perfil das Chapas", *Quinzena*, nº 61, dez. 1988.

Maria Sílvia Portella de Castro, "Dez Anos de Trajetória. Novo Sindicalismo Brasileiro. Desafios a Vencer", *Quinzena*, nº 91, abr. 1990.

Outras publicações

Waldemar Rossi, *Sobre as Divergências no Interior da CUT*, MOSMSP, São Paulo, 1988 (mimeo.).

Tese: *Concepção e Prática Sindical*, 3º Congresso Estadual da CUT de São Paulo, 1987.

Análise da Conjuntura e as Tarefas da CUT para Impulsionar a Luta da Classe Trabalhadora, 3º Congresso Estadual de São Paulo, Executiva Estadual de São Paulo, 1987.

Aloizio Mercadante, "Resultados para Quem", *Teoria e Debate*, nº 1, dez. 1987.

"Entrevista de Jair Meneguelli, *Teoria e Debate*, nº 5, ano II, jan.-fev.-mar. 1989.

Boletim Nacional da CUT, números diversos.

Livros

Alguns estudos sobre a formação do PT fornecem informações sobre as primeiras articulações sindicais que levaram à formação da CUT. Os principais são:

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. *Trabalho e Política. As Origens do Partido dos Trabalhadores.* Petrópolis, Vozes, 1988 (ver especialmente o cap. III, "Relato dos Principais Eventos do Período Considerado (1977-1979)", e cap. V, "Reconstruindo o Discurso: Líderes e Bases").

MENEGUELLO, Rachel. *PT. A Formação de um Partido – 1979-1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989 (ver especialmente o cap. 2, "Origens do PT: as Trans- formações do Sindicalismo Brasileiro").

No caso das demais centrais, praticamente não se dispõe de documentação. Para a CGT, antes da cisão, utilizamos duas de suas escassas publicações:

CONCLAT 86, CGT, "Resoluções do II CONCLAT", ano 1, nº 1, abr. 1986;

CONCLAT, "Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora", jan. 1986.

Depois da divisão que levou à existência das duas CGTs, utilizamos:

Para a Confederação:

"II Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores", ano IV, nº 1. "Plano Estratégico de Implantação e Funcionamento da CGT 1989-90", CGT, órgão informativo da Confederação Geral dos Trabalhadores Nacional, nº 3.

"Um Novo Sindicalismo" (mimeo.).

"A Situação Nacional, o Movimento Sindical e a CGT – 1989" (mimeo.). *CGT Mulher,* abr. 1989.

"Rumo à Organização das Mulheres na CGT" (mimeo.)

CGT, "Carta aos Presidenciáveis", 30.9.1989.

Para a Central Geral dos Trabalhadores, os documentos que pudemos obter foram:

CGT, "Todos ao 2º Congresso", publicação de oito páginas relativa ao seu segundo congresso.

CGT, "No Caminho da Unidade", contendo o regimento interno do II Congresso.

O DENAFOR (Departamento de Formação Sindical da CGT) publicou uma série de cadernos de treinamento sindical, dos quais é possível inferir os princípios e a linha de atuação da Central Geral dos Trabalhadores.

Com relação à União Sindical Independente, foi possível obter apenas os seguintes documentos:

"I Congresso Nacional da USI", que contém o programa e as reivindicações da USI.

União Sindical Independente, "Carta de Princípios".

"Carta Aberta aos Trabalhadores", manifesto aos trabalhadores, de 19.10.1985.